

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE NA REDE: A PRODUÇÃO SOCIAL DO DISCURSO
SOBRE O DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO NO JORNALISMO DIGITAL**

REBECA BARRETO DUARTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

FEVEREIRO/2018

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE NA REDE: A PRODUÇÃO SOCIAL DO DISCURSO
SOBRE O DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO NO JORNALISMO DIGITAL**

REBECA BARRETO DUARTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Área de concentração: Educação, Cultura, Política e Cidadania.

Orientadora: Prof^a. Dra^a. Renata Maldonado da Silva

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO – UENF
CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
FEVEREIRO/2018**

**O MOVIMENTO PASSE LIVRE NA REDE: A PRODUÇÃO SOCIAL DO DISCURSO
SOBRE O DIREITO AO TRANSPORTE PÚBLICO NO JORNALISMO DIGITAL**

REBECA BARRETO DUARTE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em 28 de fevereiro de 2018.

Banca examinadora

Prof. Dra Renata Maldonado da Silva
Orientadora
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Paulo Rodrigues Gajanigo
Examinador
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra Isabel Cristina Chaves Lopes
Examinadora
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcos Antônio Pedlowski
Examinador
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Dedico este trabalho aos meus maiores amores,
José, Gisele, Bruno e Raquel.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, fonte de toda sabedoria.

Aos meus pais, que desde sempre estão comigo, vocês foram um incentivo imprescindível!

À minha irmã, por todo apoio tecnológico que me concedeu!

Ao meu noivo e melhor amigo. Obrigada pela paciência nos momentos de ausência!

Agradeço a minha orientadora Renata, o melhor presente do mestrado! Como foi bom aprender com alguém tão humano, você me inspira!

Aos meus colegas de trabalho, principalmente a Manu e Lary, verdadeiras companheiras de todo dia!

Aos professores Marcos Pedlowski e Paulo Gajanigo, por terem aceito participar desta banca, sem dúvida com contribuições de muito valor. Obrigada pelo tempo de dedicação a esta pesquisa.

De maneira especial agradeço à professora Isabel, por todo ensinamento desde a graduação, e principalmente pelo incentivo de sempre! Obrigada!

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), pela concessão da bolsa.

“Estamos dispostos a discorrer, com os operários especialmente, sobre a importância e a gravidade daquele ato aparentemente tão inocente que consiste em escolher o jornal que se pretende assinar?”

Os jornais e os operários, Antônio Gramsci, 1916

SUMÁRIO

RESUMO.....	xii
ABSTRACT	xiii
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xiv
LISTA DE FIGURAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xvii
INTRODUÇÃO	18
1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO	28
1.1. MOVIMENTOS SOCIAIS	28
1.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS	34
2. AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O MOVIMENTO PASSE LIVRE.....	54
2.1. A LUTA PELO TRANSPORTE COLETIVO NO BRASIL.....	54
2.2. O CONTEXTO DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013.....	60
2.3. A DINÂMICA DOS ACONTECIMENTOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013	69
2.4. O MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL).....	73
2.5. A ARTICULAÇÃO DO MPL AO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS.....	77
3. COMUNICAÇÃO, CULTURA E JORNALISMO NO CAPITALISMO TARDIO.....	81
3.1. A INDÚSTRIA CULTURAL E A IMPRENSA	81
3.2. CAPITALISMO TARDIO, COMUNICAÇÃO E CULTURA	88
3.3. JORNALISMO <i>ONLINE</i> : PRODUÇÃO, MERCADO E OS DESAFIOS DO “TEMPO REAL”	93
3.4. O SURGIMENTO DO JORNALISMO <i>ONLINE</i> NOS GRUPOS: O <i>GLOBO</i> E <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	104
4. A PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O MPL NOS JORNAIS <i>ONLINE</i>	112
4.1. ANÁLISE DO CONTEÚDO	112
4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS MEMBROS DO MPL.....	114

4.1.2. CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DO MPL	116
4.1.3. QUESTÕES CONTRA OU A FAVOR DAS QUAIS O MPL LUTA.....	120
4.1.4. CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO POLICIAL.....	124
4.2. ANÁLISE DO DISCURSO DE <i>O GLOBO</i> E DA <i>FOLHA DE S. PAULO</i>	126
4.2.1. DIA 7 DE JUNHO DE 2013	130
4.2.2. DIA 15 DE JUNHO DE 2013	134
4.2.3. DIA 20 DE JUNHO DE 2013	140
4.3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES	146
CONCLUSÃO.....	151
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154
ANEXOS	160

RESUMO

O advento dos chamados novos movimentos sociais, especialmente a partir de meados do século XX, foi propiciado pelo surgimento de novos processos identitários e de novas configurações. Estes têm a perspectiva de complementar os movimentos sociais clássicos, dependendo do viés interpretativo utilizado para sua análise. O MPL é formado por um conjunto de pessoas que se organizaram para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, e está presente em várias cidades do Brasil, na luta pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços, por meio da conquista da chamada tarifa zero. O MPL teve um importante papel no contexto recente de manifestações em nosso país conhecido como Jornadas de Junho de 2013, que representou um marco no movimento social brasileiro contemporâneo, após um período de relativa aproximação dos movimentos sociais com o Estado brasileiro, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores. Este trabalho teve como objetivo analisar a produção do discurso jornalístico sobre o MPL na versão *online* de dois principais periódicos nacionais, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, em junho de 2013. Foi realizada a análise do conteúdo das reportagens relativas ao MPL publicadas no mês de junho de 2013, considerando que estas transmitem sempre o ponto de vista da empresa jornalística a qual estão vinculadas, e que as mensagens estão ligadas às condições culturais, sociais econômicas e ideológicas de seus produtores. Além disso, realizou-se a análise do discurso nas capas de ambos os jornais nos dias 7, 15 e 20 de junho de 2013. Buscar discutir a inserção do MPL no contexto dos chamados novos movimentos sociais que, particularmente, estão relacionados ao agravamento dos problemas urbanos para a classe trabalhadora. Para o embasamento teórico da análise deste trabalho, utilizou-se principalmente os pressupostos teórico-metodológicos de autores marxistas. Relacionar os acontecimentos das Jornadas, entre outros fatores, ao modelo de cidade neoliberal, mercantilizada e excludente. Os atos realizados pelo MPL no contexto das Jornadas de Junho 2013, foram noticiados exaustivamente em diferentes canais de comunicação, sob diferentes perspectivas, o que instigou a realização deste tema de pesquisa. Para o embasamento do estudo sobre as mídias e, sobretudo, sobre a problemática cultural no capitalismo atual, discutir acerca do conceito de indústria cultural e sua articulação com o capitalismo monopolista, sobretudo a partir do papel da imprensa nesse processo. Pesquisar também, as novas contradições que perpassam a comunicação e a informação no momento atual, a partir do conceito de capitalismo tardio e a estreita relação entre os fenômenos de natureza cultural e econômica. Um fator a ser destacado é a grande concentração de propriedade das empresas de comunicação no Brasil, que estão nas mãos de poucos grupos. Esta concentração vem se perpetuando, na medida em que pouco se muda deste quadro, uma vez que a concentração é interessante para o grande capital e para boa parte dos partidos políticos, o que forma um ciclo vicioso, cujo início remonta ao período da ditadura militar no Brasil. A partir das análises realizadas, foi possível perceber que ambos podem ser considerados produtores e transmissores de discursos conservadores, com variações, acerca das ações do MPL.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Passe Livre, novos movimentos sociais, jornalismo *online*.

ABSTRACT

The advent of so-called new social movements, especially from the middle of the twentieth century, was brought about by the emergence of new identity processes and new configurations. These have the perspective of complementing the classic social movements, depending on the interpretive bias used for their analysis. The MPL is formed by a group of people who organized to discuss and fight for another transport project to the city, and is present in several cities of Brazil, in the struggle for the effective democratization of access to the urban space and its services, through of the so-called zero tariff. The MPL played an important role in the recent context of demonstrations in our country known as the Journeys of June 2013, which represented a milestone in the contemporary Brazilian social movement after a period of relative approximation of social movements with the Brazilian State during the Workers' Party. This work had the objective of analyzing the production of the journalistic discourse about MPL in the online version of two main national periodicals, *Folha de S. Paulo* and *O Globo*, in June 2013. The analysis of the content of the MPL reports published in the June 2013, considering that these always convey the point of view of the journalistic company to which they are linked, and that the messages are linked to the cultural, social, economic and ideological conditions of their producers. In addition, we conducted the discourse analysis on the covers of both newspapers on June 7, 15 and 20, 2013. We sought to discuss the insertion of the MPL in the context of the so-called new social movements that are particularly related to the aggravation of urban problems for the working class. For the theoretical basis of the analysis of this work, we mainly use the theoretical and methodological assumptions of Marxist authors. We relate the events of the Journeys, among other factors, to the model of neoliberal, mercantiled and excluding city. The acts carried out by MPL in the context of the June 2013 Days were thoroughly reported in different communication channels, from different perspectives, which instigated the realization of this research theme. For the background of the study of the media and, above all, about the cultural problem in present-day capitalism, we discussed the concept of cultural industry and its articulation with monopoly capitalism, especially from the role of the press in this process. We also investigate the new contradictions that permeate communication and information at the present time, based on the concept of late capitalism and the close relationship between cultural and economic phenomena. One factor to be highlighted is the great concentration of ownership of communication companies in Brazil, which are in the hands of a few groups. This concentration has been perpetuated, since little change in this situation, since the concentration is interesting for the great capital and for most of the political parties, which forms a vicious cycle, whose beginning goes back to the period of the military dictatorship in Brazil. Based on the analyzes, it was possible to perceive that both can be considered producers and transmitters of conservative speeches, with variations, about MPL actions.

KEYWORDS: Movimento Passe Livre, new social movements, *online* journalism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ANJ** – Associação Nacional de Jornais
- ANTT** – Agência Nacional de Transportes Terrestres
- ARPAnet** – Advanced Research Projects Agency
- BH** – Belo Horizonte
- CAPES** – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- Embrafilmes** – Empresa Brasileira de Filmes
- FUNARTE** – Fundação Nacional das Artes
- GEIPAC** – Grupo Executivo do Papel e Artes Gráficas
- Intervozes** – Coletivo Brasil de Comunicação Social
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPTU** – Imposto Sobre Propriedade Territorial Urbano
- ISN** – Ideologia de Segurança Nacional
- JK** – Juscelino Kubitschek
- MPL** – Movimento Passe Livre
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto
- MTST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
- NMS** – Novos Movimentos Sociais
- ONG** – Organização Não Governamental
- PCO** – Partido da Causa Operária
- PEC** – Proposta de Emenda Constitucional
- PL** – Projeto de Lei
- PM** – Polícia Militar
- PMDB** - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PPP** – Parcerias Público Privado
- ProUni** – Programa Universidade Para Todos
- PSC** – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSol – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

UNE – União Nacional dos Estudantes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Capa de <i>O Globo</i> em 07/06/2013.	130
Figura 2. Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> em 07/06/2013.	132
Figura 3. Capa de <i>O Globo</i> em 15/06/2013.	134
Figura 4. Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> em 15/06/2013.	137
Figura 5. Capa de <i>O Globo</i> em 20/06/2013.	140
Figura 6. Capa da <i>Folha de S. Paulo</i> em 20/06/2013.	143

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Características dos membros do MPL, Jornal <i>O Globo</i>	114
Quadro 2. Características dos membros do MPL, Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	115
Quadro 3. Caracterização das ações do MPL, Jornal <i>O Globo</i>	117
Quadro 4. Caracterização das ações do MPL, Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	119
Quadro 5. Questões contra ou a favor das quais o MPL luta, Jornal <i>O Globo</i>	121
Quadro 6. Questões contra ou a favor das quais o MPL luta, Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	122
Quadro 7. Características da ação policial, Jornal <i>O Globo</i>	124
Quadro 8. Características da ação policial, Jornal <i>Folha de S. Paulo</i>	125

INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho consistiu na análise da produção do discurso jornalístico sobre o Movimento Passe Livre (MPL) na versão *online* de dois principais periódicos de circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, em junho de 2013. Esta temática surgiu durante a elaboração do trabalho de conclusão de curso da graduação em Serviço Social, tendo sido apresentado ao Departamento de Serviço Social de Campos do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense, no segundo semestre de 2014.

O propósito do trabalho de conclusão de curso foi de estudar possibilidades inerentes ao trabalho do assistente social ser mediado por uma ação educativa de caráter crítico, acerca da influência da mídia na formação de opinião dos usuários de seus serviços, identificados como classes subalternas, em torno das manifestações e movimentos sociais com características progressistas e democráticas. Sua redação constituiu um desafio, pois era um curso de Serviço Social, e dedicou-se ao estudo de uma área ainda pouco pesquisada pela categoria profissional, a esfera da comunicação.

O interesse pelo estudo da ação do MPL, mais especificamente, foi intensificado a partir da experiência de monitoria na disciplina “Classes e Movimentos Sociais”, onde houve a oportunidade de desenvolver um contato mais próximo com as formas de organização da classe trabalhadora. Foram realizados, como atividade de monitoria, debates semanais com os alunos acerca de temas que ganhavam destaque no espaço da mídia.

Os alunos pesquisavam em diversas fontes sobre assuntos como: a greve dos garis no carnaval do Rio em 2014, o PL 499 de 2013 (conhecido como Lei Antiterrorismo) e a desmilitarização da PM, por exemplo. Na sala de aula, o debate era em torno destes assuntos, sem a necessidade de chegar a um consenso, mas com objetivo de refletir e problematizar os temas, e acabou por perder que as fontes que eram pesquisadas influenciavam as opiniões dos diferentes alunos.

Com a realização destas atividades, constatei o que já era uma questão para pesquisa, que alguns meios de comunicação retratam as reivindicações por

melhores condições de venda da força de trabalho – por meio das greves, por exemplo – de maneira superficial e acrítica.

Justificou-se também o interesse desta pesquisa pela atualidade do tema proposto. As informações e notícias chegam a lugares muito distantes em uma velocidade muito alta, fator inexistente há algumas décadas. Nestes veículos de transmissão de informações, uma questão que ganhou notoriedade no espaço midiático, foram as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil, em que o MPL ocupou um espaço considerável.

Este tema de pesquisa remeteu à discussão acerca da democratização dos meios de comunicação, que torna-se relevante num Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. Considera-se que a construção de uma sociedade mais justa e democrática está relacionada à democratização dos meios de comunicação. Como foi constatado pelo estudo de Domingues-da-Silva (2015), é possível associar países mais democráticos a menores índices de concentração dos meios de comunicação. No entanto, no Brasil este processo ainda está relativamente distante de ocorrer, em função da predominância de um modelo comercial, que está concentrado em pouquíssimos conglomerados midiáticos.

Brittos e Collar (2008, p. 71) afirmam que nos dias de hoje, a distribuição do controle dos meios de comunicação dá-se de maneira extremamente irregular, pois poucas e poderosas empresas possuem a maioria dos meios de divulgação massiva de informação, o que dificulta a entrada de novos atores e impede a participação popular efetiva. Em função disso, priva-se determinadas organizações da sociedade civil de ter acesso aos veículos de comunicação de massa, que configura, na atualidade, o mais importante meio de divulgação e discussão de ideias.

De acordo com os mesmos autores, o conceito de direito à comunicação pode ser considerado recente, visto que as primeiras discussões sobre o assunto datam do fim da década de 1960. Mesmo diante da inexistência de leis internacionais que tratem do tema, alguns países reconhecem, ainda que de forma bem restrita, o direito de acesso da sociedade civil aos meios de comunicação. Afirmaram também que, mesmo que o assunto seja inerente ao capitalismo global, no Brasil a concentração da propriedade da indústria midiática é ainda muito desigual (BRITTOS; COLLAR, 2008).

Pelo sistema brasileiro de concessão de canais de televisão e rádio, a competência para outorga é do Executivo, devendo o processo ser apreciado pelo Congresso, num modelo em que a participação de novas entidades tem sido dificultada, protegendo-se os atuais competidores. Com isso, o interesse público tem ficado em segundo plano, prevalecendo os poderes econômico e político-partidário, com a distribuição de concessões em troca de favores (BRITTOS; COLLAR, 2008, p. 73)

Para Brittos e Collar (2008), no Brasil, o debate acerca do direito à comunicação ainda se encontra incipiente. Estes autores entendem que o direito à comunicação já constava na Constituição Federal de 1988, no artigo 220, quando trata da “proibição de restrições à manifestação do pensamento e à liberdade de expressão e informação” (BRITTOS; COLLAR, 2008, p. 72). Porém, na prática, o Estado é, em muitos casos, omissivo para que este direito seja efetivado, apesar de várias organizações da sociedade civil se esforçarem no sentido da garantia do direito à comunicação.

Um exemplo de movimento social que busca uma mídia democrática é o Intervozes (Coletivo Brasil de Comunicação Social), uma organização que reconhece a comunicação como direito humano, e trabalha pela efetivação do mesmo no Brasil. O movimento busca realizar sensibilização de pessoas à participação em espaços que debatam a questão da comunicação como direito humano e a articulação política com movimentos sociais, através da participação em fóruns que discutam sobre a democratização da comunicação, busca monitorar ações que violam o direito à comunicação, além de outras ações.

Ao analisar a situação da política de comunicação no Brasil, Bolaño e Brittos (2008) afirmam:

O que há, portanto, é um panorama extremamente complexo, em que se articulam interesses públicos e privados, diferentes formas de financiamento e modelos de produção, o que não foi até o momento devidamente estudado, mas, seguramente, apresenta as mais variadas distorções em relação aos padrões mais elevados de organização dos sistemas nacionais de televisão em países democráticos (Bolaño e Brittos, 2008, p. 9).

Apontam ainda que a comunicação brasileira vive uma herança do modelo implantado desde o regime militar, em que a principal regra seria a “[...] reserva do

mercado de televisão aberta e do bolo publicitário para o oligopólio privado da TV comercial ” (BOLAÑO, BRITTOS, 2008, p. 9).

Sendo assim, foi considerada importante as discussões suscitadas por esta pesquisa, visto que se propõe a discutir também a articulação entre as esferas cultural e econômica no modo de produção capitalista e a centralidade dos meios de comunicação na sociedade atual.

Com relação à liberdade de imprensa, conforme apontou Saraiva (2008), desde a Constituição do Império de 1824, este direito foi consagrado no Brasil. Sob diferentes formas, essa garantia legal foi se mantendo sucessivamente nas Constituições posteriores, até a Constituição Federal de 1988 que preconizou, em seu art. 5º:

IV – é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;
V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;
[...] IX – é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independente de censura ou licença;
[...] XIV – é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

Saraiva (2008) também afirma que, apesar de a Constituição determinar que deve-se aplicar as normas que determinam os direitos e garantias fundamentais de maneira imediata, é preciso regulamentar de que maneira estes dispositivos legais ocorrerão, bem como os possíveis conflitos decorrentes desses direitos.

No Brasil, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), criada em 1997, cumpre algumas das funções regulatórias [...]. Outras competem diretamente ao Ministério das Comunicações. No que diz respeito à defesa da concorrência, intervém ainda o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) (SARAIVA, 2008, p. 65, 66).

Algumas questões problemáticas são levantadas pelo mesmo autor com relação, por exemplo, à necessidade de a regulação exercida sobre a imprensa ser realizada priorizando os interesses públicos, ao contrário do que ocorre de maneira recorrente em nosso país, em que interesses de grupos particulares são priorizados, e ainda relacionados a interesses políticos de curto prazo (SARAIVA, 2008).

Saraiva (2008), ao discorrer sobre as principais áreas de regulação da imprensa, destacou como uma área importante a regulação da propriedade dos meios de comunicação. O autor afirma que esta regulação está prevista no artigo 222 da Constituição Federal, e a má execução da referida regulação pode colocar em perigo até a governabilidade e o exercício de direitos dos cidadãos. Além de representar também uma ameaça à livre concorrência, com a possível formação de monopólios e cartéis. Este fato é comum no país, inclusive em relação aos dois grupos que foram pesquisados neste trabalho, o Grupo Folha e as Organizações Globo.

Em função disso, o objetivo geral desta pesquisa consistiu em analisar a produção do discurso jornalístico sobre o MPL na versão *online* de dois principais periódicos nacionais, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, em junho de 2013. Devido à concentração dos meios de comunicação no Brasil, como foi explanado acima, é concedida pouca visibilidade aos espaços coletivos, como o MPL.

O MPL destacou-se atualmente na luta por um transporte público gratuito para toda a população no Brasil. Conforme apontou Locatelli (2013), os primeiros protestos que caracterizam o MPL foram realizados nos meses de agosto e setembro de 2003, em Salvador, quando a tarifa de ônibus subiu de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, episódio que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”.

No ano seguinte, foi organizada em Florianópolis uma Campanha pelo Passe Livre, e inspirados pela experiência baiana, estudantes fecharam terminais de transporte público e pontes, o que levou à conquista da revogação do reajuste das passagens pela prefeitura.

O MPL é formado por um conjunto de pessoas que se organizaram para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, e está presente em várias cidades do Brasil, na luta pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços, por meio da conquista da chamada tarifa zero.

De acordo com o movimento, a tarifa zero pode ser adotada a partir da criação de um fundo gerado pelo aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para bancos, shoppings, empreendimentos e hotéis, entre outros. Assim, os mais ricos estariam custeando o transporte dos mais pobres (LOCATELLI, 2013).

As organizações do MPL pelo país estão distribuídas nas seguintes regiões: ABC Paulista, Distrito Federal, Florianópolis, Goiânia, Grande Vitoria, Guarulhos, Joinville, Natal, Niterói, Salvador, São José dos Campos, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Ribeirão Preto, Curitiba, São Luis, Belém e Belo Horizonte (JUDENSNAIDER, 2013).

A relevância de analisar a produção do discurso midiático sobre o MPL se justificou a partir de uma pesquisa realizada ao Banco de Teses e Dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), para identificar a existência de outros trabalhos que versassem sobre o tema estudado. Ao utilizar os termos “MPL” e “imprensa”, foi realizado um filtro com relação aos anos, solicitando trabalhos no período de 2013 a 2016, pois antes de 2013 não havia estudos acerca do MPL nas Jornadas de Junho e os dados de 2017 ainda não estão disponíveis. Chegou-se, desse modo, a um número total de 1845 trabalhos, entre teses e dissertações. Considera-se que nem todos estes trabalhos versam sobre o Movimento Passe Livre e meios de comunicação, visto que são apresentados trabalhos que tratam apenas do “MPL” ou apenas sobre “imprensa”, o que acaba tornando o resultado da pesquisa genérico.

A partir deste resultado, localizou-se um total de 14 trabalhos entre dissertações e teses que tratam sobre o MPL nas Jornadas de Junho e a mídia. Sendo que, entre estes trabalhos, existem pesquisas sobre as redes sociais digitais como mobilizadoras ou como meios de divulgação alternativa dos acontecimentos, como por exemplo, o *Facebook* e o *Twitter*. Também foram encontradas pesquisas sobre a Mídia Ninja como canal alternativo de transmissão, um deles em comparação com notícias transmitidas em um jornal hegemônico. Além disso, foram constatadas pesquisas que estudam a transmissão das Jornadas de Junho pelo Jornal Nacional, e algumas que analisam o posicionamento da *Folha de S. Paulo*. Ou seja, não foi localizado nenhum trabalho que retrate o discurso de *O Globo* sobre o MPL no contexto das Jornadas de Junho, o que confere originalidade a esta pesquisa, especialmente porque foram comparados os posicionamentos da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo*.

Outro ponto a ser observado como justificativa para a análise dos dois periódicos escolhidos, é a importância de suas agências de notícias no contexto

nacional. Agências de notícias são empresas jornalísticas que se especializam em difundir informações e notícias, das fontes para veículos de comunicação, não fornecendo assim, conteúdo diretamente ao público. *O Globo* e *Folha de S. Paulo* pertencem respectivamente aos grupos responsáveis pelas agências *O Globo* e *Folhapress*, duas das mais abrangentes agências de notícias do Brasil. Esta última é uma das mais tradicionais do país.¹

Estes fatores fazem com que as notícias veiculadas nestes jornais sejam as mesmas, ou pelo menos similares às notícias transmitidas em diversos outros jornais no país.

De maneira específica, neste trabalho, o objetivo foi o de articular o MPL à teoria dos novos movimentos sociais e identificar suas possíveis vinculações com as referidas teorias. Busquei, a partir disso, analisar o percurso e as propostas do MPL, situando-o no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Por fim, foram problematizados os fenômenos de natureza cultural no contexto do capitalismo tardio, a partir das transformações no jornalismo *online*.

A *Folha de S. Paulo* e *O Globo* foram escolhidos por figurarem entre os três maiores jornais de circulação impressa do país, conforme os dados da Associação Nacional de Jornais (ANJ). Estes ficaram apenas atrás do jornal *Super Notícia*, de Minas Gerais, sendo seguido imediatamente pelo *O Globo* e depois *Folha de S. Paulo*. Além disso, não se encontrou em nossas pesquisas, trabalhos que analisam o posicionamento da *Folha de S. Paulo* e de *O Globo* concomitantemente, com relação aos atos do MPL em junho de 2013, o que faz com que essa pesquisa tenha um caráter inovador.

Recorreu-se às capas do primeiro dia de cada semana do mês de junho de 2013 – até o dia da revogação do reajuste das tarifas no Rio e SP, que ocorreu no dia 19 de junho de 2013 e foi noticiado no dia 20 do mesmo mês -, em que consta referência direta ao MPL nas próprias capas, nos dois jornais. Analisou-se o discurso, então, de três capas de cada um dos jornais analisados, sendo as mesmas capas em ambos os jornais, os dias sete, quinze e vinte de junho de 2013. Para a realização da análise do conteúdo foi feito um agrupamento das categorias, sendo

¹ Informações contidas nos sites das agências *Folhapress* e *O Globo*. Disponível em: www.folhapress.folha.com.br/ e www.agenciaoglobo.com.br/. Acesso em 16/04/2018.

estes grupos iguais na análise de cada um dos jornais, que foram: “características da ação do MPL”; “características dos membros do MPL”; “características da ação policial” e “questões contra ou a favor das quais o MPL luta”. Estes grupos de categorias foram definidos a partir da frequência que cada um dos elementos aparecia no texto.

O acervo *online* dos referidos jornais foi utilizado para acessar as reportagens que foram utilizadas. Essa pesquisa foi baseada no método qualitativo, na medida em que esta, de acordo com Minayo (2012, p. 21) “[...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” O objetivo, deste modo, não foi o de traduzir os dados coletados somente em números ou indicadores, mas entender a subjetividade presente na linguagem jornalística acerca do movimento social estudado.

Na realização da análise do conteúdo, a partir do proposto por Franco (2008), entendeu-se que o ponto de partida é a mensagem, seja verbal – oral ou escrita – gestual, documental, entre outras. Foi considerada que a emissão das mensagens se vincula sempre às condições textuais de seus produtores, que envolvem diversos fatores como, por exemplo, situações econômicas, culturais e sociais em que os emissores se inserem, a evolução histórica da humanidade e componentes ideológicos, sempre presentes nas mensagens construídas socialmente (FRANCO, 2008).

A análise do discurso foi realizada a partir dos pressupostos teórico metodológicos de Mikhail Bakhtin. A partir de Bakhtin, Brandão (2012) afirma que a linguística não deve-se limitar ao estudo interno da língua, pois isto não daria conta de uma análise completa. Destacou a importância de articular o linguístico e o social, relacionando a linguagem à ideologia. A palavra é considerada “o signo ideológico por excelência, [...] é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam.” (BRANDÃO, 2012, p. 9). Para a autora, o discurso configura o ponto de articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos.

Ao realizar a análise do discurso das reportagens selecionadas, foi feita uma observação minuciosa dos termos e expressões utilizadas, das figuras, bem como a

disposição nas páginas e o destaque oferecido a cada reportagem, entendendo que nada está ali por acaso, e que existe uma intenção por trás da escolha das palavras e imagens selecionadas para compor a reportagem.

No primeiro capítulo deste trabalho, realizou-se uma discussão teórica acerca dos movimentos sociais (MONTAÑO, 2011) e dos chamados “novos movimentos sociais” (BIHR, 1991; CASTELLS, 2000). Também refletir acerca da ação dos novos movimentos sociais no Brasil (SHERER-WARREN, 1987) e fiz um breve histórico da luta pelo transporte coletivo em nosso país. Entendo que o direito à política de transporte público é mais um entre tantos direitos sociais historicamente marginalizados no *hall* das políticas sociais brasileiras precarizadas (PEREIRA, 2012).

No segundo capítulo, realizou-se uma leitura do contexto das Jornadas de Junho ocorridas no ano de 2013, com a perspectiva de que estas representaram um marco no movimento social brasileiro contemporâneo, que vivia uma suposta tranquilidade na vida política (DEMIER, 2017; BRAGA, 2017). Relacionou-se o acontecimento das Jornadas, entre outros fatores, ao modelo de cidade neoliberal, mercantilizada e excludente (MARICATO, 2013; VAINER, 2013). Neste mesmo capítulo, expus a dinâmica dos acontecimentos ao longo das Jornadas de Junho de 2013, bem como a conquista da revogação das tarifas de transporte público em todo o país, e a continuidade dos atos, ainda no mês de junho.

Apresentou-se ainda, no capítulo dois, o MPL, movimento que teve suas ações consolidadas em âmbito nacional em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. O MPL se autodenomina um movimento social autônomo, horizontal, independente, apartidário (porém não antipartidário), que luta por um transporte público gratuito para toda a população. Registrou-se a dificuldade em encontrar dados sobre o MPL anteriores à sua consolidação em âmbito nacional. Do mesmo modo, poucas foram as informações encontradas sobre a relação do referido movimento com o Estado, partidos políticos e até mesmo com a imprensa, com exceção das informações presentes na Carta de Princípios do MPL.

O terceiro capítulo inicialmente discutiu as transformações da esfera cultural no contexto do capitalismo tardio, sendo uma das principais características do

capitalismo neste estágio, a estreita relação entre os fenômenos de natureza cultural e econômica, o que vem acentuando o processo de mercantilização dos bens culturais, que aqui nessa pesquisa terá como foco principal os jornais *online* (JAMESON, 2000). Depois discorri acerca do jornalismo *online*, considerando as novas características de sua produção, do mercado e os desafios do chamado “tempo real”, bem como o impacto destes na vida dos jornalistas (BOLAÑO, 2007; PALACIOS, 2002; BOLAÑO; BRITTOS, 2006; RAMONET, 2013; ADGHIMI, 2002). Finalmente, analisou-se os dois jornais que foram o foco da nossa pesquisa, a *Folha de S. Paulo* (ALBUQUERQUE e HOLZBACH, 2008; BARRETO, 2009) e *O Globo* (MATTOS, 2005; MORETZSOHN, 2014) como verdadeiras empresas do jornalismo.

O objetivo geral deste trabalho, que se materializa mais precisamente no quarto capítulo, consistiu em analisar a produção do discurso jornalístico sobre o Movimento Passe Livre (MPL) em dois principais periódicos *online*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, em junho de 2013. Neste capítulo, investigou-se o acervo *online* dos referidos jornais para acessar às reportagens que foram utilizadas. Foi realizada a análise do conteúdo e a análise do discurso das reportagens relativas ao MPL publicadas no mês de junho de 2013, considerando que estas transmitem sempre o ponto de vista da empresa jornalística a qual estão vinculadas, e que as mensagens estão ligadas às condições culturais, sociais econômicas e ideológicas de seus produtores.

1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAPITALISMO

No primeiro capítulo foram trabalhados alguns dos elementos das teorias dos movimentos sociais, enquanto espaços de construção democrática e de cidadania, a partir dos referenciais teórico-metodológicos dos tradicionais movimentos sociais, fundamentados na contradição capital *versus* trabalho. Posteriormente, busquei, ainda, problematizar o conceito de novos movimentos sociais para as organizações que surgem principalmente a partir de meados do século XX, no contexto de crise do chamado socialismo real, com o objetivo de complementar os movimentos sociais clássicos, com o surgimento de novos processos identitários e de novas configurações.

1.1. MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais clássicos se organizaram primeiramente em movimento sindical e movimentos pela libertação nacional, conforme apontou Montaño (2011). O movimento sindical teve sua gênese na Europa, a partir do advento da Revolução Industrial em meados do século XVIII, inicialmente na Inglaterra e depois em outros países do Ocidente europeu. Devido às condições de exploração enfrentadas pelos trabalhadores assalariados, os operários concentrados nas fábricas buscavam formas de organização, que variaram de acordo com o momento histórico e as condições subjetivas e objetivas – por exemplo, o cartismo e ludismo².

Já os movimentos pela libertação nacional ocorreram nas primeiras décadas do século XX na América Latina, com o desenvolvimento das organizações sindicais e partidárias, por meio das experiências trazidas pelos imigrantes para o continente. Um dos exemplos mais relevantes foram as primeiras experiências sindicais ocorridas na Argentina, por meio da imigração de operários espanhóis e italianos, assim como no Chile, com a produção e exportação de minérios, que gerou uma classe operária protagonista de grandes lutas. Foram exemplos de movimentos desse período a Revolução Mexicana em 1910, o sandinismo na Nicarágua – a

² Ver Montaño (2011).

Revolução Sadinista entre 1979 e 1990 -, a revolta aprista no Peru em 1936, a insurreição em El Salvador em 1932, a Revolução de 1933 em Cuba e a Intentona Comunista no Brasil, em 1935 (MONTAÑO, 2011).

Conforme foi apontado por Montañó (2011), o modo de produção capitalista vem se sustentando, historicamente, a partir da contradição entre duas classes antagônicas: a burguesia e o proletariado. Dessa polarização, emergiram questões por parte da classe trabalhadora, que, por não deter os meios de produção, e sobreviver por meio da venda da sua força de trabalho, vem sendo recorrentemente explorada. Em geral, está submetida a péssimas condições de trabalho, transporte, saúde, educação e moradia, por exemplo, além do precário acesso aos bens culturais. De acordo com o mesmo autor, os indivíduos, ao se relacionarem cotidianamente, podem perceber sua condição de exploração, que provém das contradições do modo de produção capitalista, que seriam os reflexos da questão social (MONTAÑO, 2011).

Para Behring (2009, p. 271), “a configuração da desigualdade e as respostas engendradas pelos sujeitos a ela, se expressa na realidade de forma multifacetada como questão social.”. A questão social seria a expressão das contradições presentes no capitalismo, que promoveu a expansão do exército industrial de reserva em grande escala. De acordo com a autora, o debate acerca da questão social precisa incorporar os componentes de resistência e ruptura que existem nas formas de seu enfrentamento, o que faz com que o conceito de questão social seja “impregnado de luta de classes” (BEHRING, 2009).

Gradativamente, os trabalhadores começaram a entender que suas demandas por melhores condições de vida não eram isoladas, mas coletivas, e que pertenciam a um contexto maior de exploração de uma classe sobre a outra. Neste sentido, percebem-se como classe, como foi analisado por Thompson (1987), podendo limitar esta percepção à “classe em si” – que configura o mero pertencimento a uma classe, a ocupação de determinado lugar e papel no processo produtivo – ou chegar à consciência de “classe para si” – quando os indivíduos se encontram conscientes de seus interesses, passando então a organizar-se e lutar por eles. Quando os trabalhadores adquirem a consciência de “classe para si”, podem se tornar sujeitos de transformações sociais.

Movidos por uma ideologia revolucionária ou proletária, (contra hegemônica), em oposição à ideologia conservadora ou burguesa (considerada hegemônica no modo de produção capitalista)³, os homens podem se distanciar da visão naturalizada sobre suas condições de exploração. Esta é reconhecida como produto das transformações ocorridas historicamente, ou seja, característica de um modo de produção específico, o capitalista (MONTAÑO, 2011).

Conforme Montaño (2011) apontou, no Brasil, no período da República Velha (1889-1930), houve a constituição da classe trabalhadora e do movimento operário. Porém, a indústria ocupava um espaço ainda muito pequeno, sendo que em 1920, apenas 13,5% da população empregada no país trabalhava nesse setor. A formação da classe trabalhadora foi grandemente influenciada pela vinda de imigrantes europeus em fins do século XIX, cujas concepções políticas e ideológicas incidiram sobre os trabalhadores brasileiros e em sua forma de organização para a luta (MONTAÑO, 2011).

Com a percepção da influência das ideologias socialista e anarquista por parte dos governos oligárquicos no Brasil, foram criadas leis que reprimiam a atividade político-sindical e previam que seriam expulsos do país imigrantes que pudessem comprometer a segurança nacional. Estas leis não foram capazes de impedir o crescimento da organização dos trabalhadores, que realizaram centenas de greves entre os anos 1900 e 1920 (MONTAÑO, 2011). A classe operária brasileira precisava se submeter e lutava contra as precárias condições de trabalho e de vida, “com jornadas de trabalho sem limite, sem descanso semanal remunerado, aposentadoria, férias, salário mínimo, miserabilidade nos locais e condições de moradia nos bairros operários etc” (MONTAÑO, 2011, p. 234).

Portanto, historicamente, os movimentos sociais têm se configurado como um espaço importante de construção de sujeitos coletivos visando à conquista de direitos sociais. Os movimentos sociais podem ter características muito distintas, desde sua forma de organização, até os seus objetivos. Para Montaño (2011), se o movimento social tiver como finalidade exclusiva a busca por melhores condições de venda da força de trabalho, esse é considerado de cunho reformista, o que o autor

³ Montaño (2011) utiliza a concepção de ideologia que a caracteriza como um conjunto de ideias, posicionamentos sobre as situações apresentadas, ou seja, uma visão de mundo.

denominou de luta reivindicatória ou sindical. Por meio desta luta, pode-se conquistar novos direitos civis, políticos e sociais, ou a efetivação de direitos já existentes, com a afirmação da cidadania ou democracia – o que na tradição marxista remete à emancipação política. No caso do que o autor denominou de luta revolucionária, o objetivo final seria a superação do modo de produção capitalista, buscando uma nova ordem societária e, conseqüentemente, a emancipação humana. É importante destacar que a luta sindical e a luta revolucionária não são excludentes, mas representam dimensões distintas da luta de classes (MONTAÑO, 2011).

Os movimentos sociais surgem como espaço de busca por interesses em comum, mesmo que nem sempre – ou quase nunca - seja um espaço homogêneo, onde as demandas são politizadas. Em geral, os movimentos sociais organizam-se para reivindicar direitos negados pelo Estado. Porém, no contexto neoliberal, muitas estratégias têm sido utilizadas para desmobilizar esta ação contestatória desempenhada historicamente por eles. Montaño (2014) afirma que dentre estas estratégias, pode-se destacar a busca pela despolitização dos movimentos sociais, em especial dos mais combativos. Nestes, “[...] o sujeito é visto e considerado a partir da sua condição particular, ocupando um lugar numa dada estratificação social, e não nas suas relações contraditórias com outros sujeitos, outras classes.” (MONTAÑO, 2014, p. 345). Portanto, desta forma, os sujeitos não são vistos como protagonistas da história, e sim vinculados a ela.

Nesse contexto, no Brasil a partir da década de 1990, ocorreu a consolidação e expansão do que Montaño (2011) denominou de terceiro setor. Este partiu da suposta divisão da sociedade em três setores: o primeiro seria o Estado, o segundo, o mercado e o terceiro, a “sociedade civil”. Nesta concepção, realizou-se uma espécie de “satanização” do Estado e “santificação” da sociedade civil, sendo esta considerada o terceiro setor, despolitizado e compondo um âmbito de “parcerias” entre as classes. Conforme Montaño (2011) ressaltou, os autores do terceiro setor entendem que este compõe:

- a) Organizações não lucrativas e não governamentais (ONGs), Movimentos sociais, organizações e associações comunitárias; b)

instituições de caridade, religiosas; c) atividades filantrópicas – [...]; d) ações solidárias - [...]; e) ações voluntárias; e f) atividades pontuais e informais (Montaño 2011, p. 305).

O mesmo autor (MONTAÑO, 2011) é um crítico contundente do projeto do chamado terceiro setor. Segundo ele, este é constituído por ações realizadas pela sociedade civil, que buscam responder às demandas sociais, que deveriam ser atendidas pelo Estado, “a partir de valores de solidariedade local, voluntariado, autorresponsabilização e individualização (substituindo os valores de solidariedade social e universalidade e direito dos serviços, típico dos Estados de ‘Bem-estar’)” (MONTAÑO, 2011, p. 306).

Neste sentido, as Organizações Não Governamentais (ONGs) passaram a ocupar um espaço privilegiado no contexto neoliberal, em detrimento dos movimentos sociais. Sendo em sua maioria financiadas pelos governos, empresas e fundações, as ONGs acabam sendo obrigadas a definir seus projetos a partir das demandas das instituições financiadoras, e não mais do interesse de seu público-alvo. Deste modo, constituiu-se em uma política que visa moldar os sujeitos de acordo com o perfil dos “doadores”, ao invés de torná-los sujeitos de suas ações (MONTAÑO, 2014).

Neste trabalho foi utilizada a concepção de Estado ampliado defendida por Gramsci (1978), que entende esta instituição como o conjunto da sociedade civil com a sociedade política. De acordo com Pereira (2009), o Estado configurou-se como um espaço tenso e contraditório, que é constituído e dividido por interesses distintos, possuindo a tarefa de administrar estes interesses, e o faz isento de neutralidade.

[...] o Estado, apesar de possuir autonomia relativa em relação à sociedade e à classe social com a qual mantém maior compromisso e identificação (a burguesia, por exemplo), tem que se relacionar com todas as classes sociais que compõem a sociedade, para se legitimar e construir sua base material de sustentação. Além disso, o Estado é criatura da sociedade, pois é ela que o engendra e o mantém (PEREIRA, 2009, p. 293).

Neste sentido, o Estado representa um lugar onde se encontram os interesses de todas as classes, precisando dialogar com elas, legitimar seu poder e exercer o controle sobre as mesmas. Mesmo que se encontrem representados os

interesses das classes distintas, importa destacar que, nas relações entre Estado e sociedade e no interior do Estado, existe uma correlação de forças que privilegia as classes dominantes. Em geral só são atendidas as demandas da classe trabalhadora quando o não atendimento destas pode representar certa crise de legitimidade, ou mesmo algum prejuízo para o capital em sua busca pela força de trabalho. Em função disso, surgiram os movimentos sociais, com o objetivo de representar a sociedade ou parcela dela, lutando pelos interesses destas, frente ao Estado.

Para isso, conforme Gramsci (1978) apontou, existe uma “dupla perspectiva” na vida estatal e na ação política. Ao mesmo tempo em que o Estado desempenha a função de domínio e coerção (por meio dos aparelhos de coerção e repressão, como a estrutura policial, por exemplo), também buscou trazer direção espiritual e cultural à sociedade, por meio do consenso (para o que se utiliza dos aparelhos privados de hegemonia: sistema escolar, igrejas, sindicatos, e meios de comunicação, por exemplo). O autor afirma ainda que esta dupla perspectiva pode assumir vários graus, dos mais elementares aos mais complexos: “da força e do consentimento, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e do momento universal (...), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc.” (GRAMSCI, 1978, p. 41) Para ele, a sociedade civil representaria o palco da história, onde se confrontam os diversos projetos de sociedade, o que pode levar à incorporação das demandas provenientes das lutas de classes pelo Estado.

Entretanto, Simionatto (2010), afirma que, no Brasil, a categoria sociedade civil, vista sob uma perspectiva gramsciana, teve papel relevante durante a ditadura militar para que se pensasse, fora do âmbito do Estado, a possibilidade de reinserção de organizações populares, sindicatos e partidos de esquerda na cena política. Ocorreu no país, na década de 1980, a mais expressiva movimentação da sociedade civil, durante o processo de redemocratização. Porém durante a década de 1990, houve uma ressignificação, principalmente no âmbito das políticas públicas, do conceito de sociedade civil, entendendo-a como espaço de representação de interesses privados e corporativos, de maneira despolitizada, dando suporte, inclusive, para as reformas neoliberais implementadas no país. A autora também apontou:

É nesse contexto que se fortalece uma concepção homogeneizante de sociedade civil como um sujeito de cooperação, abstraindo das relações entre Estado e sociedade os conflitos e a disputa entre projetos de classe, substituídos pela perspectiva da renovação democrática, do capital social, do empoderamento e da governabilidade. A sociedade civil despolitiza-se, deixa de configurar-se como terreno da “grande política”, de sujeitos coletivos que buscam interpelar e alterar o Estado, transformando-se em arena desqualificadora de demandas sociais mais globais. Aqui se esfumam tanto a luta em direção a projetos políticos universais quanto a defesa forte de direitos que então vinham ocorrendo, ganhando espaço as ações sociais pontuais, pulverizadas e corporativas (SIMIONATTO, 2010, p. 154, 155).

A autora acima citada destacou a existência de pelo menos três expressões da sociedade civil na América Latina. A primeira encontra-se ancorada nos princípios liberais e neoliberais, anulando a construção de projetos contra-hegemônicos, o que acarretou na constituição de um espaço da pequena política, das ações cotidianas, sem impulsos emancipatórios. A segunda expressão diz respeito aos novos movimentos sociais, que desempenham um importante papel na formação da política, na busca por serviços e políticas sociais e no controle social. Apesar de realizarem forte crítica ao modelo neoliberal, não têm como bandeira de luta a superação do modo capitalista de produção. Já na terceira expressão da sociedade civil na América Latina, apontada pela mesma autora, encontram-se os movimentos de resistência. Nestes, têm lugar os movimentos mais orgânicos, que buscam alternativas ao capitalismo, com uma perspectiva de classe bem definida, como os sindicatos – alguns casos - e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Teto (MST)⁴ (SIMIONATTO, 2010).

1.2. NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os novos movimentos sociais, a partir da perspectiva de Montaño (2011), surgiram tanto como complemento, quanto como alternativa aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda. O aparecimento dos novos movimentos sociais configurou um novo limite no âmbito do conflito produzido pelo movimento operário, e o autor considerou que as lutas operárias não se articularam

⁴ Este movimento social, apesar de, historicamente, ter um caráter mais contestatório se comparado aos outros movimentos sociais, tem realizado alianças com o governo do Partido dos Trabalhadores nas últimas décadas, o que fez com que sua posição combativa deva ser relativizada.

com demandas e lutas propostas pelos novos movimentos sociais emergentes. Foram exemplos de acontecimentos que determinaram surgimento dos novos movimentos sociais, o movimento mundial contra a guerra dos Estados Unidos contra o Vietnã, o chamado Maio de 1968, movimentos feministas, ecológicos e antinucleares. Acerca dos chamados novos movimentos sociais, Montañó (2011) afirma:

[...] denominou-se como Novos Movimentos Sociais na América Latina a emergência de organizações, movimentos, sujeitos sociais, que pautam suas ações, demandas e lutas a partir de uma diversidade de temas e questões. É esse universo multifacetado – tanto no campo organizativo quanto no campo interventivo – que constitui o denominador comum na utilização da expressão “Novos Movimentos Sociais (Montañó, 2011, p. 342)

Porém, o mesmo autor realizou uma crítica à denominação “novos”, pois defendeu que os sujeitos demandantes destes movimentos não surgiram recentemente. Segundo ele, os sem terra, os sem teto, as mulheres, os índios, os negros, entre outros, têm uma luta social travada historicamente, que não deve ser considerada atual. Na verdade, esta nomenclatura visa secundarizar a noção de classe social, que é intrínseca às bandeiras de luta dos chamados novos movimentos sociais. Neste sentido, Montañó (2011) firmou que, “mais do que substituir as lutas de classes, os chamados Novos Movimentos Sociais (NMS) vêm complementar elas, sob formas diversas e com distintos tipos de vinculação, direta ou indireta, consciente ou não” (MONTAÑO, 2011, p. 343).

Seguindo as mesmas ideias, ao criticar o conceito ou a teoria dos novos movimentos sociais, Martins (2014) afirma:

[...] as teorias dos NMS colocam a identidade coletiva como elemento central para a explicação dos movimentos. Deixam de ser consideradas como um produto do movimento a partir de condições objetivas comuns e são consideradas como fruto imediato da ação do grupo. Os movimentos aparecem como se fossem autodeterminados e, uma vez que não se pretende ir além da ação coletiva e da identidade por ela criada, a dimensão da luta de classes e o movimento do capital não aparecem como determinações (MARTINS 2014, p. 353).

Assim sendo, o sujeito, trabalhador, passou a ser considerado a partir de sua condição particular, como se o que ele demandasse não fosse produto da totalidade das relações sociais na sociedade capitalista – o que pode ser denominado de reflexos da questão social. No capitalismo, como já se abordou anteriormente, grande parte dos indivíduos que compõe a sociedade vive uma situação de exploração, isto é, aqueles que não detêm os meios de produção e possuem apenas a venda da sua força de trabalho como meio de subsistência. As classes dominantes buscam incentivar a despolitização dos sujeitos, mediante o atendimento às demandas pontuais e individuais, de modo que estas sejam vistas como a única finalidade dos movimentos sociais (MONTAÑO, 2011).

A concepção dos novos movimentos sociais exposta acima é uma dentre as várias interpretações deste fenômeno, e faz parte da leitura marxista dos novos movimentos sociais. Nesta pesquisa, houve uma identificação com esta interpretação, e será apresentado abaixo o debate em torno dos novos movimentos sociais, a partir de referenciais teóricos distintos. Na divisão realizada por Montañó (2011) acerca dos autores estudiosos do tema que debateram de maneira relevante sobre os novos movimentos sociais, o autor os divide, de maneira didática, em três grupos distintos. Estes grupos serão apresentados à medida que se discute as ideias propostas pelos autores.

De acordo com Bhir (1991), o desenvolvimento dos novos movimentos sociais se deu na década de 1970 em todos os países ocidentais. Estes seriam: os movimentos ecológicos, os movimentos pacifistas e antinucleares, os movimentos regionalistas e nacionalistas, os movimentos urbanos, feministas e os movimentos antissexistas. Ao analisar o desenvolvimento acelerado dos denominados novos movimentos sociais, Bhir (1991, p. 143) afirma que eles apresentam um duplo caráter. Ao mesmo tempo em que as questões que permeiam suas lutas situam-se, em geral, fora da esfera da produção e do trabalho, pois se relacionam aos aspectos que não parecem determinados diretamente pelas relações capitalistas, seus protagonistas geralmente mantêm uma postura de hostilidade ou indiferença com relação às organizações e às referências ideológicas e políticas do movimento operário hegemonicamente socialdemocrata.

O mesmo autor (BIHR, 1991, p. 144) declarou que, para entender a importância dos novos movimentos sociais, deve-se levar em conta a apropriação pelo capitalismo da *práxis* social. Isto consideraria o processo que leva todo o conjunto da prática social a se submeter aos imperativos do capital, tendo seus conteúdos e suas formas, conseqüentemente, remodeladas. Neste sentido, todas as relações sociais acabam se submetendo à lógica da reprodução mercantil, não somente as relações de produção. Esta apropriação resultou em um processo rápido e profundo de socialização da sociedade, que significou que cada prática, ato ou relação social tem a tendência de ser mediado por todos os outros.

Bihl (1991) estendeu o entendimento acerca da apropriação pelo capitalismo do conjunto das práticas sociais à comunicação simbólica, pois considera que “as mídias controladas pelo capital e/ou pelo Estado tendem a monopolizar cada vez mais, empobrecendo-a a ponto de sua própria sobrevivência colocar problemas para algumas pessoas; submetendo-a a um processo de reificação crescente [...]” (BIHR, 1991, p. 146).

Apesar da grande diversidade dos objetivos e dos terrenos de atuação dos novos movimentos sociais, existem alguns traços em comum entre eles, que são, de acordo com Bihl (1991):

[...] todos os seus terrenos e objetivos situavam-se fora da esfera do trabalho e da produção, mesmo quando tinham alguma relação com ela [...]; foram logo caracterizados por uma desconfiança comum para com o Estado e, portanto, para com a “sociedade política (os partidos e os políticos) [...]; desenvolveram uma ação crítica e contestatória colocando em questão, de maneira mais ou menos radical, um aspecto particular das condições gerais de existência resultantes da apropriação capitalista da *práxis* social, e atacando poderes públicos como responsáveis por essas condições [...]; exprimiram uma nova cultura política, centrada no conceito de autogestão e, de modo mais amplo, de novos valores [...] (BIHR, 1991 p. 152).

Como um ponto positivo dos novos movimentos sociais, o mesmo autor acima citado (BIHR, 1991, p. 153) destacou que eles chamaram atenção para a necessidade da luta contra a exploração e a dominação capitalistas passarem por espaços que aparentemente não têm relação direta com elas. Com isso, colocaram em evidência o fato de que tudo é, ou tornou-se político, a começar pelas relações entre mulheres e homens, até a organização do espaço, do tempo e social. Nesse

sentido, é preciso ampliar a luta anticapitalista. Além disso, o autor ressaltou que os novos movimentos sociais salientaram as insuficiências do movimento operário sob hegemonia socialdemocrata.

No que diz respeito à relação entre os novos movimentos sociais e o movimento operário, Bihr (1991, p. 154) entendeu que não chegou a ocorrer uma articulação entre ambos. Esta ausência resultou em uma relativa fraqueza política nos novos movimentos sociais, visto que eles possuíam terrenos de intervenção periféricos quando comparados à relação social considerada central, isto é, o conflito capital *versus* trabalho. Os novos movimentos sociais não mencionavam diretamente as lutas relativas aos objetivos mais imediatos do proletariado, como a melhoria das condições da venda da força de trabalho. Porém, apontaram as condições sociais mais gerais de sua reprodução, consideradas indiretas e secundárias, que derivam da situação de apropriação capitalista da sociedade.

Bihr (1991) evidenciou, ainda, o caráter particularista dos novos movimentos sociais: cada um destes tendeu a se isolar em determinado grupo de problemas, muitas vezes sem aparente relação com os outros. Isto levou ao fechamento nas práticas mais localizadas, a predominância da influência do *staff* administrativo em seu seio, e, por fim, a orientação direitista (liberal ou reformista ou neossocialdemocrata) que acabaram por influenciar esses movimentos. Sendo assim, estes “contribuíram com muita frequência, conscientemente ou não, para uma simples adequação social e cultural do capitalismo.” (BIHR, 1991, p. 156). Para o autor, de certa forma, os novos movimentos sociais acabaram por se tornarem os vetores do aperfeiçoamento da sociedade capitalista. Ao realizar esta afirmação, o autor (BIHR, 1991) chama atenção ao fato de que os novos movimentos sociais falharam ao não relacionarem suas demandas às questões mais gerais do modo de produção capitalista. Este fator fez com que, mesmo que sem terem tal intenção, operassem de certa forma um aperfeiçoamento na sociedade capitalista, na medida em que não lutaram contra ela.

A partir destas análises, o autor ressaltou a importância de finalizar a separação existente entre novos movimentos sociais e movimento operário, que é considerada prejudicial a ambos, uma vez que a luta anticapitalista deve desenrolar tanto dentro, quanto fora da esfera do trabalho, no sentido da reapropriação da

totalidade das relações sociais (BIHR, 1991, p. 157). Ao fazer essa ressalva, o autor afirma a importância dos novos movimentos sociais para a luta anticapitalista, não sendo assim “vetores do aperfeiçoamento capitalista”, desde que se consiga realizar articulação deles com o movimento operário.

Bihir (1991, p. 160, 161) afirma ainda que os novos movimentos sociais fizeram emergir referenciais éticos e políticos, e entre eles, alguns possuem potencial anticapitalista. Para ele, os seus referenciais se articulam em torno da tríade “autonomia-igualdade-solidariedade”:

A autonomia. É a recusa da expropriação generalizada da existência que a apropriação capitalista da *práxis* social tende a impor; a recusa de uma existência reduzida a um conjunto de papéis comandados e controlados pelos aparelhos de reprodução do capital. Em síntese, uma vontade de democracia direta ou de autogestão. [...] *A igualdade.* Sua reivindicação é expressa aqui especialmente na crítica de algumas relações de dominação: entre homens e mulheres (o sexismo), entre adultos e jovens (o paternalismo), as resultantes do período colonial (o racismo); [...] E na recusa dos fenômenos de exclusão, de marginalização, de segregação que o desenvolvimento do capitalismo, em geral, e a crise atual, em particular, engendram – o desemprego e a instabilidade. [...] *A solidariedade.* É a recusa da individualização concorrencial (da “guerra de todos contra todos”) que a reprodução ampliada do capital procura impor como regra de vida (BIHR, 1991;p.160-161).

Conforme Bihir apontou (1991, p. 238), as disputas e os terrenos das lutas que devem ser conduzidas fora do trabalho nas formações capitalistas desenvolvidas são muito numerosas, complexas e possuem particularidades. Por isso, nenhuma organização deve pretender assumi-las sozinha, nem mesmo as do tipo sindicalista-revolucionária. Neste sentido, o autor reconheceu que existe lugar para movimentos sociais específicos fora das relações de trabalho, “autônomos em relação às organizações de classe próprias ao proletariado, ou seja, que não se dirijam somente a seus membros e que não considerem exclusiva nem prioritariamente apenas seus interesses. ” (BIHR, 1991, p.139). Porém, para ele, a referida autonomia não deve representar indiferença nem hostilidade entre o movimento operário e os novos movimentos sociais, mas, pelo contrário, a necessidade de uma relação estreita entre ambos.

Neste sentido, pode estabelecer certa relação entre o proposto por Bihir (1991) e o proposto por Montaño (2011) e Martins (2014). O autor francês (BIHR,

1991) reconheceu a extrema importância da existência dos chamados novos movimentos sociais e entendeu a relevância dessas lutas, mesmo que se desenvolvessem fora da esfera do trabalho (mas, além disso, destaca a necessidade desses dois tipos de luta, o movimento operário e os novos movimentos sociais, possuírem uma relação estreita entre si). Enquanto Montañó (2011) acredita que a denominação “novos” visa secundarizar a luta desses sujeitos, desconectando-as da relação capital X trabalho. Além disso, este autor conseguiu perceber a relação entre as demandas dos considerados novos movimentos sociais e os movimentos sociais clássicos. Assim sendo, há complementariedade entre o pensamento dos referidos teóricos.

Outros autores que analisaram os novos movimentos sociais, assim como sua composição heterogênea, por identidades diversas, como a busca por mudanças pontuais sem visar à transformação social e o caráter não classista foram Alain Touraine e Tilman Evers. Estes pertencem à chamada corrente denominada “acionalista”, na qual os novos movimentos sociais foram “organizados em torno das questões da esfera da reprodução, como as da cultura e da identidade – raça, gênero, nacionalidade etc. – em detrimento da ênfase nas relações de produção e da configuração das classes sociais” (MONTAÑO, 2011, p. 312).

A partir de uma visão diferenciada acerca do surgimento e do desenvolvimento dos novos movimentos sociais em relação à superação do capitalismo, foram destacadas aqui as contribuições de Touraine (1988). O autor, ao escrever no ano de 1988 sua obra, entendeu que entrávamos em um novo tipo de sociedade que acabava por exigir a formação de novos movimentos sociais. Para ele (TOURAINÉ, 1988), a “época socialista” havia chegado ao fim, o que significava dizer que o movimento operário como personagem histórico tinha perdido sua importância, pois não havia mais o espaço de seu campo de batalha, ou seja, a sociedade industrial, e nem seu adversário histórico, que ele denominou de industrializador.

O mesmo autor acima citado (TOURAINÉ, 1988, p. 46) afirma que houve um recuo na sociedade industrial em detrimento da sociedade programada⁵. No período entre 1968 e 1975 ocorreu uma desaceleração no crescimento industrial, com uma crise em diversos setores, como a siderurgia, o que levou a diminuir ainda mais a população operária. Isso não significou que o proletariado deixou de existir, porém o que ocorreu é que “a ação operária se apoia cada vez menos na autonomia profissional e cultural que lhe dava força de resistência e lhe nutria a perspectiva de uma sociedade de produtores.” (TOURAINÉ, 1988, p. 47). O autor destacou que:

[...] o fim da época socialista não anuncia nem a despolitização e o fim das ideologias nem o irresistível florescimento dos Estados todo-poderosos, mas, em certas condições, ao menos, um novo movimento social, novas manifestações da opinião pública e, portanto, novas reivindicações políticas (TOURAINÉ, 1988, p. 18).

Assim sendo, o autor francês não considerou este novo tipo de sociedade que vem após a industrial, denominada por ele de sociedade programada, uma sociedade apática. Pelo contrário, destacou o surgimento, por todos os lados, de inovações, ações coletivas, contestações. Mas, para ele, essas reivindicações acabam por não serem ouvidas, na medida em que se encontram com um discurso deformado por um jargão político. “As novas energias se dissipam quando se teima em fazê-las acionar velhas máquinas em desuso” (TOURAINÉ, 1988, p. 17).

Touraine (1988, p. 22) enfatizou a importância da criação de um novo campo cultural e de um novo movimento social, devido à existência de uma multiplicidade de rupturas e iniciativas que estão presentes em todos os lugares, mesmo que, enfraquecidos e desordenados, sem fazer parte de um mesmo conjunto. Ele apontou que essas reivindicações não constituem novas formas do movimento operário e das ideias socialistas, que concentravam sua luta na esfera econômica, enquanto as principais contestações de hoje se voltam para o campo da cultura. Porém, o autor enfatizou que sua crítica ocorreu no sentido de evitar que o fim do

⁵ Na *sociedade programada* o conhecimento se torna a principal força econômica produtiva e o vínculo social é concebido por redes de comunicação, onde os bens materiais perdem espaço para os bens culturais do conhecimento.” (RAMOS).

modelo socialista configure em uma paralisação das esquerdas e na criação de um vazio que possivelmente seja preenchido por uma reação autoritária.

A respeito da formação dos novos movimentos sociais, Touraine (1988, p. 121) afirma que estes se dão principalmente em três domínios: o movimento das mulheres, os movimentos regionais e o movimento antinuclear. Entendo que, mesmo que estes possam ser considerados os principais, outros tipos de demandas e movimentos também devem ser incluídos nos novos movimentos sociais.

Para o autor (TOURAINÉ, 1988), é necessário criar novas formas de ação coletiva para estes novos movimentos sociais, que definem por si mesmos seus fins, se autogerenciam e não estão subordinados a teóricos ou partidos.

A maioria dos novos grupos de reivindicação e contestação querem ser, antes de tudo, exemplares, organizados em consonância com seus fins mais do que com as exigências de um combate: são grupos menos instrumentais do que expressivos, cujos participantes se sentem gratificados tanto pela experiência que neles vivenciam quanto pela consciência da missão que executam (TOURAINÉ, 1988, p. 139).

Touraine (1988) destacou como características destes novos grupos, a predominância do grupo sobre o objetivo do movimento – que destaca a autodeterminação dos movimentos sociais -, o fim de sua submissão a uma instância superior – seja política ou ideológica -, a ausência de centralismo, a busca da autonomia e iniciativa e a autodeterminação dos movimentos. Além disso, como a participação no movimento não se justifica mais pela filiação a determinado grupo, ela deve ocorrer de modo voluntário, podendo haver uma variedade de símbolos de identificação, como as posturas corporais e as vestimentas, por exemplo (TOURAINÉ, 1988).

Ao entender que a identidade entre seus participantes é um dos elementos determinantes dos chamados nos novos movimentos, Evers (1984) destacou que estes movimentos propiciaram um alargamento na esfera do político. O autor afirma que as relações de poder penetram todos os poros da vida social, sendo assim, não existem espaços sociais isentos da política. Nesse sentido, conclui-se que todas as relações de poder são permeadas pela vida social, ou seja, considerar os fenômenos políticos como destacáveis da vida social constitui uma construção da sociedade burguesa. De acordo com Evers (1984)

[...] o elemento 'novo' dos novos movimentos sociais consiste exatamente na criação de pequenos espaços de prática social nos quais o poder não é fundamental; e não conseguiremos entender esta potencialidade enquanto a encararmos do ângulo de um poder apriorístico (EVERS, 1984, p. 14):

O autor alemão constrói sua argumentação, baseando-se em quatro teses bem definidas. A primeira é a de que os novos movimentos sociais possuem um potencial inovador sociocultural, e não político, ou seja, as metas destes grupos encontram-se na estrutura celular do cotidiano social, num “fazer diferente”, na sua capacidade de criar e experimentar novas formas de se relacionar cotidianamente. Isto “pode revelar-se como mais político do que a ação imediatamente orientada na direção das estruturas de poder existentes” (EVERS, 1984, p. 15). Sendo assim, ele afirma que os resultados visíveis dessas ações só aparecerão a longo prazo.

Com relação a esta primeira tese, ao valorizar o caráter sociocultural em detrimento do político dos novos movimentos sociais, o autor reafirma sua posição acionalista, a qual aqui se criticou. Seria a ideia de defender que as ações dos indivíduos são orientadas por valores culturais e subculturais, desconsiderando a realidade objetiva e subjetiva. Esta visão tende a desconsiderar a alienação e a ideologia ao analisar a motivação por trás das ações dos indivíduos, defendendo a suposta autodeterminação do sujeito, sendo suas escolhas feitas a partir de uma consciência puramente racional.

A segunda tese de Evers baseia-se na existência de uma utópica “face oculta” da esfera social, que seria deformada por sua “face visível”. De acordo com ele:

A sociedade dominante é, portanto, a face frontal, iluminada e sólida da esfera social, que exerce uma pressão permanente sobre sua franja contestadora a fim de adaptá-la às realidades de poder existentes. A utopia positiva para a qual apontam os novos elementos dos movimentos sociais permanece ainda como a face oculta na obscuridade do futuro, antecipada somente pela fantasia social. Não fosse essa franja se mexer, não poderíamos sequer imaginar que a esfera tem um lado oculto (EVERS, 1984, p. 17).

Evers (1984) defendeu como terceira tese a dicotomia “alienação-identidade” como central para o entendimento da construção da contracultura dos novos

movimentos sociais. Ou seja, seria o caminho a ser percorrido entre a situação de suposta alienação e a construção de uma possível identidade. Segundo ele, uma grande e difícil tarefa destes movimentos seria a construção da noção de identidade, no sentido de uma “autopercepção realista de suas próprias características, potenciais e limitações, superando falsas identidades outorgadas de fora [...]” (EVERS, 1984, p. 18). Esta elaboração constituiria na reafirmação da dignidade humana frente às experiências cotidianas de devastação cultural, opressão, miséria, exploração. O autor sugere ainda traçar uma linha divisória entre as organizações sociais tradicionais e um campo diferente delas, que por meio da busca de uma identidade autônoma, podem ser chamados de novos movimentos sociais (EVERS, 1984).

Com essa tese, foi percebida a busca pelo total descolamento entre a luta de classes e os novos movimentos sociais na formulação de Evers (1984), visto que esses movimentos seriam os responsáveis pela formação da identidade em oposição à alienação. Esta identidade, a partir das suas palavras, permitiria uma autopercepção realista das características dos indivíduos, o que por si só, foi considerado insuficiente para uma luta efetiva contra o modo de produção capitalista.

A quarta tese proposta por Evers (1984) consistia na criação de embriões de sujeitos que correspondem ao surgimento de um projeto alternativo. Ao mesmo tempo em que são criados novos padrões de práticas culturais e sociais, os grupos e indivíduos se configuraram sujeitos desse processo, ou seja, desenvolve-se neles, novas formas de “ser sujeito”. Os sujeitos e as coletividades não podem ser considerados sujeitos totais, mas portadores de fragmentos de subjetividade, quando conseguem superar alguns aspectos da alienação e caminhar no sentido da construção de certas características de uma identidade autônoma. A identidade autônoma seria criada a partir de uma profunda revisão das concepções tradicionais acerca dos sujeitos sociais e o processo de sua constituição (EVERS, 1984).

Portanto, o autor acima citado afirma que um dos pontos essenciais nos novos movimentos sociais é sua capacidade de gerar embriões de uma nova individualidade social. Além disso, apontou que esta essência é a mesma em qualquer lugar, não havendo uma grande diferenciação entre os países centrais e a

América Latina e os demais países periféricos. Aqui se criticou esta posição, entendendo que existe uma diferenciação entre os novos movimentos sociais em países europeus e na América Latina, não podendo desconsiderar a posição dos países na divisão internacional do trabalho em nossa análise.

Outra corrente de autores que analisou os NMS é constituída pela chamada “esquerda pós-moderna” (Montaño, 2011), que, inspirada pelas teorias “acionistas”, negaram as bases teóricas do marxismo com relação às organizações tradicionais, tais como partido e sindicato, entendendo que estas já haviam sido superadas diante das demandas dos novos movimentos sociais. Sendo assim, esta perspectiva analítica negou a perspectiva de totalidade, da luta de classes e da revolução. Entre um dos principais autores da referida vertente, foi destacado aqui as contribuições de Boaventura de Souza Santos (2004).

Santos (2004) se dedicou a analisar os chamados novos movimentos sociais, e considerou que essas organizações seriam baseadas em dois polos estruturais: o primeiro diz respeito à relação entre regulação e emancipação, e, o segundo, entre subjetividade e cidadania. Sobre o primeiro polo, o autor afirma que a maior novidade dos referidos movimentos estaria na constituição de uma crítica, simultaneamente, à forma de regulação social capitalista e emancipação social socialista, definida pelo marxismo. Os excessos da regulação social capitalista configuram diversos aspectos da vida social, como a forma como se trabalha e se produz, assim como os momentos de descanso, as assimetrias das relações sociais e a experiência da pobreza, o que pode gerar desequilíbrios psicológicos nos indivíduos. Estes fatores acabariam por atingir a sociedade como um todo ou aos grupos sociais transclassistas, não se restringindo a uma única classe social. Nesse sentido, Santos (2004) afirma que:

Através da identificação das novas formas de opressão que ultrapassam as relações de produção e sequer são específicas delas, como a guerra, a poluição, o machismo, o racismo e o produtivismo; e da defesa de um novo paradigma social, mais baseado na cultura e na qualidade de vida do que na riqueza e no bem-estar material, os NMSs denunciam, com uma radicalidade sem precedentes, os excessos de regulação da modernidade , (Santos, 2004, p. 177).

No que diz respeito à relação entre subjetividade e cidadania no contexto dos novos movimentos sociais, Santos (2004) apresentou duas concepções distintas. A primeira considerou a afirmação da subjetividade em detrimento da cidadania e a busca por uma emancipação pessoal, social e cultural ao invés de política. A segunda desconsiderou a novidade destes movimentos, afirmando que a possível distância entre os novos movimentos sociais e o Estado é apenas aparente. Nesta, suas demandas, sejam locais ou globais, sempre se transformam em exigências ao Estado, podendo estas exigências ocorrerem por meio do *lobbying*, por via extraparlamentar, por ligações com partidos e sindicatos, de maneira oficial ou não (SANTOS, 2004).

Na opinião do sociólogo português, os novos movimentos sociais são inovadores, especialmente no que diz respeito à ideologia e às formas organizativas. Para ele, não se deve explicar os novos movimentos sociais em sua totalidade por uma teoria unitária, neste momento, mas possivelmente, a partir da extensão dos referidos movimentos na América Latina para os países centrais. Essa expansão seria um requisito para propiciar um caráter emancipatório dos novos movimentos sociais e a viabilidade do uso de uma teoria unitária (SANTOS, 2004).

Santos (2004) afirma que os novos movimentos sociais não rejeitam a política, porém pelo contrário, a ampliam para além da distinção entre sociedade civil e Estado. Afirma ainda, que a politização do cultural, do pessoal e do social, ao mesmo tempo que ampliou espaços para o exercício da cidadania, “revela as limitações da cidadania de extração liberal e também da cidadania social, restritas ao âmbito do Estado e do político por ele constituído.” (SANTOS, 2004, p. 184).

Manuel Castells e Jean Lojkine fazem parte do grupo composto por marxistas e comunistas, que se preocupavam em incorporar as demandas dos novos movimentos sociais às lutas de classes, ou seja, à luta política revolucionária. Um desafio para tais autores foi o de “adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária à nova conjuntura das lutas sociais.” (MONTAÑO, 2011, p. 311). Em suma, este grupo se baseava na tradição marxista e concedia ênfase às estruturas econômicas, às classes sociais e aos conflitos sociais.

Os novos movimentos sociais - sobretudo os movimentos urbanos - também foram analisados por Lojkine (1977). Para este, não é possível analisar um movimento social urbano de maneira independente da sua articulação com os movimentos sociais que são ligados à produção, e que, se remetem à questão do poder político. O autor afirma que existem duas grandes contradições clássicas inerentes ao modo de produção capitalista, que são consideradas por ele clássicas porque aparecem desde o estágio pré-monopolista do capitalismo (LOJKINE, 1977).

A primeira diz respeito à parcela do capital social, que é investida no financiamento dos meios de produção e nos meios de reprodução da força de trabalho (por exemplo, transporte coletivo e moradia). Contudo, geralmente os ritmos de investimento nos primeiros são bem maiores que no segundo. O autor exemplificou a ocorrência dessa contradição na sociedade francesa. A segunda referiu-se ao uso do solo, quando o espaço que será urbanizado atende majoritariamente às necessidades do capital, por meio da aglomeração de seus meios de produção. Esta contradição surgiu “[...] do esmagamento da força de trabalho pelo uso exclusivamente industrial do espaço urbano” (LOJKINE, p. 303, 1977).

Para o autor francês, essas duas contradições consideradas antigas não teriam desaparecido, mas o seu conteúdo foi modificado, com as transformações estruturais do capitalismo. Ele destacou o surgimento de dois tipos de contradições: “a) a da nova mobilidade espacial e temporal do capital monopolista; b) a das novas formas de autonomização social e espacial das funções econômicas das empresas (ou melhor, dos grupos monopolistas).” (Lojkine, 1977, p. 304). Em suma, Lojkine (1977) afirma que as principais contradições do modo de produção capitalista estão no nível do financiamento público e do uso de um espaço limitado. Destas duas contradições destacadas pelo sociólogo, e especialmente do reflexo e das consequências delas na sociedade, surgem as principais questões pelas quais demandam os movimentos sociais urbanos.

Castells (2000), ao abordar os movimentos sociais urbanos – assim ele denominou o que os outros autores, exceto Lojkine, intitularam de novos movimentos sociais -, constatou a ocorrência de incapacidade do sistema capitalista em assegurar a produção, distribuição e gestão dos recursos coletivos necessários

para a reprodução da força de trabalho. Isto geraria “contradições urbanas”, e aí residiriam as necessidades e demandas dos movimentos sociais urbanos. “A potencialidade política dos movimentos sociais urbanos seria a de serem capazes de produzir mudanças qualitativas no sistema urbano, nas instituições públicas e na gestão democrática da cidade” (MONTAÑO, 2011, p. 325).

O sociólogo francês (CASTELLS, 2000) discorreu sobre o processo de urbanização durante o desenvolvimento do capitalismo industrial. Para ele, o processo de formação das cidades no momento da Primeira Revolução Industrial está ligado a dois conjuntos de fatores fundamentais: inicialmente, à decomposição de estruturas sociais agrárias aliada à emigração dessa população para centros urbanos, que forneceu a força de trabalho essencial à urbanização. O segundo refere-se ao conjunto de fatores que consistiu na passagem da economia doméstica para a economia de manufatura. Em seguida, houve a passagem para uma economia de fábrica, que criou, ao mesmo tempo, concentração de mão de obra, de mercado consumidor e a constituição de um meio industrial (CASTELLS, 2000).

O termo urbanização refere-se ao mesmo tempo à constituição de formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração significativa das atividades e das populações num espaço restrito, bem como à existência e à difusão de um sistema cultural específico, a cultura urbana (CASTELLS, 2000, p. 46).

Com relação à Segunda Revolução Industrial, Castells (2000) afirma que a utilização do bonde e a generalização da energia elétrica permitiram a ampliação das concentrações urbanas, aumentando a oferta de mão de obra ao redor das unidades de produção industrial. Além disso, os transportes coletivos permitiram a integração entre as variadas zonas e as atividades desenvolvidas na metrópole, enquanto os automóveis propiciaram a dispersão urbana, gerando zonas de residência individual espalhadas pela região, por meio das vias de circulação rápidas. O transporte de produtos agrícolas por caminhão para o consumo da população também foi essencial para a subsistência das grandes metrópoles (CASTELLS, 2000).

Para Castells (2000), o crescimento urbano nas regiões consideradas “subdesenvolvidas” se deu numa velocidade maior que nos países industrializados,

sem que houvesse um crescimento econômico que acompanhasse esse ritmo. Sobre a urbanização latinoamericana, afirma que essa se caracterizou por:

[...] população urbana sem medida comum com o nível produtivo do sistema; ausência de relação direta entre emprego industrial e crescimento urbano; grande desequilíbrio na rede urbana em benefício de um aglomerado preponderante; aceleração crescente do processo de urbanização; falta de empregos e de serviços para as novas massas urbanas e, conseqüentemente, reforço da segregação ecológica das classes sociais e polarização do sistema de estratificação no que diz respeito ao consumo (CASTELLS, 2000, p. 99).

Uma diferença destacada pelo autor (CASTELLS, 2000) foi a de que o impacto nas áreas urbanas ocorreu devido ao aumento do emprego industrial, e desse modo, a consequência da urbanização nos países “subdesenvolvidos” é bem diferente da operada nos países capitalistas adiantados. Ressaltou, ainda, a importância de dar um pouco de “história concreta” aos movimentos sociais urbanos, que segundo ele, ainda constituem um espaço teórico mal delimitado ou uma referência ideológica globalizadora. Neste sentido, Castells (2000) realizou uma pesquisa detalhada sobre uma luta específica num bairro de Paris, e posteriormente, a relação entre luta urbana e luta política no Quebec e no Chile, ao invés de explorar uma série de casos, para apreender o que o autor chamou de “nascimento de uma nova realidade”. Ou seja, a articulação entre “luta urbana” e “luta política” que envolve os movimentos sociais urbanos (CASTELLS, 2000, p. 461).

Castells (2000) construiu algumas “teses exploratórias sobre a questão urbana”, que são produtos das pesquisas realizadas com os três movimentos sociais urbanos citados acima. Ele considerou que estas teses não constituem “resultados”, mas “tentativas” e “sondagens” sobre o tema abordado. Dentre as dezoito teses construídas pelo autor, ressaltou as seguintes:

9. A ligação entre o espaço, o urbano, e um certo sistema de comportamentos, considerados típicos da “cultura urbana”, só tem como fundamento o ideológico: trata-se de uma ideologia da modernidade, visando mascarar e naturalizar as contradições sociais (CASTELLS, 2000, p. 540).

Para o Castells (2000), ao abordar o tema da “cultura urbana”, foi utilizado um recurso ideológico com a intenção de tornar as pessoas mais passivas frente às

problemáticas das cidades, como se o caos urbano fosse natural, isto é, algo próprio da modernidade – seja no transporte, nas moradias ou na saúde.

13. Por movimento social urbano, entendemos um sistema de práticas que resulta da articulação de uma conjuntura definida, ao mesmo tempo, pela inserção dos agentes de apoio na estrutura urbana e na estrutura social, e de tal modo que seu desenvolvimento tenda objetivamente para a transformação estrutural do sistema urbano ou para uma modificação substancial da relação de força na luta de classes, quer dizer, em última estância no poder do Estado (CASTELLS, 2000, p. 541).

Neste ponto, o mesmo autor (CASTELLS, 2000) definiu que tipo de transformação um movimento social urbano costuma buscar. Pode ser desde uma modificação estrutural no sistema urbano, assim como uma alteração nas relações de forças na luta de classes. Ou ainda, foi constatado que, a partir desta tese, o autor afirma haver possibilidade de um grande alcance nos movimentos sociais urbanos, chegando, inclusive, a alterar o poder do Estado.

14. As contradições sociais “urbanas” caracterizam-se sobretudo por dois traços fundamentais:

a) Elas são “pluriclassistas”, no sentido de que as divisões que operam não são paralelas com a oposição estrutural entre as duas classes fundamentais, e distribuem preferencialmente as classes e frações numa relação cujos termos em oposição variam amplamente conforme a conjuntura. Deduzimos que a “política urbana” é um elemento essencial na formação de alianças de classes, em particular com relação à pequena burguesia.

b) São contradições estruturalmente secundárias, no sentido de que não colocam diretamente em questão as leis fundamentais do modo de produção e que, por conseguinte, sua articulação com um processo que vise a conquista do poder de Estado atravessa um conjunto de mediações. Posto isso, podem ocorrer conjunturas nas quais ela se torna a principal com relação ao critério do desenvolvimento da tomada de poder (CASTELLS, 2000, p. 542).

A partir destes elementos fundamentais indicados acima pelo autor, foi verificado que Castells (2000) considerou as contradições sociais urbanas presentes na bandeira de lutas dos movimentos sociais urbanos como secundárias, por não colocarem em questão o que rege o modo de produção capitalista. Apesar disso, o autor entendeu que o uso de um conjunto de mediações deve levar a um processo que possibilite a conquista do poder do Estado.

16. [...] Pela articulação de uma contradição inerente à estrutura urbana com outras contradições econômicas, políticas e ideológicas. Assim, por exemplo, a contradição existente ao nível dos transportes urbanos está *diretamente ligada* à contradição capital-trabalho; a que se exprime cada vez mais ao nível da organização espacial do equipamento escolar está em relação com o movimento de revolta da juventude etc (CASTELLS, 2000, p. 543).

De acordo com essa tese, Castells (2000) afirma que, ao analisar as contradições urbanas, deve-se considerar alguns fatores. Um deles é a articulação desta contradição com outras, sejam de natureza política, ideológica ou econômica. A partir disso, ele utilizou como exemplo uma das bandeiras de luta desse objeto de pesquisa, o Movimento Passe Livre (MPL), que busca uma nova lógica na administração do transporte coletivo urbano⁶. Castells (2000) falou sobre a importância de identificar essa contradição acerca do transporte público com aquela que seria a essencial no modo de produção capitalista, o conflito capital *versus* trabalho.

No Brasil, os novos movimentos sociais possuem particularidades se comparados com outros países, como afirma Scherer-Warren (1987). A autora defendeu que a identidade dos novos movimentos sociais é construída a partir de dois fatores marcantes, que se associam, respectivamente: estruturais e culturais. O primeiro diz respeito ao reconhecimento por parte do povo, das condições materiais do capitalismo nesta fase, e de suas múltiplas formas de exploração e opressão, consideradas mais amplas que os antagonismos presentes nas relações de produção. O segundo fator refere-se à internacionalização de uma cultura crítica, que tem penetrado os movimentos populares. As formas de organização e a luta dos novos movimentos sociais têm sido caracterizadas pelos seguintes princípios:

[...] democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à liberdade coletiva (SCHERER-WARREN, 1984, p. 40).

A mesma autora (SCHERER-WARREN, 1984) afirma que existe uma identidade parcial entre os novos movimentos sociais nos países de Terceiro Mundo

⁶ Discorreremos sobre o Movimento Passe Livre e sua bandeira de lutas no capítulo 2 deste trabalho.

e nos países desenvolvidos, visto que os primeiros ainda não dos foram atendidos em muitos direitos mínimos de cidadania e de necessidades básicas que já foram conquistados nos países centrais. Foi identificado, neste ponto, as demandas pelo transporte coletivo, que é uma das bandeiras de luta do MPL. A convergência no âmbito das identidades entre os países desenvolvidos e os de Terceiro Mundo seriam, sobretudo, os movimentos feministas, ecológicos e pacifistas (SHERER-WARREN, 1984).

No Brasil, de acordo com Sherer-Warren (1984), os movimentos que têm assumido um novo caráter em suas formas de atuação seriam, para a autora: parte dos movimentos sociais urbanos, o novo sindicalismo urbano e rural, as comunidades eclesiais de base, o movimento pacifista, o movimento feminista e o ecológico, além de setores do movimento de jovens. Para ela, o modelo cultural que orientaria as formas de organização dos novos movimentos sociais, mesmo com a existência de problemas iniciais, abriria um campo de possibilidades futuras. De acordo com ela:

Pergunta-se se o fato destes movimentos voltarem-se para questões muito imediatas e localizadas e apresentarem igualmente reivindicações parciais e locais, não impossibilitaria a unidade nacional e impediria qualquer projeto político mais global de transformação social (SHERER-WARREN, 1984, p. 12).

Segundo a mesma autora (SHERER-WARREN, 1984), a proliferação crescente de grupos de base tem criado um “lastro social” muito importante. Afirma ainda que o distanciamento entre os novos movimentos sociais com relação aos partidos políticos e ao Estado pode ser temporário, de acordo com o atendimento ou não por parte destes de seus anseios. De acordo com esta interpretação, o respaldo popular dos partidos seria propiciado pela assistência às demandas dos novos movimentos sociais, o que levaria os partidos a atenderem a estas exigências e, assim, possivelmente terem o apoio dos movimentos (SHERER-WARREN, 1984).

Alguns aspectos principais permeiam a construção de uma cultura de base por parte dos novos movimentos sociais no Brasil. Estes aspectos seriam, para Sherer-Warren (1984):

1-Reação às formas autoritárias e de repressão política, propondo democracia direta sempre que possível e de base ou representativa em contextos mais gerais, além de questionar os próprios critérios de distribuição do poder; 2-Reação às formas centralizadoras do poder, defendendo autonomias locais e sistemas de autogestão; 3-Reação ao caráter excludente do modelo econômico adotado no país, encaminhando novas formas de vida mais comunitária Sherer-Warren, (1984, p. 50):.

Portanto, a partir das considerações de Sherer-Warren (1984), os novos movimentos sociais realmente não apresentam projetos bem definidos para o futuro, porém estão construindo bases para uma existência mais socializada e democrática, visto que para a autora, os novos movimentos sociais valorizam a noção de liberdade individual associada à liberdade coletiva.

2. AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O MOVIMENTO PASSE LIVRE

Neste capítulo, foi discutido o direito ao transporte coletivo no Brasil como uma luta social histórica. Em seguida, foram problematizados os principais acontecimentos que resultaram nas chamadas Jornadas de Junho de 2013, entendendo que estas representaram um marco no movimento social brasileiro contemporâneo nos últimos anos. Foi relacionado o acontecimento das Jornadas, entre outros fatores, ao modelo de cidade neoliberal, mercantilizada e excludente. A partir disso, foram feitas discussões em torno do acesso ao transporte público, a conquista da revogação das tarifas em todo o país e a continuidade dos atos, ainda no mês de junho do mesmo ano. Foram analisadas as ações do Movimento Passe Livre (MPL), que é o objeto de estudo desse trabalho e que foi o movimento que teve suas iniciativas consolidadas em âmbito nacional em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e desempenhou papel relevante durante as manifestações nacionais em junho de 2013. Além disso, foi realizada a articulação do MPL com os autores que discutem os chamados novos movimentos sociais, ao fim do capítulo.

2.1. A LUTA PELO TRANSPORTE COLETIVO NO BRASIL

De acordo com Assad (2015), o transporte público é um produto histórico que, apesar de resultante de lutas sociais da classe trabalhadora, visa atender aos interesses do modo de produção capitalista. Se não tivesse ocorrido um grande investimento no transporte para a realização do excedente da produção no campo para as feiras de trocas de mercadorias, que possibilitou a eclosão dos grandes centros comerciais na Europa, não teria sido possível a expansão do capitalismo (ASSAD, 2015).

De acordo com o mesmo autor acima citado (ASSAD, 2015), além do transporte de mercadorias – bens de consumo -, o transporte também possibilitou a circulação da mercadoria força de trabalho, que é essencial ao funcionamento do sistema, ou seja, o transporte do trabalhador de sua residência até o local da produção. Neste sentido, o transporte público coletivo tornou-se essencial à produção e reprodução no modelo econômico e social vigente. Entretanto a formulação de políticas públicas de transporte deveria se preocupar exclusivamente

com a maior parte do seu público alvo, a classe trabalhadora, como o autor apontou abaixo.

A gestão desse transporte envolve interesses de diversos setores, entre eles: as grandes empresas automobilísticas; empresas privadas que oferecem o serviço de transporte coletivo; empresas da construção civil que atuam na realização de obras de mobilidade; políticos do poder executivo e legislativo; órgãos reguladores; trabalhadores do setor de transporte (motoristas, cobradores, mecânicos); usuários do serviço, entre outros. O resultado desse conflito de interesses tem sido a precária condição de transporte, que é oferecido a um custo muito mais alto ao usuário, uma vez que o responsável por essa política, o Estado, está sujeito às forças do mercado (ASSAD, 2015, p. 13, 14).

Assad (2015) afirma que o poder de decisão e gestão do transporte coletivo dentro das cidades hoje está sob responsabilidade das prefeituras, mas os poderes Executivo e o Legislativo dos municípios possuem uma enorme influência sobre a prestação desse serviço. A regulamentação da política urbana nacional está prevista no texto da Constituição Federal de 1988, título VII, capítulo II, artigos 182 e 183. Com relação às competências dos entes federativos, a Constituição apontou no artigo 21, XII, “c” a “f”, como competência da União, o seguinte:

- XII – explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: [...]
- c) a navegação aérea, aeroespacial e a infraestrutura aeroportuária;
- d) os serviços de transporte ferroviário e aquaviário entre portos brasileiros e fronteiras nacionais, ou que transponham os limites de Estado ou Território;
- e) os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros;
- f) os portos marítimos, fluviais e lacustres; [...]
- XX – instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; [...]
- XXI – estabelecer princípios e diretrizes para o sistema nacional de viação;

No que se refere à competência dos municípios, o artigo 30 declarou: “V– organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial; [...]”. Como orientação para a execução da política de transporte, foi promulgada pela União, em 2012 a Lei nº 12.587, que criou a Política Nacional de Mobilidade Urbana, com o objetivo de regulamentar os dispositivos que tratam do assunto presentes na Constituição. A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui

princípios, diretrizes e também objetivos e metas a seguir. Foram destacados os princípios nos artigos abaixo (CIDADE e JÚNIOR, 2016).

Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

I - acessibilidade universal;

II - desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais;

III - equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo;

IV - eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano;

V - gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana;

VI - segurança nos deslocamentos das pessoas;

VII - justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços;

VIII - equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros;

e

IX - eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana.

Desta forma, a Política Nacional de Mobilidade Urbana traz pontos extremamente relevantes que, se postos em prática, poderiam alterar consideravelmente a dinâmica de mobilidade e até de vida nas cidades brasileiras. Conforme foi apontado por Cidade e Júnior (2016), a Emenda Constitucional número 90, promulgada em 15 de setembro de 2015, incluiu o direito ao transporte na categoria de direito social, ao lado de outros direitos como o à saúde e à educação, por exemplo. O direito ao transporte tornou-se um direito que garante acesso a todos os equipamentos e espaços da cidade, ou seja, aos demais direitos sociais, para que os cidadãos possam usufruir das suas funções urbanas.

Porém os mesmos autores acima citados concluem seu trabalho (CIDADE e JÚNIOR, 2016) afirmando que é clara a carência no serviço de transporte coletivo, e que, mesmo possuindo um órgão gestor local, a maioria dos municípios “[...] não oferece o serviço de ônibus intramunicipal, mantendo o fomento do transporte individual (carro/moto), perpetuando a deficiência no acesso aos direitos sociais [...]” (CIDADE e JÚNIOR, 2016, p. 203).

Conforme Assad (2015) ressaltou, a maioria dos municípios realiza contratos de concessão precários, deixando as empresas que prestam o serviço quase livres de auditorias públicas. Desse fator, percebeu-se que as Parcerias Público Privado (PPP) no transporte coletivo são um ótimo negócio para os empresários, em que o

poder público se responsabiliza, em geral, por todo o investimento em infraestrutura, que não gera lucro, enquanto as empresas ficam com as atividades que rendem grande retorno financeiro. Assad (2015) ainda observou que grande parte das empresas que ganha as concessões do transporte coletivo foi ou é financiadora das campanhas eleitorais dos candidatos a vereadores e prefeitos eleitos, o que acarreta em que os políticos tenham que compensar o investimento realizado em suas campanhas.

Além destes fatores, cabe destacar que, conforme Godeiro (2012) apontou, o principal ramo que motivou o desenvolvimento industrial no Brasil, foi o das indústrias automotivas, a partir de 1950. Neste período, o Governo Federal colocava em ação o plano de desenvolvimento “50 anos em 5”, que priorizou a construção de rodovias, deixando as ferrovias em segundo plano. Para o autor, esta política estava subordinada, claramente, aos interesses das montadoras internacionais de automóveis. Isso acarretou em que a indústria automobilística continue constituindo um dos principais capitais operantes no Brasil, e neste sentido, segue-se a lógica do desenvolvimento de políticas, por parte do Estado, para favorecer ainda mais aumento de acúmulo de capital das empresas automobilísticas. O autor conclui que o investimento no transporte individual se tornou prioridade em detrimento do investimento no transporte coletivo (GODEIRO, 2012). Este fator contraria uma das diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana no tocante à da prioridade dos serviços de transporte público coletivo sobre o individual motorizado, que vêm sendo mantida.

Godeiro (2012, p. 36) também identificou que tem sido catastrófico o resultado do alto investimento no transporte individual, visto que, das 150 milhões viagens realizadas por dia, 59% são motorizadas e apenas 3% são de metrô e trem, enquanto 38% dessas viagens são a pé. O autor afirma, baseado em dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que:

[...] o prejuízo com o congestionamento nas 10 maiores cidades brasileiras –e de R\$ 460 bilhões por ano(13% do PIB do Brasil), valor que, investido no transporte público, resolveria o caos nas grandes cidades brasileiras. Em 2009 produziu um recorde de engarrafamento em São Paulo de 293 quilômetros, congestionamento equivalente à distância entre Natal e Recife (GODEIRO, 2012, p. 36).

Segundo Pereira (2012), a política de transporte público no Brasil faz parte de um quadro mais amplo de modelo de desenvolvimento adotado historicamente pelo país, especialmente no que diz respeito às políticas sociais. Para ela, desde o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a política social foi marginalizada. Inclusive, a própria educação presente no Plano de Metas desse governo tinha praticamente o único objetivo de preparar mão de obra para empresas estrangeiras que se estabeleceram no país, especialmente as do ramo automobilístico (PEREIRA, 2012, p. 733).

No período da ditadura militar, uma das principais características das políticas sociais, de acordo com a autora:

[...] a política social foi amplamente utilizada como compensação ao cerceamento dos direitos civis e políticos, praticados pelo Estado, que, graças à existência à época de um ciclo econômico expansivo internacional, deu continuidade à industrialização desenvolvimentista no país (PEREIRA, 2012, p. 733).

Porém mesmo com o fim da ditadura militar em 1985, a democratização do país e a construção coletiva do texto da Constituição Federal de 1988, o movimento mundial do capital se dava no sentido da implementação de políticas neoliberais e da negação da proteção social no modelo socialdemocrata. Por esse motivo, ocorreu um processo de desfiguração das conquistas sociais garantidas, pelo menos teoricamente, pela Constituição Federal. Assim sendo, conforme Pereira afirma (2012, p. 736), o país continua sem conseguir vencer a grande desigualdade social construída historicamente, “[...] as deficiências estruturais e acumuladas nas áreas da saúde, educação, assistência social, seguro-desemprego, [...] e problemas crônicos nas áreas da infraestrutura urbana (habitação, saneamento básico, transporte), da reforma agrária [...]”.

Especialmente com relação ao período recente, de implementação de políticas neoliberais mundialmente, o foco da política social deixou de ser as necessidades humanas para ser o atendimento às necessidades do capital, ou seja, a satisfação do crescimento das taxas de lucro, que é a condição primeira para a manutenção do capitalismo (PEREIRA, 2012, p. 737).

No Brasil, a operação do transporte público por ônibus urbano é custeada de modo geral, pelas receitas arrecadadas nas tarifas pagas pelos usuários dos serviços de transporte. Conforme nota técnica elaborada por Carvalho (2013) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), esse tipo de custeio apresenta algumas distorções. Uma delas seria a perda de demanda pagante do transporte público em virtude do aumento do custo das passagens - no país, na última década ocorreu esse movimento devido ao avanço do transporte individual. Este fator levaria ao aumento das tarifas, ao precisar compensar a diminuição do número de usuários pagantes do transporte público. Isto gerou ainda mais a diminuição destes usuários, o que alimenta esta situação, visto que as camadas mais carentes da população cada vez menos conseguem pagar as tarifas do transporte público (CARVALHO, 2013)

Conforme apontado por Carvalho (2013), um fator agravante da situação da mobilidade nos centros urbanos é que, geralmente, as pessoas de mais baixa renda moram nas periferias, exatamente onde o transporte é mais caro. Este fator pode ser considerado como limitador do acesso dos moradores das periferias aos serviços públicos como saúde e até mesmo lazer.

Fix (2015) indicou que o transporte público segue um ciclo vicioso de perda da qualidade, que dentre outros fatores, é devido à forma de regulação atual do transporte público em nosso país, que favorece lucros extraordinários para os empresários e não oferece um serviço de qualidade. Com a elevação da tarifa, sem a melhora na qualidade, cada vez mais, as pessoas que podem, optam pelo modelo individual de deslocamento. O transporte privado acarretou algumas questões, na medida em que

“[...] aumenta o trânsito, reduz a eficiência do transporte coletivo e gera enormes externalidades negativas: maior poluição per capita, com consequências graves para a saúde e o meio ambiente; elevação da quantidade de mortes e de acidentes causados por carros e motos, que, além da perda humana em si, representam custos para o Sistema Único de Saúde (SUS) e para a previdência social; aceleração do processo de desgaste das vias, implicando maiores gastos com manutenção.” (FIX, 2015, p. 178)

A mesma autora acima citada, ressaltou que diversas questões perpassam a discussão acerca da mobilidade urbana - como por exemplo os modelos de

concessão e prestação do serviço, os impactos ambientais dos diferentes modelos energéticos, as tarifas como limitantes ao atendimento universal e as consequências para a economia urbana e saúde pública - e também que este assunto é decisivo para o futuro da urbanização (FIX, 2015).

Diante desse quadro, foram ressaltados que os problemas relacionados ao transporte coletivo no Brasil não são recentes, bem como a luta pelo transporte público de qualidade. As manifestações de insatisfação com o transporte coletivo com pichações e incêndios de ônibus, por exemplo, têm sido comuns nos grandes centros urbanos do Brasil. Esta situação se dá historicamente, uma vez que as políticas de transporte nacionais, e em países capitalistas em geral, são planejadas e ofertadas de modo a atender mais às necessidades do capital que às necessidades dos próprios usuários do transporte coletivo público, os trabalhadores (ASSAD, 2015).

2.2. O CONTEXTO DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

As chamadas “Jornadas de Junho de 2013” referiram-se à realização de várias manifestações populares em todo o país, que foram motivadas inicialmente pelos atos convocados pelo MPL para contestar os aumentos ocorridos nas tarifas do transporte público, especialmente nas principais capitais do Brasil. Essas mobilizações foram consideradas as maiores desde as manifestações realizadas em 1992 pelo *impeachment* do então presidente do país Fernando Collor de Mello. Os atos iniciais pela redução das tarifas do transporte ganharam grande apoio popular em âmbito nacional sobretudo, após a forte repressão policial contra os manifestantes. Estes eventos chegaram a levar milhões de brasileiros às ruas, protestando por uma variedade de temas, não se limitando à luta pela redução do valor do transporte público.

Ainda hoje não existe consenso acerca do que exatamente teria gerado multitudinárias manifestações ocorridas essencialmente em junho de 2013. Os primeiros atos que ocorreram na ocasião foram contra o aumento das tarifas de ônibus e do metrô divulgadas pelas prefeituras no mês anterior. Porém logo em seguida, o evento adquiriu proporções que nem mesmo o próprio MPL – o movimento que convocou a população para os primeiros atos - esperava. Neste

trabalho, foi utilizada a explicação proposta por Maricato (2013), em sua coletânea sobre o tema.

Segundo Gohn (2016), embora tenham sido encontrados indícios de manifestações no Brasil desde o tempo da Colônia, estas adquiriram maior visibilidade a partir da década de 1950. Depois do final da década de 1970, as manifestações geraram novos significados nas lutas sociais, tendo “[...] colaborado para a construção da cidadania dos brasileiros e contribuído para o processo de consolidação da democracia.” (GOHN, 2016, p. 128). As grandes manifestações de massa ocorreram principalmente após o processo de redemocratização da sociedade brasileira, como as *Diretas Já* em 1984 e o movimento dos *Caras Pintadas*, em 1992.

Segundo a mesma autora (GOHN, 2016), a partir da década de 1980 até a atualidade, diversos movimentos sociais organizaram-se e saíram às ruas na luta por direitos, como por exemplo, os sindicatos com os trabalhadores, os sem terras, os movimentos por direitos de identidade e pertencimentos, entre outros. Estas manifestações aglomeravam públicos específicos e pressionavam os órgãos governamentais ou empresas. Porém, Gohn (2016) observou que as manifestações das Jornadas de Junho de 2013 alteraram a pauta das demandas que predominavam no país anteriormente, que eram mais específicas e que focavam em questões de identidade cultural ou socioeconômica. A partir do referido período, ocorreu a inclusão de outras formas de ativismo transnacionais,

[...] atuando em questões locais e nacionais, além de retomarem com força demandas focadas em problemas da vida cotidiana – mobilidade urbana, emprego, finanças/ salário, dívidas, serviços sociais como educação e saúde, moradia popular, terra para viver e plantar (demanda já secular, agora em confronto com o agronegócio e outros), etc (GOHN, 2016, p. 129).

De acordo com Maricato (2013), as principais razões dos protestos de junho de 2013 estão diretamente ligadas à condição das cidades, pois nelas é ocorre a reprodução da força de trabalho. Além disso, a melhora das condições de vida não está ligada unicamente à melhor distribuição de renda ou a melhores condições salariais. Para que se obtenha de fato melhores condições de vida, a autora destacou a importância de se elaborar e colocar em prática políticas públicas

urbanas, como “transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança.” (MARICATO, 2013, p. 20).

Para Maricato (2013), as cidades, na atualidade, foram invadidas pela lógica mercantil. Sendo um grande patrimônio social, cultural e histórico, estas deveriam ser apropriadas de maneira igual pelas pessoas, o que não ocorre de fato. Um dos principais ocasionadores desta situação é a especulação imobiliária, pois o preço dos imóveis é calculado de acordo com seus atributos e sua localização. Esta apropriação desigual é uma herança do nosso passado, e foi marcado por uma grande desigualdade social, aliada à escravidão que existiu até pouco mais de um século e a um Estado patrimonialista (MARICATO, 2013, p. 20). Segundo a autora,

[...] grande parte de nossas cidades é construída pelos próprios moradores em áreas invadidas – muitas delas ambientalmente frágeis – ou adquiridas de loteamentos ilegais. Para a construção desses bairros não contribuem arquitetos ou engenheiros, tampouco há observância de legislação urbanística ou de quaisquer outras leis, até mesmo para a resolução dos (frequentes) conflitos [...]. Trata-se de uma força de trabalho que não cabe no mercado residencial privado legal, que por sua vez (e por isso mesmo) é altamente especulativo. Trata-se, portanto, de uma força de trabalho barata, segregada e excluída da cidade legal (MARICATO, 2013, p. 21).

Ela acrescentou ainda que vem ocorrendo um clientelismo político, em que são exigidos votos em troca de melhorias nestes bairros segregados. Neste sentido, a autora conclui que além da necessidade de uma reforma urbana, urge a realização de uma reformulação política, de maneira especial no que diz respeito ao financiamento das campanhas eleitorais (MARICATO, 2013, p. 26).

Na mesma direção, ao analisar a explosão dos protestos ocorrida em junho de 2013, Vainer (2013) também a relacionou ao modelo de cidade que sofre as consequências da política neoliberal. De acordo com o autor, esta é vista sob o ângulo empresarial e mercadológico, especificamente no momento de investimentos urbanos mais intensos, associados aos megaeventos que o Brasil estava sediando e sediaria – tais como a Copa das Confederações (2013), a Copa do Mundo (2014) e os Jogos Olímpicos (2016).

A cidade neoliberal aprofundou e agudizou os conhecidos problemas que nossas cidades herdaram de quarenta anos de desenvolvimentismo excludente: favelização, informalidade, serviços precários ou inexistentes,

desigualdades profundas, degradação ambiental, violência urbana, congestionamento e custos crescentes de um transporte público precário e espaços urbanos segregados. Nesse contexto, o surpreendente não é a explosão, mas que ela tenha tardado tanto (VAINER, 2013, p. 39).

Vainer (2013) considerou que a cidade hoje é negociável, flexível e funciona por meio de parcerias público-privadas, abrigando novas formas de relação entre o Estado e o capital privado. Dessa forma, como foi citado acima, os problemas das cidades acabam por se aprofundar (VAINER, 2013, p. 38).

Foram acrescentadas ainda as afirmações apontadas por Chauí (2013) acerca do contexto das manifestações de junho de 2013. Esta autora descreveu o que denomina de “inferno urbano”, composto por traços marcantes da cidade de São Paulo, e que também ocorreria nas demais cidades brasileiras. Para ela, de maneira resumida, as características do referido “inferno” seriam: a explosão do uso do automóvel individual, o que torna muito mais difícil a mobilidade urbana; a explosão imobiliária com a construção de *shopping centers* e grandes condomínios tanto verticais quanto horizontais, que ampliam a densidade demográfica; o transporte público “indecente, indigno e mortífero”; e o aumento da exclusão social e desigualdade, via a expulsão de moradores de áreas favorecidas pelas especulações imobiliárias e, conseqüentemente, a expansão de periferias carentes, distanciando seus moradores de locais de trabalho e outros serviços.

Além destes fatores, Gohn (2016) reiterou a importância dos meios de comunicação – especialmente o uso de aparelhos móveis e da *internet* - nas mobilizações do período. Para ela, o desenvolvimento e o consumo de novas tecnologias geraram e geram grande potencial de mobilização social, além de criar “[...] novas formas de sociabilidade na sociedade civil, longe das estruturas estatais institucionalizadas.” (GOHN, 2016, p. 136). Sobre este aspecto, Demier (2017) afirma que:

As redes sociais driblaram o bloqueio midiático e a luta começou a ganhar adesões e despertar simpatias. [...] As imagens da atroz repressão policial – que atingiu até jornalistas da grande imprensa – se tornaram ‘virais’ na *internet* e funcionaram como um acicate para que outras manifestações, em São Paulo e no Rio de Janeiro, viessem a ocorrer nos dias seguintes. Crescia a solidariedade à luta contra o aumento tarifário dos transportes e, principalmente, às vítimas de repressão policial (Demier, 2017, p. 68).

Entretanto, Moraes (2007) considerou a *internet* como uma arena de lutas e conflitos pela hegemonia, carregada de batalhas pela conquista do consenso social e do direcionamento cultural e ideológico de uma classe ou classes sobre as outras. Este espaço configuraria uma esfera pública sem hierarquias e comandos claros, permeada por diversos anseios e ambições. Algumas características da *internet* ainda seriam as fronteiras fluidas entre emissor e receptor das mensagens, a diminuição da seleção e estratificação de conteúdos, como ocorre em geral nos processos midiáticos e a malha hipertextual com retroalimentação contínua. Segundo ele, as redes distinguem-se como sistemas organizacionais com estruturas flexíveis e colaborativas baseadas em afinidades, objetivos e temáticas comuns entre os integrantes.” (MORAES, 2007)

O mesmo autor acima citado (MORAES, 2007) acredita que, por meio da comunicação alternativa em rede, se pretende construir espaços de afirmação de interpretações críticas e práticas jornalistas em cooperação, na defesa da diversidade informativa e de valores éticos. A comunicação alternativa surgiria como uma oposição à ideologia neoliberal que a mídia global sustentaria por meio de dois pilares. Estes seriam, o consumo sendo elevado à condição de instância máxima de organização da sociedade e a ideia de que o incremento da produtividade depende do crescimento das atividades econômicas.

Portanto, Moraes (2007) propôs cinco dimensões da comunicação em rede no sentido contra-hegemônico, a oposição direta ao neoliberalismo e universalização dos direitos e socialização das riquezas, a descentralização informativa, a difusão dos sados sem submissão às diretrizes da mídia, a interlocução e interação das visões convergentes incentivadas pela dinâmica virtual e a divulgação de materiais baseados na “publicação aberta” (MORAES, 2007). Disso surgiria a importância dos movimentos sociais manterem relação com veículos que divulguem suas propostas, geralmente ignoradas ou secundarizadas pela grande mídia.

Nesse sentido, foi destacado que as manifestações ocorridas em junho de 2013 no Brasil ocorreram em um contexto global de protestos em vários países. Entre os exemplos mais marcantes, apontou-se: o movimento *Occupy Wall Street* em Nova York, no qual os manifestantes protestaram contra a concentração de renda, em 2011; as mobilizações ocorridas na Europa: como o Movimento dos

Indignados na Grécia, Espanha e Portugal; e ainda as lutas pela redemocratização do Oriente Médio, que ficaram conhecidas como Primavera Árabe, em países como Egito e Tunísia, como reflexos da crise econômica internacional ocorrida em 2008. Segundo Gohn (2016, p. 129), a partir disso entraram “novíssimos” atores em cena, o que se justificaria pela conjuntura política e econômica do país, sobretudo no âmbito internacional, como consequência da crise econômica mundial de 2008, que teria causado as manifestações já mencionadas, mundialmente.

A autora (GOHN, 2016) entendeu que esses atores são “novíssimos” pois se diferem dos movimentos sociais históricos, como por exemplo, os sindicatos, os “sem terra”, entre outros movimentos que saíam às ruas com intuito de dar visibilidade pública às suas demandas, com a reunião de públicos específicos para pressionar órgãos governamentais ou empresas.

Nesse sentido, Alves Filho (2016, p. 33) destacou que existem diferenças políticas, culturais e econômicas entre estas manifestações. Porém, estas possuem um ponto em comum, que seria a indignação contra os governos, a superação do medo possibilitada pela união criada nas redes sociais digitais e nas comunidades no espaço urbano e, a revolta diante da cumplicidade entre elites política e financeira. No que se refere à dimensão política, Alves Filho (2016) apontou que o Brasil vivia em 2013 o décimo ano seguido do Governo Federal sendo exercido pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

De 2003 até 2010, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e, de 2013 a 2016, pela presidenta Dilma Rousseff. Durante a gestão do PT, ocorreu uma acentuada ação governamental no sentido de promover políticas sociais que mudaram o perfil socioeconômico de boa parte da população mais pobre do país. Isto ocorreu, por meio, especialmente, do crescimento dos programas de transferência de renda, agrupados no chamado “Bolsa Família”. Além desse programa, outras iniciativas visavam a atender especialmente as camadas mais pobres da população brasileira, como por exemplo, o Programa Universidade Para Todos (PROUNI) e o Programa Minha Casa, Minha Vida⁷. Porém, os serviços públicos não tiveram grandes avanços, como por exemplo, nas áreas de saúde,

⁷ O PROUNI é um programa que visa à concessão de bolsa de estudos em instituições privadas de ensino superior; o Minha Casa, Minha Vida é um programa voltado à construção de unidades habitacionais populares, na gestão PT.

segurança e educação. Essa questão ficou visível em parte dos cartazes expostos pelos manifestantes, acrescidos de críticas aos gastos com os megaeventos, em detrimentos de investimentos em políticas públicas (ALVES FILHO, 2016).

Uma característica marcante do período que antecedeu o mês de junho de 2013 - após os 10 anos da gestão liderada pelo PT -, foi o estabelecimento de uma relação diferenciada dos governos anteriores entre o Estado e a sociedade civil organizada, como apontou Medeiros (2014).

Novos partidos políticos e redes de associação civil nasceram e cresceram no Brasil. A participação popular na elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas ganhou amplitude sem precedentes, contribuindo para aumentar tanto a eficácia e abrangência das ações públicas, como a capacidade de formulação dos movimentos sociais (MEDEIROS, 2014, p. 109).

Nessa nova dinâmica, foram realizadas diversas conferências nacionais, por exemplo, nas áreas de educação, saúde, direitos humanos, igualdade racial, e outras, que foram estas promovidas pelo Estado brasileiro. Ainda foram criados 31 conselhos temáticos que reúnem sociedade civil e Estado. Com a construção desta dinâmica, ocorreu uma alteração na tradição na qual se lutava contra o Estado, demandando respostas dele (MEDEIROS, 2014).

Entretanto, não existe consenso sobre a relação da sociedade civil e o Estado durante o governo do PT. Foi questionado se seria de fato benéfico ou não aos movimentos sociais, como afirma Medeiros (2014), ao ressaltar que no decorrer da gestão PT no Governo Federal, o Estado teria submetido a sociedade civil aos seus interesses, inserindo os movimentos sociais em seu interior e diminuindo seu poder contestatório em relação ao aparato estatal.

Nesse mesmo contexto, conforme Demier (2017, p. 66) mencionou, como os canais institucionais do regime estavam praticamente fechados às demandas da população de cunho reformistas, “as mobilizações de rua se apresentaram, provavelmente, como a única opção para aqueles descontentes com a impossibilidade de usufruir, na prática, os direitos sociais ainda fixados em lei”. Neste sentido, o autor compreendeu a explosão de protestos como uma forma de eliminar as mediações ou as representações políticas dentro do próprio regime, e

assim se realizou uma alteração repentina na suposta tranquilidade da vida política nacional (DEMIER, 2017).

Com uma concepção similar às propostas de Demier (2017), Braga (2017) observou uma série de fatores que poderiam explicar a onda de protestos. Estes seriam: a exaustão do modelo de desenvolvimento atual, que se apoiou no uso da força de trabalho barata, na geração de empregos e na distribuição de renda, além da crise da globalização. O autor também destacou que, durante a gestão do PT, ocorreu um tipo de dominação que se firmava na desmobilização dos movimentos sociais. A mercantilização das cidades e o baixo investimento em políticas públicas urbanas também estavam entre as justificativas do autor para a explosão das Jornadas de Junho de 2013 (BRAGA, 2017).

Braga (2017, p. 227) ressaltou que nas Jornadas de Junho, esteve presente um protagonista social, o denominado “jovem precariado urbano”, que se aproximou das tradicionais mobilizações das classes subalternas do país, em especial os sindicatos. O precariado, segundo o autor, seria formado basicamente por setores das classes trabalhadoras e das classes médias proletarizados, localizados em sociedades periféricas. Estes vivenciariam diariamente um quadro de aprofundamento da exploração econômica e a ameaça da exclusão social. Assim sendo, o precariado está mais submetido ao recrudescimento da mercantilização do trabalho, do dinheiro e das áreas urbanas que seguiu à crise da globalização após 2008. Este recrudescimento se materializaria no aumento da terceirização, da contratualização e da deteriorização das condições de trabalho (BRAGA, 2017).

Medeiros (2014) chamou a atenção também para outro ponto a ser observado com relação à repercussão e à adesão conquistada pelas Jornadas de Junho. Segundo ele, isto explicaria a dinâmica dos reajustes de tarifas do transporte público.

Tal aumento é regular – acontece anualmente e é parte integrante de um sistema de transporte público majoritariamente organizado pelo capital privado, com pouca ou quase nenhuma presença do Estado. A grande maioria dos contratos é indexada pelo índice da inflação, e os aumentos têm por objetivo justamente repor as supostas perdas no rendimento das empresas caudadas pela alta dos custos da mão de obra, do combustível, da manutenção, etc (MEDEIROS, 2014, p. 91, 92).

Em geral, como constatou Medeiros (2014), o aumento nas tarifas de ônibus ocorre no início do ano, quando seria o melhor momento, política e economicamente. Ao mesmo tempo, é considerado ideal para a recomposição financeira das empresas que ele aconteça no mês de janeiro, pois neste período de férias escolares, diminui a chance de mobilizações com grande adesão contra o aumento das tarifas. Isto ocorreria em função das pessoas estarem mais dispersas, como, por exemplo, os estudantes estando fora das escolas e das universidades. Por exemplo, quando o reajuste foi determinado em outros períodos do ano, foram realizadas grandes mobilizações no território nacional. A primeira delas, em agosto de 2003 em Salvador, foi um episódio conhecido como “Revolta do Buzu”, uma revolta popular organizada e realizada por jovens, estudantes e trabalhadores que fecharam as ruas de Salvador, capital baiana, contra o aumento das tarifas do transporte em uma paralisação que durou dez dias. A segunda, nos meses de junho, em 2004 e maio, em 2005 em Florianópolis, ficou conhecida como a “Revolta da Catraca”, na qual estudantes, associações de moradores, professores, sindicatos e a população em geral, em Florianópolis saíram às ruas pedindo a redução das tarifas (MEDEIROS, 2014).

Os aumentos continuaram ocorrendo anualmente em todas as cidades do Brasil, porém sempre sendo anunciados nos meses de novembro e dezembro e efetivados no mês de janeiro. Isto ocorreria, de acordo com Medeiros (2014), porque nesse período as escolas e universidades já estão esvaziadas, em função do fim de período ou do ano letivo, e, durante as férias, haveria a possibilidade de menor mobilização. Esta estratégia tivera êxito durante um certo período, pois entre os anos 2006 e 2013 os aumentos ocorreram neste período, e em quase todas as capitais do país, foram organizados protestos pelo MPL, porém os atos não haviam sido suficientes para parar as cidades, como em junho de 2013 (MEDEIROS, 2014).

Conforme apontou Medeiros (2014), no início de 2013, como de costume, o reajuste seria realizado novamente. Porém o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda, havia solicitado às prefeituras e aos estados que o aumento fosse adiado, como um mecanismo de controle da inflação. A partir do aceite do pedido, este seria realizado no mês de junho do mesmo ano. Entretanto, a elevação do preço da passagem foi o principal fator que impulsionou o acontecimento das

Jornadas. De maneira sucinta, este era o contexto econômico e político que se encontrava o Brasil prestes a ocorrerem os primeiros atos das chamadas Jornadas de Junho de 2013.

2.3. A DINÂMICA DOS ACONTECIMENTOS DAS JORNADAS DE JUNHO DE 2013

Em São Paulo, desde os dias 27 e 28 de maio de 2013 já havia começado a ocorrer os primeiros atos contra o aumento das tarifas de transporte coletivo daquele ano, com a presença de alguns manifestantes. Porém, ainda não havia tido repercussão nacional, diferentemente do que ocorreu nos dias seguintes. Conforme Judensnaider (2013) afirma, o MPL convocou pela sua página no *Facebook* o que foi chamado de “primeiro grande ato” contra o aumento da tarifa, partindo do Teatro Municipal, no centro velho de São Paulo:

No último domingo, dia 2 de Junho, a prefeitura e o governo do Estado aumentaram o valor do transporte público da capital paulista para 3,20. Apesar do argumento de que o aumento é abaixo da inflação e da promessa da implementação do bilhete único mensal, defendemos que todo aumento de tarifa é injusto e aumenta a exclusão social. No Brasil existem mais de 37 milhões de pessoas que não podem usar o transporte público por causa dos altos valores das passagens. O Passe Livre luta junto à população por um transporte público de qualidade e pela tarifa zero para todos (JUDENSNAIDER, 2013, p. 28).

No dia 6 de junho do mesmo ano, às 18h, os manifestantes na cidade de São Paulo saíram em passeata do Teatro Municipal em direção ao Vale do Anhangabaú. Após algumas horas de repressão policial, “[...] o saldo do primeiro grande ato contra o aumento da tarifa foi de 15 manifestantes detidos e pelo menos 8 feridos” (JUNDENSNAIDER, 2013, p. 31)

Medeiros (2014) afirma que todo o período das Jornadas foi caracterizado por violência e repressão. Em São Paulo, especialmente, em todas as manifestações, a PM foi extremamente repressora, por meio do uso de força física, buscando impedir que o Movimento fechasse as importantes vias da cidade. Além dos manifestantes, os profissionais da imprensa foram atingidos por balas de borracha e por bombas de gás lacrimogêneo. No primeiro ato com repercussão nacional, ocorrido no dia 6 de junho, o MPL fechou a Avenida 9 de Julho e a Avenida

Paulista. Já no segundo dia de protestos, no dia 8 de junho, a partir da repercussão midiática nacional, os manifestantes fecharam a Marginal Pinheiros por cerca de 5 minutos. O trânsito foi reestabelecido por meio de uma intervenção violenta da PM. Na terceira manifestação, no dia 11 de junho, esta dinâmica foi repetida.

Já durante a quarta manifestação, no dia 13 de junho, houve uma repressão policial muito intensa, o que fez com que uma quantidade maior de pessoas se solidarizasse ao MPL e comparecesse ao quinto ato, no dia 17 de junho. Neste, estiveram presentes cerca de 250 mil pessoas – sendo que nos quatro atos anteriores, a média de manifestantes havia sido de 2 mil pessoas (SECCO, 2013).

De acordo com Medeiros (2014), o número de manifestantes foi aumentando nesses primeiros atos, e também o nível de radicalidade dos protestos, pois além de bloquear as avenidas, as agências de bancos e pontos de ônibus também foram ocupados e atacados. A partir disso, a PM reagiu com mais prisões, mais confrontos e deixou mais pessoas feridas.

O Brasil foi atingido então por um tsunami de imagens da violência policial gratuita contra jovens estudantes, de registros de prisões arbitrárias em número crescente, de jornalistas atingidos pela polícia, gerando comoção e solidariedade com os protestos, revolta contra os excessos policiais. Os flagrantes feitos pelos celulares dos manifestantes foram peça chave nesse processo, conferindo um alcance instantâneo às denúncias contra o abuso policial (MEDEIROS, 2014, p. 97).

Neste contexto, o ato do dia 17 de junho é considerado por Medeiros (2014) o grande marco de nacionalização das Jornadas de Junho de 2013. Somente na cidade de São Paulo, 100 mil pessoas ocuparam as ruas. No Rio de Janeiro, também foram 100 mil pessoas - e, além do MPL, neste mesmo dia, outros movimentos sociais tradicionais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Sindicato dos Metroviários de São Paulo também convocaram o protesto. A partir da manifestação do dia 17, os protestos passaram a ser diários, abrangendo em torno de 20 estados, com milhões de pessoas nas ruas.

Sobre o ato do dia 17 de junho, Locatelli (2013) afirma que os manifestantes na cidade de São Paulo já não eram os mesmos dos atos anteriores. Esteve presente, neste dia, o nacionalismo que não havia sido percebido nos outros atos. Por exemplo, ao entoarem músicas do tipo “eu sou brasileiro, com muito orgulho,

com muito amor”. Além disso, o mesmo autor (LOCATELLI, 2013) percebeu uma forte hostilidade aos partidos políticos, inclusive, ocorrendo a expulsão de militantes com bandeiras do Partido Socialismo e Liberdade (PSol) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). Também se observou a presença de faixas contra o PT, contra a corrupção e pela redução da maioria penal. Considerou a existência de demandas muito confusas na manifestação do dia 17, com a presença de uma classe média pouco simpática aos movimentos sociais. Locatelli (2013, p. 58) afirma que “[...] os protestos viraram um depósito de diversas questões de direita e esquerda.”

Conforme foi exposto por Locatelli (2013), a partir do ato do dia 17 de junho de 2013, juntamente com a classe média, os veículos de imprensa passaram a apoiar as manifestações. Os meios de comunicações que criticavam os atos inicialmente, neste momento teriam passado a apoiá-las de modo quase geral e irrestrito. De acordo com mesmo autor, quando se mencionavam os atos de depredações, estes eram atribuídos a uma minoria que estava no ato para fazer “baderna”.

O sexto ato, no dia 18 de junho, manteve uma grande adesão, similar ao dia 17 explicitado acima, assim como os atos posteriores, ocorridas nos dias 19 e 20 de junho. No dia 19 de junho, as prefeituras de São Paulo e Rio de Janeiro e os governadores desses estados anunciaram que revogariam o aumento dos preços das passagens. As manifestações que já haviam sido convocadas para o dia 20 foram mantidas, agora com objetivo de comemorar o cancelamento do reajuste das tarifas e a apresentação de novas pautas (MEDEIROS, 2014). No dia 20 de junho, o dia seguinte ao anúncio da revogação do reajuste, foram registradas as maiores manifestações do período, chegando a um número de 300 mil manifestantes somente na cidade do Rio de Janeiro, conforme apontado por Medeiros (2014).

Locatelli (2013) ressaltou a hostilidade sem precedentes praticada contra os partidos políticos e os movimentos sociais de esquerda no ato do dia 20 de junho, tendo sido o jornalista testemunha ocular do acontecimento. Antes da realização do ato do dia 20, os movimentos sociais, as organizações e os partidos de esquerda haviam se reunido com o MPL, prevendo a possível agressão e acordando que se ajudariam no ato. O mesmo autor relatou fatos como uma pessoa ter sido ameaçada

com uma faca por estar com boné do MST; uma moça vestindo uma camisa do PSTU ter sua camisa sendo arrancada à força por três pessoas e várias bandeiras de partidos de esquerda serem queimadas. Fatos como estes fizeram com que o MPL e outros movimentos sociais abandonassem o protesto do dia 20 de junho antes mesmo de chegar ao fim.

Apesar disso, além de conseguir que o reajuste das tarifas do transporte coletivo não ocorresse em quase todas as cidades do país, que era a pauta inicial da convocação dos atos pelo MPL, outras medidas foram tomadas por governantes. Nesse sentido, Braga (2017) destaca que:

O governo da então presidenta Dilma Rousseff anunciou um plano que previa investimentos de 51 bilhões de reais em projetos de mobilidade urbana, além da contratação imediata de 35 mil médicos para atender as periferias das grandes cidades e o interior do país. Além disso, a Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada do dia 26 de junho, o outrora polêmico projeto de lei do Executivo, que destinava 75% dos recursos dos *royalties* do petróleo para a educação pública, com prioridade para a educação básica, e 25% para a saúde (Braga, 2017, p. 227).

Braga (2017) também conclui que, além dos grandes atos realizados no mês de junho de 2013, a nacionalização e a massificação dos protestos colaborou com o fortalecimento do ativismo sindical de setores mais precários e explorados da classe trabalhadora em nosso país. Isto porque, no próprio ano de 2013, ocorreram 2050 greves no país, superando o número de greves ocorridas no país nos últimos vinte anos. O mesmo autor afirma ainda ter ocorrido uma

[...] convergência espontânea entre a luta política do precariado urbano, manifestando-se nas ruas em defesa de seus direitos sociais e a luta econômica da classe trabalhadora, mobilizada sindicalmente em defesa de melhores salários e por condições de trabalho (BRAGA, 2017, p. 240).

Mesmo com a conquista da revogação do aumento das tarifas de transporte coletivo, após a manifestação do dia 20 de junho até o dia 11 do mês seguinte, continuaram ocorrendo manifestações em todo o país quase todos os dias, com outras características, referentes às conjunturas locais. Porém, permaneceu o enfrentamento entre policiais e manifestantes em quase todas as passeatas (MEDEIROS, 2014). Em função disso, é importante destacar que as manifestações

ocorridas em junho de 2013 não estão isoladas na história recente do Brasil. Estas partiram inicialmente de uma iniciativa e do protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL).

2.4. O MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL)

O Movimento Passe Livre (MPL) destaca-se atualmente na luta por um transporte público gratuito para toda a população no Brasil. O MPL teve suas ações consolidadas em âmbito nacional, em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Ao final da plenária, foi aprovada uma resolução que determinava o caráter autônomo, independente e apartidário do movimento (NUNES e CARRASCO, 2015).

Porém, conforme apontou Locatelli (2013), os primeiros protestos que caracterizam o MPL foram realizados nos meses de agosto e setembro de 2003, em Salvador, quando a tarifa de ônibus subiu de R\$ 1,30 para R\$ 1,50, episódio que ficou conhecido como “Revolta do Buzu”. De maneira descentralizada, foram realizadas manifestações impulsionadas por estudantes de escolas públicas. Em diversos bairros, foram obstruídas ruas durante dez dias no mês de agosto. Como naquele momento o Movimento ainda não tinha representantes definidos ou lideranças definidas, o então prefeito da capital baiana Antônio Imbassahy negociou com entidades estudantis como a União Nacional dos Estudantes (UNE), porém a pauta relativa à redução do preço da passagem não fora atendida (LOCATELLI, 2013).

De acordo com o que foi descrito por Locatelli (2013), no ano seguinte, foi organizada em Florianópolis uma Campanha pelo Passe Livre, e inspirados pela experiência baiana, estudantes fecharam terminais de transporte público e pontes, o que levou à conquista da revogação do reajuste das passagens pela prefeitura. A partir da consolidação do MPL nacionalmente no Fórum Social Mundial de Porto Alegre, “militantes de todo o país criaram uma federação, onde seus coletivos seguiriam os mesmos princípios, mas seriam autônomos e sem liderança central.” (LOCATELLI, 2013, p. 15)

O MPL se autodenomina um movimento social autônomo, horizontal, independente, apartidário (porém não antipartidário)⁸. O MPL é formado por um conjunto de pessoas que se organizaram para discutir e lutar por outro projeto de transporte para a cidade, e está presente em várias cidades do Brasil, na luta pela democratização efetiva do acesso ao espaço urbano e seus serviços, por meio da conquista da chamada tarifa zero. De acordo com o movimento, a tarifa zero pode ser adotada a partir da criação de um fundo criado pelo aumento do IPTU para bancos, *shoppings*, empreendimentos e hotéis, entre outros. Assim, os mais ricos estariam custeando o transporte dos mais pobres (LOCATELLI, 2013).

Em São Paulo, o primeiro ato realizado pelo MPL foi no ano de 2006, quando o preço da passagem subiu de R\$ 2,00 para R\$ 2,30. As manifestações seguintes ocorreram em novembro de 2009 e no início de 2010. No fim de 2010, o MPL estava muito esvaziado, com somente sete militantes em São Paulo. Em 2011, o MPL voltou a crescer, quando foi realizada uma série de protestos que duraram quatro meses. Até então, aqueles protestos tinham sido a maior sequência de atos promovidos pelo MPL, contando com novos militantes e diversos manifestantes que não tinham ligação anterior com o grupo. Depois dos atos de 2011, o MPL agregou mais membros, se esforçando em levar a pauta da tarifa zero, fazendo o trabalho de base, onde explicavam o funcionamento do movimento e as suas reivindicações (LOCATELLI, 2013).

Ao entrevistar vários militantes do MPL na cidade de São Paulo durante a realização dos protestos, Locatelli (2013) percebeu que

A maior parte dos integrantes do MPL com quem conversei estudavam, ou já haviam concluído, cursos de ciências humanas na USP (Universidade de São Paulo). Suas origens e classes sociais são distintas, de escolas na periferia paulistana até colégios progressistas que cobram mais de R\$ 2000,00 de mensalidade. Estive em contato com militantes adolescentes, de dezesseis anos, até adultos, de 29 (Locatelli, 2013, p. 24).

As organizações do MPL pelo país estão distribuídas nas seguintes regiões: ABC Paulista, Distrito Federal, Florianópolis, Goiânia, Grande Vitória, Guarulhos,

⁸ As informações acerca do MPL contidas no início desta seção do texto foram retiradas do site nacional do Movimento Passe Livre, que encontra-se no endereço: <[HTTP://www.mpl.org.br/](http://www.mpl.org.br/)>. Acesso em 22/01/2016.

Joinville, Natal, Niterói, Salvador, São José dos Campos, São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Ribeirão Preto, Curitiba, São Luis, Belém e Belo Horizonte (JUDENSNEIDER, 2013).

No que se refere à organização do referido movimento, este afirma uma absoluta autonomia com relação ao Estado. Na Carta de Princípios do MPL⁹ foi realizada uma crítica ao atrelamento de movimentos sociais com relação ao Estado, no sentido de destacar a necessidade da sociedade civil se manter autônoma.

Medeiros (2014) destacou que a postura de independência do MPL não é absoluta, pois o movimento está disponível a diálogos com instituições, o que o diferencia de tradições anarquistas. Para o autor, o movimento não se recusa a relacionar-se com sindicatos, movimentos sociais mais tradicionais como o MTST, e inclusive este apelou a parlamentares que defendam suas bandeiras.

O movimento se articula nacionalmente em forma de rede, conforme Medeiros ressaltou (2014). Um grupo de ativistas pode decidir se juntar e formar um grupo do MPL em sua cidade, desde que se submeta à carta de princípios do movimento. O MPL possui caráter federativo, com uma relação entre níveis local e nacional, assim como os movimentos mais estruturados como o sindicalismo e o movimento estudantil. Uma novidade do MPL em relação à maioria dos movimentos sociais brasileiros é que as decisões não são tomadas por votação, e sim pela dinâmica do consenso. “Assim, no MPL, uma única pessoa tem o mesmo peso que um grupo organizado. Trata-se de um elemento que evita construções de maiorias e que, ao mesmo tempo, dialoga com a recusa das pessoas via os movimentos organizados [...]” (MEDEIROS, 2014, p. 114).

Conforme Medeiros (2014) ressaltou, o MPL parte do princípio que as ruas devem ser ocupadas por todos que concordem com a luta pelo passe livre. Cada um que se identifica com a luta pode e deve se tornar um militante. Porém, ao se filiar ao movimento, este assume responsabilidades que reafirmam a horizontalidade do movimento. O MPL recorre ao “trabalho de base” como método de divulgação do movimento e de conquista de novos militantes. Em escolas e universidades, ocorre a distribuição de manuais e cartilhas e busca-se discussões acerca da questão urbana, que acaba sendo central com relação à pauta do MPL. No que se refere à

⁹Parte dessa carta é reproduzida neste trabalho posteriormente.

realização do trabalho de base, este movimento é similar à cultura política mais geral da esquerda.

Porém um ponto que difere o MPL da maioria dos movimentos tradicionais de esquerda é a prática da ação direta, e não a submissão à vontade coletiva, representada pela direção do movimento. Ou seja, na maioria dos movimentos sociais tradicionais de esquerda, a vontade do militante precisa se submeter à vontade coletiva, determinada pela entidade ou pela direção do movimento. No MPL, a ação direta constitui o vetor dominante, o que determina o pertencimento do militante à luta pelo passe livre. Este fato é observado, por exemplo, quando o MPL afirma, após confrontos violentos entre polícia e manifestantes durante as jornadas de junho, que, apesar de não estimular a violência, não pode controlar a revolta da juventude contra o sistema, que é considerada legítima (MEDEIROS, 2014).

O MPL, de acordo com o discurso dos integrantes do movimento, se apresenta como um meio para a construção de outra ordem societária. A partir desta afirmação, expressa no site do MPL, pode-se realizar uma contraposição ao que apontam alguns autores dos chamados novos movimentos sociais – especialmente os das vertentes acionistas e pós modernas -, que afirmam que a dimensão da luta de classes e da busca pela emancipação humana não está presente na bandeira dos movimentos sociais na atualidade.

Foi ressaltado aqui um trecho da “Carta de princípios do Movimento Passe Livre”, acerca das estratégias que devem ser desenvolvidas pelo movimento¹⁰:

O MPL deve ter como perspectiva a mobilização dos jovens e trabalhadores pela expropriação do transporte coletivo, retirando-o da iniciativa privada, sem indenização, colocando-o sob o controle dos trabalhadores e da população. Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente. Portanto, deve-se participar de espaços que possibilitem a articulação com outros movimentos, sempre analisando o que é possível fazer de acordo com a conjuntura local. [...] O MPL deve fomentar a discussão sobre aspectos urbanos como crescimento desordenado das metrópoles, relação cidade e meio ambiente, especulação imobiliária e a relação entre drogas, violência e desigualdade social. O MPL deve lutar pela defesa da liberdade de manifestação, contra a repressão e criminalização dos movimentos sociais (Carta de princípios do Movimento Passe Livre, 28 de janeiro de 2005).

¹⁰Disponível em: <http://www.forumjustica.com.br/wp-content/uploads/2013/02/carta-de-princ--pios-do-movimento-passe-livre.pdf> Acesso em: 01/02/2017.

Do mesmo modo, a luta pela tarifa zero não tem um fim em si mesma, mas configurou um instrumento inicial de debate sobre a transformação da concepção atual de transporte coletivo urbano. A reivindicação tem o objetivo de colocar em xeque a concepção mercadológica de transporte e instigar a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade como direito para toda a sociedade, e um transporte coletivo fora da iniciativa privada, que possa ser administrado com a participação dos trabalhadores e usuários. Além disso, alguns pontos de discussão, segundo o MPL, devem ser problematizados, como o crescimento desordenado das metrópoles, a relação entre cidade e meio ambiente e a especulação imobiliária, por exemplo.

2.5. A ARTICULAÇÃO DO MPL AO CONTEXTO DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir das considerações realizadas pelos autores que tomou-se como referência para o estudo dos novos movimentos sociais e das características do Movimento Passe Livre identificadas em publicações, e especialmente na Carta de Princípios do referido movimento, identificou-se o MPL no contexto dos novos movimentos sociais.

Da concepção de Bihl (1991) acerca dos novos movimentos sociais, foi destacado que eles acabaram por salientar algumas insuficiências do movimento operário, que não contemplaria determinadas especificidades, por exemplo. Mesmo que os novos movimentos sociais lutem por questões que aparentemente estão fora da esfera da produção e do trabalho, é necessário ressaltar, a partir do autor, que todas as relações sociais são consideradas políticas, visto que a exploração capitalista também se dá em espaços que parecem não ter relação direta com o trabalho. O modo como é gerenciado o transporte coletivo hoje, é um exemplo de como a exploração sobre a camada populacional que depende desse transporte para se locomover, seja a trabalho, lazer, etc., se dá em outras esferas da vida social, e pode ter relação direta com a luta dos trabalhadores em geral.

Além disso, foi identificado no MPL o proposto pelo autor (BIHR, 1991) como uma característica dos novos movimentos sociais, o desenvolvimento de ações críticas e contestatórias, questionando determinado aspecto particular das condições

mais gerais de existência que resultam da forma como a *práxis* social é apropriada pelo capitalismo, responsabilizando o poder público por essas condições. Também foi abordada a autogestão e a resistência a partidos políticos como pontos sobre os novos movimentos sociais a partir de Bihl (1991), presentes nos princípios do MPL, mesmo que não expressos diretamente assim. Sendo assim, foi considerada que a luta por um transporte público de qualidade, que é também realizada pelo MPL, representa um tipo de novo movimento social.

Assim como Bihl (1991) e Santos (2004), Evers (1984) entendeu que os novos movimentos sociais propiciam um alargamento na esfera do político. Para Evers (1984), os novos movimentos sociais têm a capacidade de criar embriões de uma nova individualidade social, com potencial para criar um “fazer diferente” na estrutura do cotidiano social, criando novas formas de se relacionar cotidianamente, onde as relações de poder penetram todos os poros da vida social.

Em Touraine (1988) também se pode identificar características dos novos movimentos sociais comuns ao MPL. Como exposto acima, nesta nova configuração do modo de desenvolvimento capitalista, a sociedade programada, a população não se apresenta apática, nem despolitizada e nem vive o fim das ideologias. Na verdade, o que ocorre, é a formação de um novo movimento social com novas manifestações da opinião pública, e conseqüentemente, novas reivindicações políticas.

Para Santos (2004), a maior novidade dos novos movimentos sociais está na crítica realizada por eles, tanto com relação à forma de regulação social capitalista quanto à emancipação social socialista. Com relação ao MPL, no discurso do movimento não se encontrou uma crítica à emancipação social socialista. Foi ressaltada, na verdade, em sua carta de princípios, uma chamada à articulação com movimentos sociais revolucionários, construindo reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, contestando a ordem vigente. O autor (SANTOS, 2004) também afirma que as novas formas de opressão contra as quais lutam os novos movimentos sociais ultrapassam as relações de produção e não são específicas delas, como por exemplo, o machismo e o racismo. Neste ponto, discordo da colocação do autor, na medida em que se conseguiu perceber certa relação entre as

demandas dos novos movimentos sociais ou movimentos sociais urbanos e a luta de classes, assegurada na contradição entre classe trabalhadora e a burguesia.

Santos (2004) e Castells (2000) concordaram em pelo menos um ponto, ao afirmar que os grupos sociais atingidos pelas contradições capitalistas (CASTELLS, 2000) ou pelos excessos da regulação social capitalista (SANTOS, 2004) são “pluriclassistas” (CASTELLS, 2000), ou “transclassistas” (SANTOS, 2004). Ou seja, ambos entendem que não é apenas uma classe social que sofre os efeitos da atual fase do capitalismo nas cidades. Considero importante destacar que mesmo que mais de uma classe social sofra com os reflexos das contradições capitalistas, estas não sofrem por igual, na medida em que os trabalhadores, especialmente os trabalhadores precarizados, são afetados majoritariamente e de forma negativa. Pode-se citar como exemplo desse sofrimento desigual, o trânsito. Um trabalhador precarizado que depende do transporte público para se deslocar de sua casa – distante - até o trabalho, possivelmente em pé em um ônibus, não sofre da mesma forma que um empresário que vai no seu carro particular com ar condicionado, ao seu trabalho que possivelmente é bem mais perto de sua residência.

Ao analisar as contradições urbanas contra as quais lutam os movimentos sociais urbanos, Castells (2000) destacou a importância de relacionar essas contradições com a contradição capital *versus* trabalho inerente ao capitalismo. Ele reconheceu que os problemas urbanos são considerados estruturalmente secundárias. Porém por meio de mediações, a busca pela conquista do poder do Estado pode se tornar possível. Foi observado que o MPL faz, como está em seu discurso – expresso também na carta de princípios do movimento -, ou tem a intenção de fazer tal relação.

Dentre os autores apresentados, que pesquisaram acerca dos novos movimentos sociais ou movimentos sociais urbanos, foi percebido diversas concepções divergentes, bem como alguns pontos de convergência teórica. Para esta pesquisa, foi utilizado principalmente como base teórica os estudos de Castells (2000), por haver uma maior identificação entre suas teses e a nossa metodologia interpretativa da realidade social.

Foi destacado, inclusive, o que o autor (CASTELLS, 2000) menciona acerca da situação do transporte nas metrópoles. Ele afirma que a estrutura urbana possui

contradições - que constituem demandas dos novos movimentos sociais - que se articulam a outras condições econômicas, políticas e ideológicas. Neste sentido, o autor exemplifica que as contradições inerentes ao transporte urbano estão ligadas diretamente à contradição fundante desta sociedade, a contradição capital *versus* trabalho.

3. COMUNICAÇÃO, CULTURA E JORNALISMO NO CAPITALISMO TARDIO

O objetivo desse capítulo foi o de discutir o conceito de indústria cultural e sua articulação com o capitalismo monopolista, sobretudo a partir do papel da imprensa. Posteriormente, foram analisadas as novas contradições que perpassam a comunicação e a informação no momento atual, a partir do conceito de capitalismo tardio e a estreita relação entre os fenômenos de natureza cultural e econômica. Por fim, foi problematizado o jornalismo *online* e seus dilemas, os desafios e as inovações nessa nova etapa do capitalismo e a atuação dos grupos midiáticos que serão contemplados nessa pesquisa: *O Globo e a Folha de São Paulo*.

3.1. A INDÚSTRIA CULTURAL E A IMPRENSA

O conceito de “Indústria Cultural”, criado por Adorno e Horkheimer, foi usado pela primeira vez no livro “*Dialética do Iluminismo*”, no contexto em que os autores propuseram a crítica à razão moderna, conforme foi apontado por Rüdiger (2004). Naquele período, os autores alemães acreditam ter havido um “colapso da era moderna”. Eles tentaram então, além de saber os motivos históricos que teriam levado a tal colapso, situar o momento no plano do processo civilizatório universal (RÜDIGER, 2004).

Os mesmos autores acima citados argumentaram que, mesmo que a civilização tenha retirado os homens do barbarismo, este continuava a ser promovido em outro plano, pois o processo civilizatório se baseou em um princípio por meio da força repressiva: a dominação da natureza. Para os autores, a modernidade consistiria em o homem tornar-se sujeito e construir uma sociedade que permitiria sua realização como indivíduo. Seria o mesmo que “[...] libertá-lo das autoridades míticas e das opressões do tradicionalismo.” (RÜDIGER, 2004, p. 21). Porém, acreditavam que teria havido um problema na construção desta sociedade, pois, com o progresso da razão, novas formas de sujeições e dependências foram criadas, gerando uma coisificação da humanidade e outros sintomas regressivos na cultura (RÜDIGER, 2004, p. 21).

Sendo assim, conforme Rüdiger (2004) apontou, a diferença básica entre o período anterior e o período em que os autores escreveram, é que com o avanço do capitalismo, as comunidades foram se libertando das narrativas míticas, mas se

sujeitando às novas formas de submissão operadas agora, de maneira instrumental. Adorno e Horkheimer viram a indústria cultural como uma expressão desse processo, possibilitada pela mudança da estrutura da vida moderna ocorrida na transição do século XIX para o século XX (RÜDIGER, 2004).

O conceito de indústria cultural foi proposto no contexto do capitalismo monopolista, o que o configurou como uma forma de manifestação das contradições da informação neste contexto. Esta fase se difere da anterior – capitalismo concorrencial – especialmente no que diz respeito às transformações da dinâmica de acumulação, marcadas pela concentração de capital. A concorrência, no capitalismo monopolista, se dá entre grandes blocos de capital, que possuem potencial ofensivo maior e com capacidade de diversificação maior, causada também pela articulação permitida pelo capital financeiro, a partir do século XIX. A tendência à concentração e à centralização do capital ocorreu especialmente após a grande crise entre 1873 e 1896 (BOLAÑO, 2000).

Nos países avançados, o processo de transformação do capitalismo concorrencial em capitalismo monopolista teve início ainda no final do século XIX, mas se expande e se consolida no século XX. [...] A fase monopólica do capitalismo [...] começa a emergir entre 1880 e 1900, completa-se no princípio do século XX e expande-se plenamente a partir do final da II Guerra Mundial (FONSECA, 2003, p. 309).

O papel do Estado no período do capitalismo monopolista, de acordo com Bolaño (2000), ultrapassou o de árbitro dos contratos – entre os capitalistas -, chegando a interferir no conteúdo desses contratos. Isto implicou em que o Estado regulasse os desequilíbrios gerados no nível da concorrência, ou seja, a intervenção estatal alterou as condições objetivas do processo de acumulação de capital. Para o autor, nesta situação, o Estado transformou-se em “mais do que capitalista coletivo ideal, em um capitalista individual de pleno direito.” (BOLAÑO, 2000, p. 77)

Por outro lado, Fonseca (2003) argumentou que a emergência do capitalismo monopolista exigiu novas formas de constituição e de manutenção da hegemonia entre as classes, devido ao crescimento do proletariado e das classes médias – era necessário um mecanismo articulador considerado mais poderoso. Nesse contexto, surgiram e popularizaram-se os meios de comunicação de massa, que podiam dirigir-se não apenas aos leitores de um jornal, mas tinham a capacidade de

alcançar o conjunto da população. Certas organizações empresariais, a indústria cultural – como foi denominada por Adorno e Horkheimer -, passaram a explorar a comunicação e cultura como um negócio, “[...] transformando o que é por natureza um bem cultural numa mercadoria [...]” (FONSECA, 2003, p. 312).

Fonseca (2003) afirma que o primeiro dos bens culturais a se institucionalizar como um negócio e assumir caráter de mercadoria foram os jornais, especialmente o jornalismo impresso. Desde o século XIX, a indústria do jornalismo já possuía um caráter comercial, visto que buscava aumentar a circulação no intuito de aumentar a renda por meio da venda de espaços publicitários. A melhoria dos métodos de produção e de distribuição dos jornais e o crescimento da alfabetização acelerou a comercialização durante o século XIX nos países capitalistas avançados (FONSECA, 2003).

No jornalismo, a virada se dá com sua integração empresarial ao sistema da indústria cultural e à conversão do público leitor em consumidor de informação sobre atualidades. A formação da opinião passa da condição de processo vivido como ideia e ideologia por intermédio da imprensa à situação de consumo visando orientação ou prática funcional (RÜDIGER, 2004, p. 25).

A expansão da circulação dos jornais ocorreu de forma concomitante às mudanças significativas no conteúdo e natureza dos jornais. Nos séculos anteriores (XVII e XVIII), os jornais visavam a um público mais restrito, geralmente mais rico, e nos séculos XIX e XX foram se dirigindo para públicos maiores de maneira progressiva. Neste sentido, ocuparam gradativamente um papel importante na divulgação de outros bens e serviços e a relação com a publicidade foi se estreitando. Conforme Fonseca (2003) ressaltou, acerca dos jornais no período que:

Concomitantemente, foram se tornando empreendimentos comerciais de grande porte, que passaram a exigir grandes investimentos de capital, reproduzindo no setor situação muito semelhante a que já era vivenciada por outros setores da economia submetidos à lógica monopolista do capital (Fonseca, 2003, p. 313).

No século XX, mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, o sistema denominado indústria cultural se consolidou. Neste período, ocorreu mais claramente a ligação entre o capitalismo monopolista, o Estado de Bem-Estar Social

e a indústria cultural. A televisão constituiria o melhor exemplo dessa relação entre o capitalismo monopolista e a indústria cultural, que emergiu como novo meio de comunicação em massa a partir dos anos 50 daquele século (FONSECA, 2003, p. 313).

Para Bolaño (2000) a partir de Adorno e Horkheimer, então houve uma transformação do “público pensador da cultura” em “público consumidor da cultura”, o que levou a uma mudança na forma de legitimação da dominação. Isto ocorreu em meados do século XX com a eminência dos grandes meios de comunicação de massa, tais como a grande imprensa, o rádio, o cinema e a televisão.

Portanto, nesta nova etapa, a comunicação não se daria de maneira direta, e sim por meio da indústria cultural, que surgiria como um instrumento de mediação. Portanto, a indústria cultural teria como objetivo “[...] constituir uma audiência composta de indivíduos cuja consciência é a massa que o capital e o Estado tratarão de moldar, de acordo com seus próprios interesses. ” (BOLAÑO, 2000, p. 94).

Adorno e Horkheimer (2000) previram ainda que com a instauração da indústria cultural, os rádios e filmes não seriam mais reconhecidos como arte, mas consideraram que seu verdadeiro nome seria “negócio”. Ainda afirmaram que aqueles “[...] se autodefinem como indústrias, e as cifras publicadas dos rendimentos de seus diretores-gerais tiram qualquer dúvida sobre a necessidade social de seus produtos. ” (ADORNO; HORKHEIMER, 2000, p. 170). Nesta perspectiva, os consumidores foram divididos simplesmente em faixas de renda, sendo reduzidos assim, a índices estatísticos. Seria então oferecida a este público, uma hierarquia de qualidade, sendo que este fato só serviria para promover a quantificação e a padronização dos produtos (ADORNO; HORKHEIMER, 2000, p. 172).

A indústria cultural transpôs a arte para a esfera do consumo, de acordo com os mesmos autores alemães acima citados. Além disso, incorporou elementos que, de acordo com Adorno e Horkheimer, não seriam conciliáveis: arte, divertimento e cultura, reduzindo-os a um falso denominador comum, ou seja, a totalidade da indústria cultural. Ainda, segundo eles, atrofiou a imaginação e a espontaneidade dos consumidores dos artefatos culturais. Isto porque os filmes são feitos de modo que o consumidor, para que não perca os fatos que se desenrolam tão rapidamente

em sua frente, tenha suas atividades mentais vetadas (ADORNO; HORKHEIMER, 2000, p. 183).

Foi compreendida a importância de refletir e problematizar as colocações dos autores, considerando que a situação da indústria cultural não seja tão direta e polarizada, mas bem mais complexa. Por exemplo, filmes e rádios podem ser produzidos como arte, mesmo que em sua maioria sejam reduzidos a negócios, ou mesmo que seus produtores e editores os elaborem como mercadorias. Entretanto, os expectadores buscam o acesso à cultura e à arte, em muitos casos. Além disso, não foi considerado que a expansão dos meios de comunicação empobreceu completamente a cultura.

Outra questão é que a transformação de bens em mercadorias não é um fator exclusivo da cultura ou de bens culturais. Trata-se de uma prerrogativa do mundo atual, no qual o capitalismo transforma em mercadorias várias dimensões da vida social, tais como o lazer, por exemplo.

Contudo, entre os autores que pensaram sobre a indústria cultural, existiam divergências de concepções. Para Bolaño (2000, p. 104) haveria o “pessimismo de Adorno” e o “otimismo de Benjamin”. O primeiro estaria relacionado à “morte da obra de arte” e, o segundo, ao acreditar que o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa propiciaria a universalização de uma “cultura revolucionária de resistência”, devido à existência de um potencial emancipatório nos referidos meios de comunicação (BOLAÑO, 2000, p. 104).

De acordo com Rüdiger (2004), a avaliação da emergência da indústria cultural não foi unânime, tendo dividido os intelectuais em dois campos. Um destes campos, representado por Adorno, no qual acredita estar havendo uma subversão dos valores culturais e, conseqüentemente, a ruína da arte e da literatura ao buscar atingir um público considerado uma massa irracional. Outro grupo, dos quais Benjamin e Kracauer são seus representantes, via um lado libertário e democrático nesse processo.

No Brasil, o desenvolvimento da indústria cultural e sua consolidação foi decorrente de dois fatores articulados, que atuaram de forma interdependente, conforme afirma Fonseca (2003). Um deles, de ordem política, foi a instauração do regime militar em 1964 e a execução de um projeto de desenvolvimento autoritário e

burocrático, baseado na Ideologia de Segurança Nacional (ISN). O outro, de ordem econômica, foi seguindo a tendência mundial, a entrada do Brasil na fase monopolista do capitalismo, nas décadas de 1960 e 1970. Nesse momento, a economia mundial capitalista já estava plenamente constituída, o que tornou a entrada do país no sistema capitalista monopolista, tardia, em função da sua posição periférica.

A implementação das indústrias de bens simbólicos no Brasil começou nos anos 60 e se consolidou na década de 1970, ou seja, iniciou-se no governo Juscelino Kubitschek (JK) e se aprofundou no pós-1964, durante os governos militares. Para a consolidação do mercado de bens culturais no Brasil, bem como a expansão da industrialização pesada no período, houve grande relevância a intervenção estatal e sua articulação com o capital estrangeiro. Com o objetivo de implementar a chamada política de “substituição de importações” no governo JK, ocorreu um pacto entre Estado e capital estrangeiro, o que deu início a uma fase transnacional de desenvolvimento. Este momento propiciou tanto na produção de bens culturais como em outros setores, ou seja, um modelo de desenvolvimento “apoiado no grande capital nacional dependente e associado do capital estrangeiro e estatal.” (FONSECA, 2003, p. 316)

No contexto da chamada “industrialização pesada”, proveniente da articulação entre grandes empresas oligopolistas internacionais e o Estado nacional, começou a se estruturar a indústria cultural no Brasil. Assim como em países capitalistas avançados, em nosso país, a indústria cultural se desenvolveu na fase monopolista do capitalismo (FONSECA, 2003).

A plenitude desse desenvolvimento, isto é, sua consolidação, entretanto, dá-se no momento em que o desenvolvimento de natureza capitalista é retomado e aprofundado pelos governos militares, depois da breve interrupção do processo provocada pelos governos populistas de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) (FONSECA, 2003, p. 317).

No período da ditadura militar no Brasil, a indústria cultural viveu um grande desenvolvimento. Fonseca (2003) afirma que, além da inserção na fase monopolista, outros fatores como o autoritarismo do regime e as medidas econômicas do governo

que buscavam gerir a crise e preparar as bases para o novo ciclo de expansão, também representaram aspectos favoráveis à expansão da indústria cultural.

A reestruturação econômica realizada no Brasil no período, como exposto acima, trouxe mudanças imediatas com relação à cultura, pois ocorreram investimentos que propiciaram o crescimento do mercado interno de bens materiais e do parque industrial, assim como de bens culturais e do parque industrial de produção da cultura, o crescimento acompanhado de controle sobre manifestações que se contrapusessem ao regime autoritário (FONSECA, 2003).

A mesma autora acima citada afirma que os meios de comunicação eram considerados uma arma poderosa usada na batalha da opinião pública, o que fazia com que a área tivesse um tratamento especial por parte do Estado. Neste período, estava em vigência tanto a censura repressiva – a que negava, vetava e proibia – quanto a disciplinadora – considerada pela autora mais complexa, por afirmar e incentivar determinado tipo de orientação. A segunda “[...] atua como repressão seletiva que impossibilita a emergência de um determinado pensamento ou obra artística.” (FONSECA, 2003, p. 320)

O Estado de Segurança Nacional, ao reconhecer que a cultura envolvia uma relação de poder, além de censurar, se interessou pelo desenvolvimento de atividades culturais que estavam em consonância com o regime militar (FONSECA, 2003). Neste sentido, o Estado promoveu a criação no período, de instituições como a Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e a Empresa Brasileira de Filmes (Embrafilmes). Além das referidas instituições, o Estado valorizou a expansão dos meios de comunicação massivos,

[...] pela sua capacidade de difundir ideias, de se comunicar diretamente com o público e, sobretudo, pela possibilidade de criar estados emocionais coletivos, o que era essencial para a consecução dos objetivos de integração nacional (FONSECA, 2003, p. 320).

No sentido de construir a integração nacional, foi implantada pelo Estado militar uma infraestrutura na área da comunicação, o que favoreceu também os empresários que visavam a integração dos mercados consumidores nacionalmente. Neste ponto, ocorreu uma verdadeira colaboração por parte do Estado durante o regime militar em relação aos grupos privados (FONSECA, 2003). Para Fonseca

(2003), houve uma convergência de interesses entre grandes grupos privados das indústrias culturais e o Estado brasileiro durante aquele regime. Alguns investimentos específicos foram realizados pelo Estado, como a criação do Grupo Executivo das Indústrias do Papel e Artes Gráficas (GEIPAC), da Embratel em 1965 e do Ministério das Comunicações em 1967 e a implantação do sistema de micro-ondas em 1968. Estas iniciativas possibilitaram o desenvolvimento da televisão, que passava por enormes dificuldades desde os anos 50. Conseqüentemente, os grandes empresários da televisão foram os maiores beneficiados com a expansão, particularmente a Rede Globo de Televisão.

3.2. CAPITALISMO TARDIO, COMUNICAÇÃO E CULTURA

Ao analisar a cultura no contexto pós moderno, Jameson (2000, p. 14) reconheceu uma grande dilatação em sua dimensão, com uma fundamental alteração em sua função social, pois a própria cultura se transformou em uma das principais mercadorias neste estágio do capitalismo. O autor afirma que ocorreu “uma prodigiosa expansão da cultura por todo o domínio social, até o ponto em que tudo em nossa vida social – do valor econômico e do poder do Estado às práticas e à própria estrutura da psique – pode ser considerado como cultural.”.

Jameson (2000) defendeu o uso do termo “capitalismo tardio” ao invés de “sociedade pós-industrial”, por exemplo, pois este momento não deveria ser marcado pela quebra ou ruptura em relação ao período anterior, e sim pela continuidade. Ainda de acordo com Jameson, as principais características deste período são:

[...] a nova divisão internacional do trabalho, a nova dinâmica vertiginosa de transações bancárias internacionais e das bolsas de valores (...), novas formas de inter-relacionamento das mídias (...), computadores e automação, a fuga da produção para áreas desenvolvidas do Terceiro Mundo, ao lado das conseqüências sociais mais conhecidas, incluindo a crise do trabalho tradicional, a emergência dos *yuppies* e a aristocratização em escala agora global (JAMESON, 2000, p. 22, 23).

De acordo com o autor acima citado, no período pós Segunda Guerra Mundial foram lançadas as bases, especialmente econômicas, e também tecnológicas, para o capitalismo tardio. A preparação para este estágio do modo de

produção capitalista iniciou-se na década de 1950, quando foi solucionada a falta de bens de consumo e de peças de reposição após a guerra. Neste momento, novos produtos e novas tecnologias – incluindo as mídias – foram introduzidos, fatores que permitiram a emergência de um novo sistema econômico (JAMESON, 2000, p. 23).

O autor (JAMESON, 2000, p. 16) entendeu que, diferentemente do que foi disseminado pelos meios de comunicação hegemônicos e por alguns setores da academia nas últimas décadas, o pós-modernismo não pode ser considerado a esfera cultural de uma ordem social totalmente nova, denominada sociedade pós-industrial. Trata-se, na verdade, de mais uma modificação sistêmica do próprio capitalismo. Neste sentido, o autor ressaltou que o termo buscou transmitir a ideia de que as coisas são diferentes, e que “[...] passamos por uma transformação de vida que é de algum modo decisiva, [com mudanças] menos perceptíveis e menos dramáticas, porém mais permanentes, precisamente por serem mais abrangentes e difusas.” (JAMESON, 2000, p. 24).

Segundo Jameson, (2000, p. 18), o pós-modernismo possui uma tarefa ideológica, que seria a de “coordenar as novas formas de prática e de hábitos sociais e mentais [...] e as novas formas de organização e produção econômica que vêm com a modificação do capitalismo – a nova divisão global do trabalho nos últimos anos.”. A importância da cultura, para o autor, neste estágio, encontra-se tão associada à esfera econômica, que se torna difícil examiná-la separadamente, o que é também uma característica do fenômeno pós-moderno. Outra questão apontada pelo mesmo autor é que não existe mais uma fronteira entre a alta cultura e a denominada cultura de massa, ou cultura comercial, fronteira esta característica do modernismo (JAMESON, 2000, p. 28). Nesse sentido, Jameson discordou da posição de Adorno, de que a cultura de massa seria intrinsecamente negativa.

Portanto, nesse novo estágio do capitalismo, Brittos (2011) afirma que é impossível entender o fenômeno midiático tecnológico (destaco aqui os jornais *online*) sem pensar no capitalismo como processo civilizatório. As tecnologias da informação e comunicação estabeleceriam relação com elementos econômicos, políticos e culturais, que se conectariam ao movimento de reconfiguração do capitalismo. Além disso, destacou os meios de comunicação como grandes espaços de concentração de propriedade e de direcionamento ideológico.

Em seu estudo sobre o jornal *Folha de S. Paulo*, Marques (2007) destacou a articulação de mútua dependência entre as empresas de comunicação e o mercado publicitário, uma vez que as empresas precisam das verbas da publicidade para que seus negócios possam expandir e avançar tecnologicamente. Por outro lado, o mercado publicitário “necessitava de veículos bem estabelecidos, que se destinassem a públicos seletos e formadores de opinião, a fim de melhor direcionar as estratégias de venda e divulgação de manufaturas.” (MARQUES, 2007, p. 3).

Marques (2007, p. 8) afirma que, no Brasil do século XIX, surgiram jornais criados em consonância com os interesses políticos e na defesa de ideais bem definidos, e, a partir disso, periódicos, republicanos, conservadores, abolicionistas, moderados, monarquistas. Porém, atualmente, a imprensa se apresenta ao público como um elemento externo ao processo político, seguindo os padrões que predominam no jornalismo hoje, que seriam, de acordo com o discurso dos meios de comunicação: objetividade, independência, profissionalismo e neutralidade. No momento em que as grandes tiragens, e conseqüentemente, as relações com o mercado publicitário se tornam imprescindíveis à manutenção dos jornais, estes passam a obedecer à lógica empresarial e, portanto, comprometem o modo como a informação é veiculada. Segundo o autor:

As questões mercadológicas e econômicas passam a influenciar diretamente os conteúdos publicados, tanto no caso da seleção dos temas e assuntos, tanto no caso das formas gráficas e linguísticas de apresentação desses conteúdos (MARQUES, 2007, p. 8).

Este fato aconteceu especialmente nos grandes conglomerados midiáticos, em que os preços dos anúncios são cada vez mais altos e que dependem, majoritariamente, das verbas publicitárias. No jornal *Folha de S. Paulo*¹¹, por exemplo, a publicação de um anúncio de meia página custa ao anunciante o valor de R\$ 199.680,00 em dias úteis, e em dias de domingo, o valor sobe para R\$ 249.756,00. No mesmo jornal, o anúncio de uma página inteira custa R\$ 399.360,00 e R\$ 499.512,00 em dias úteis e domingos, respectivamente, em cadernos diários

¹¹ Os dados acerca dos preços da publicidade na *Folha de S. Paulo* foram retirados do site da empresa e referem-se aos valores atualizados em janeiro de 2017. Disponível em: http://media.folha.uol.com.br/publicidade/2016/12/28/tabela_grupo_folha_jan17_v1.pdf. Acesso em 05/02/2017.

de circulação nacional. Nestes cadernos, o preço do centímetro por coluna é R\$ 1.280 em dias úteis e R\$ 1.601 aos domingos – os cadernos são: Poder, Ciência, Mundo, Cotidiano, Esporte, Mercado e Ilustrada. No jornal *O Globo*¹², um anúncio de página dupla custa, em dias úteis, R\$ 842.337 e aos domingos, R\$ 1.140.760, no Primeiro Caderno. No mesmo caderno, dependendo do tipo de anúncio, o centímetro por coluna custa entre R\$ 1.667 e R\$ 533 em dias úteis e entre R\$ 2.265 e R\$ 720 aos domingos.

Em seu estudo acerca do poder de pressão realizado por um conglomerado midiático – as Organizações Globo – sobre o ambiente político-normativo da comunicação brasileira, Ramos (2005) afirma que as instituições de comunicação, como jornais, rádios e televisões, são funcionais para que instâncias como Estado, sociedade civil e mercado sejam pouco permeáveis à democratização efetiva do poder nas sociedades. Referindo-se ao conceito de democracia, Ramos (2005) declarou que, mesmo que algumas conquistas tenham sido efetivadas pela sociedade brasileira nos últimos séculos, tais como o fim da escravidão, a inclusão de mulheres e analfabetos nas decisões políticas -, conferindo bases crescentes de participação social à coletividade, ainda persiste um paradoxo de caráter não formal na sociedade, na medida em que:

[...] a democracia politicamente liberal e economicamente capitalista é uma democracia que exclui sistematicamente os pobres em favor dos ricos. Essa verdade quase autoevidente é, porém, mascarada pelos mecanismos de controle social que o sistema de poder dominante, o dos ricos, engendra para dissimular a sua hegemonia (RAMOS, 2005, p. 58).

De acordo com Williams (2011), nas últimas décadas, ocorreu um processo de naturalização da produção e transmissão das notícias, que precisam ser a todo o tempo analisadas, pois as atividades e as relações reais dos homens acabam ficando ocultas atrás de uma forma reificada de mostrar a realidade, no que o autor denominou de “mídia moderna”. Nesta esteira, defendendo a mesma ideia acerca das notícias transmitidas pelos meios de comunicação, Chomsky (2013, p. 38)

¹² Os dados acerca dos preços da publicidade em *O Globo* foram retirados do site da empresa e referem-se aos valores atualizados em abril de 2016. Disponível em: <https://www.infoglobo.com.br/Anuncie/downloads/precos.pdf>. Acesso em 05/02/2017.

afirma que “[...] a imagem do mundo que é apresentada à população tem apenas uma pálida relação com a realidade.”.

Na história recente do Brasil, acerca das mudanças relativas à economia, à política e às formas de gestão estatal, por exemplo, operadas no contexto neoliberal, foi ressaltado que o discurso operado pela grande imprensa teve um grande peso de caráter ideológico sobre a formação de opinião da sociedade, como afirma Kucinski (1999). De acordo com a análise realizada pelo autor, a grande mídia se alinhou ao governo FHC a partir de meados de 1994, e manteve-se durante todo o seu primeiro mandato. Nesse sentido, Kucinski (1999) afirma que:

O sistema mídia como um todo fechou com o sistema de poder e por tabela com o sistema governo. Apenas alguns poucos veículos isolados e de circulação restrita, como *Carta Capital*, manteve-se também sistematicamente crítico a FHC e portanto fora do sistema de apoio. *Veja* tem sido o veículo mais explícito em colocar a reestruturação nos termos exatos em que é formulada pelo grande capital como um imperativo histórico, visão subjacente à postura de toda a mídia brasileira (Kucinski, 1999, p. 183).

No Brasil, de acordo com Ruiz (2009), um grande exemplo de influência dos meios de comunicação na capacidade de mobilização e ação política dos telespectadores é a Rede Globo de Televisão, que faz parte das Organizações Globo. Para o autor, a Rede Globo de Televisão realizou “[...] apoio a diferentes governos e a não divulgação fiel aos fatos das ações dos movimentos sociais [...]” (RUIZ, 2009, p. 85). Exemplificou este papel desempenhado pela Rede Globo - mais especificamente na busca pela desmobilização das lutas por direitos - ao demonstrar que a emissora praticamente silenciou as greves realizadas no ABC Paulista entre os anos de 1978 e 1980¹³.

Portanto, acerca da forma como pode ser noticiada determinada manifestação social, Williams (2011) sugere que:

¹³ Além do exemplo das greves do ABC Paulista quase que silenciadas pela Rede Globo, Ruiz (2009) destaca a influência exercida pela mesma na eleição presidencial de 1989, além das campanhas pelas Eleições Diretas para presidente da República.

Em um confronto entre a polícia e manifestantes é inteiramente relevante, por exemplo, se a câmera é colocada (como ocorre com frequência) atrás da polícia ou, como pode ocorrer em uma perspectiva social diferente, atrás dos manifestantes, ou ainda, e que pode ocasionalmente ocorrer, em relações imparciais com ambos. O que está “sendo visto” no que parece ser uma forma natural é em parte, ou em grande parte, o que “é feito para ser visto” (WILLIAMS, 2011, p. 80).

Foi concluído que as notícias chegam aos espectadores de fontes distintas, e estas podem também representar interesses divergentes na sociedade capitalista, privilegiando os interesses de determinados setores em detrimento de outros. Foi compreendido ainda a impossibilidade de haver uma objetividade absoluta na elaboração das notícias. Portanto, todas as notícias são permeadas por elementos de objetividade e subjetividade, sendo que cada notícia pode possuir maior ou menor grau desses dois aspectos. Em função disso, foi reconhecida a importância de analisar as manifestações e os movimentos sociais como espaço de contestação e busca pela garantia de direitos por parte das classes sociais que vivenciam a pobreza, e tem seus dilemas e busca por soluções silenciados ou mesmo criminalizados pelos meios de comunicação. As mídias, ao constituírem lugar de poder e disputa social, representam um espaço fecundo para pesquisas que visem analisar e entender as relações sociais de determinada sociedade em determinado tempo (SALES, 2009).

3.3. JORNALISMO *ONLINE*: PRODUÇÃO, MERCADO E OS DESAFIOS DO “TEMPO REAL”

Os meios de comunicação podem ser considerados como um dos mais importantes mecanismos de controle social, utilizado para disseminar a hegemonia dominante, que como foi mencionado acima, neste estágio do capitalismo, vinculam-se diretamente aos fatores econômicos, políticos e ideológicos. Estes fatores não se limitam ao espaço regional, assumindo proporções mundiais, na medida em que um grande número de pessoas pode estar conectado, simultaneamente, graças às novas tecnologias da comunicação e informação. Ianni (1999) destacou que:

O que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em

democracia, do consumismo em cidadania. Realiza limpidamente as principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com a produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações” em escala global (Ianni, 1999, p. 17).

O mesmo autor apontou a relevância de se compreender a crescente importância das tecnologias eletrônicas, informáticas e cibernéticas no mundo da comunicação e o crescimento da mídia em todas as esferas da sociedade nacional e mundial. Ao analisar as tecnologias das mídias nas formas de sociabilidade, ou nas correlações de forças presentes na sociedade, considerou que estas podem bloquear ou modificar relações, estruturas e processos sociais, econômicos, políticos e culturais em todas as esferas da sociedade, seja nacional ou mundialmente. Assim sendo, “[...] adquirem presença, força e abrangência de técnicas sociais de organização, funcionamento, mudança, controle, administração das formas de sociabilidade e dos jogos das forças sociais.” (IANNI, 1999, p. 20)

Nesse sentido, as possibilidades da comunicação mundial foram multiplicadas com o surgimento da *internet*. Conforme afirma Tait (2007), a *internet* surgiu em 1969 nos Estados Unidos, e inicialmente interligava laboratórios de pesquisa, sendo chamada ARPAnet – Advanced Research Projects Agency. Durante a Guerra Fria, configurou-se como uma rede do departamento de defesa norte-americano. O uso do nome *internet* propriamente teve início muitos anos depois, quando esta tecnologia começou a ser usada para fazer conexões entre laboratórios e universidades, inicialmente nos Estados Unidos e depois em outros países. Por um bom tempo, apenas os setores acadêmicos e científicos tinham acesso à *internet*, ficando restrita àqueles. Somente em 1987, nos Estados Unidos, foi liberado o uso comercial da *internet*. Em 1992 a *internet* se popularizou, e começaram a surgir diversos provedores de acesso à *internet* nos Estados Unidos (TAIT, 2007).

O surgimento da *web* em 1991 foi um grande impulsionador para a popularização da *internet*. Ela foi criada na Suíça por Tim Berners-Lee e fora concebida “[...] apenas como uma linguagem que serviria para interligar computadores do laboratório e outras instituições de pesquisas e exibir documentos científicos de forma simples e fácil de acessar.” (TAIT, 2007). A disseminação da

web ocorreu rapidamente, e em 1993 em universidades, estudantes já criavam páginas pessoais (TAIT, 2007).

No Brasil, em 1987 fora realizada na Universidade de São Paulo a primeira reunião com pesquisadores de todo o país e representantes do governo e da Embratel, com intuito de discutir a criação de uma rede nacional para fins de pesquisa e da academia, com compartilhamento de acesso a redes internacionais. Alguns outros fatos marcaram a consolidação da *internet* no país, até que em 1995 foi liberado o uso comercial da *internet* no Brasil (TAIT, 2007).

A *internet*, de acordo com Bolaño (2007), é substancialmente distinta de todas as inovações tecnológicas anteriores no que diz respeito à informação e comunicação, por possuir um caráter híbrido. A *internet* não é uma tecnologia nova ou de uma indústria nova, mas o resultado do desenvolvimento e da convergência das novas tecnologias e a interpenetração e expansão mundialmente, o que gerou um espaço de socialização global, não menos excludente e assimétrica. Sobre o caráter excludente da *internet*, Ramonet (2013) afirma que quase metade da população do mundo não tem acesso a eletrônicos, e parte dessa parcela da população não tem nem eletricidade.

Portanto, a *internet* resultou do desenvolvimento do capitalismo do século XXI, em que vivemos o velho capitalismo reorganizado, e não uma nova sociedade. Este “velho capitalismo:

[...] exige o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de produção, armazenamento e circulação da informação, tanto para acelerar a rotação do capital e, com isso, facilitar o processo de acumulação, como para garantir as condições de legitimidade da dominação que exerce sobre uma massa cada vez maior da população mundial. Assim, informação e comunicação, na sua forma capitalista, continuam servindo ao capital mas, agora, de uma forma renovada, adequada às exigências da modernização conservadora do final do século XX e abrindo as portas para a sua eventual expansão no século XXI (BOLAÑO, 2007, p. 44).

Para o autor acima citado, os jornais, neste momento de expansão da *internet* no século XXI, são as empresas com mais vantagens na disputa do mercado de informação de massa aberto pela *internet*. Os jornais continuarão como sempre procurando lucros, e as formas de financiamento mais comuns seriam a

mistura entre as assinaturas, a publicidade e as “receitas de interatividade”, além dos classificados *online*. Ele afirma que as empresas jornalísticas tradicionais apresentam vantagens, porém como se trata de um setor novo, os competidores de outros setores também podem ser beneficiados no ramo, principalmente se contarem com poder financeiro e conhecimentos no setor (BOLAÑO, 2007, p. 45).

Apesar de não se alterar o caráter capitalista de dominação e de exploração econômica, política e de reprodução ideológica da informação, a *internet* possui um potencial democratizador da informação de maneira horizontal, que articula a sociedade civil de modo mais independente aos poderes do Estado e do capital. “Nesse sentido, a *internet* é uma promessa de comunicação global interativa, criadora de comunidade.” (BOLAÑO, 2007, p. 47). Isto não significa que deve-se desconsiderar a existência de assimetrias e hierarquias “[...] em que predominam aqueles (indivíduos e sobretudo organizações) que detêm maior capital econômico, político ou simbólico.” (BOLAÑO, 2007).

O caráter interativo da rede, em especial, pode ser um elemento fundamental para um resgate das funções organizativas e de agitação e propaganda da imprensa não oficial e não empresarial, para uma imprensa independente e comprometida com os movimentos sociais (BOLAÑO, 2007, p. 48).

No mesmo sentido, Moraes (2013) afirma que a *internet* pode ser vista como um espaço de embates pela hegemonia política e cultural, na medida em que algumas agências alternativas de notícias¹⁴ buscavam rejeitar os controles ideológicos da mídia tradicional e explorar o caráter interativo e descentralizador da rede. Nesta, são utilizadas ferramentas digitais buscando a construção de uma contra hegemonia, valorizando assuntos relacionados à justiça social e cidadania. É possibilitado aos usuários da rede, a divulgação, interação e compartilhamento com outros usuários sobre qualquer assunto que desejar. A criação de tais agências é favorecida, conforme Moraes (2013), tanto pelas transformações tecnológicas quanto pelas providências tomadas por governos que favoreceram o combate à

¹⁴ No trabalho intitulado “Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina”, Moraes (2013) discute as referidas agências.

concentração da mídia. Alguns fatores como a abrangência global, a rapidez, a instantaneidade e a transmissão descentralizada são destacadas pelo autor como vantagens para o desenvolvimento de “um modo de produção que se assenta em rotinas de criação virtual sem correspondência nas engrenagens de industrialização da notícia e sem subordinação aos crivos editoriais da mídia corporativa.” (MORAES, 2013, p. 121)

Surgem como principais pontos de convergência entre as agências alternativas na América Latina, o uso dos espaços gerados pela descentralização da rede, os baixos custos de difusão da *internet* que propiciou formas de se noticiar não mercantilizadas e mais participativas e a preocupação com a causa da democratização da comunicação e do conhecimento. No Brasil, o mesmo autor acima citado destacou como uma importante agência alternativa, a Brasil de Fato, fundada em 2003, que teve como fundadores MST e a Via Campesina e Pastorais Sociais, entre outros. Nas reportagens publicadas pela Brasil de Fato, buscou-se retratar os movimentos sociais como atores de mudanças. Apesar do crescimento das mídias alternativas e dos fatores que favorecem sua criação, é importante pontuar que estas ainda são minoritárias, possuindo espaços reduzidos de atuação, ficando quase sempre à margem da mídia hegemônica (MORAES, 2013)

Moraes (2013) afirma que certos militantes perceberam a rede como um espaço possível de construção de novas formas de engajamento e mobilização. Estes grupos:

[...] politizam o uso das tecnologias na medida em que recorrem a conexões infoeletrônicas para difundir informações, posicionamentos e valores fora da bitola das elites hegemônicas. Superam, assim, a estreita interpretação de que as técnicas pertencem à razão instrumental capitalista, provando que podem servir a propósitos contra hegemônicos (MORAES, 2013, p. 118).

Este aspecto da rede pode ser observado nas convocações realizadas pelo Movimento Passe Livre e por outros movimentos sociais para os atos contra o aumento das tarifas do transporte coletivo no contexto das Jornadas de Junho de 2013. Além disso, está presente também na divulgação de maneira alternativa em relação aos grandes grupos midiáticos empresariais – como exemplo a *Folha de S.*

Paulo e O Globo, que são os focos desta pesquisa -, de notícias e especialmente de imagens acerca desses atos.

Conforme Palacios (2002) afirma, a utilização da *internet* de forma mais expressiva no jornalismo, a partir da sua utilização comercial, ocorreu com o desenvolvimento da *Web* no início da década de 1990. De acordo com ele, existem muitos termos para se referir a esta prática no jornalismo, tais como: jornalismo *online*, jornalismo digital, jornalismo eletrônico, ciberjornalismo e jornalismo hipertextual.

O mesmo autor acima citado, (PALACIOS, 2002) identificou três fases na história do jornalismo na *web*. A primeira fase se caracterizou pela transposição, ou seja, era composto pela reprodução de fragmentos dos grandes jornais impressos. Este material era atualizado a cada 24h, a partir do fechamento das edições do jornal impresso. O segundo momento, ainda ligado ao jornal impresso, começou a explorar as características e os recursos disponíveis na *internet*. Além da reprodução do jornal impresso, surgiam seções com notícias que ocorriam entre as edições diárias dos jornais. Nessa fase, já existia o contato por e-mail entre os leitores e o jornalista, e utilizava-se, mesmo que de forma limitada, o recurso do hipertexto – *links* que fazem ligações entre páginas na *internet*, palavras ou frases podem levar a outras páginas. No terceiro e atual momento, surgiram iniciativas empresariais e editoriais exclusivamente dedicadas à *internet*. Trata-se de sites jornalísticos que vão além da intenção de uma versão *online* para um jornal impresso. Este constituiu um momento “[...] mais avançado de toda uma estrutura técnica relativa às redes telemáticas e aos microcomputadores pessoais, permitindo a transmissão mais rápida de sons e imagens.” (PALACIOS, 2002, p. 4)

Palacios (2002) também sinalizou cinco características que configurariam as potencialidades que a *internet* oferece ao jornalismo *online*. Estas são: a interatividade – poder fazer com que o leitor faça parte do processo e se sinta parte dele -; a customização do conteúdo ou personalização – opção de o usuário determinar as notícias que acessa a partir de seus interesses próprios -; hipertextualidade – representa a possibilidade de conectar textos diversos através de links -; multimídia ou convergência – é a convergência dos diversos formatos das tecnologias tradicionais, a imagem, o texto e o som -; e a memória – a

facilidade de acumular informações de maneira mais econômica e tecnicamente mais viável, em um espaço praticamente ilimitado (PALACIOS, 2002).

Sobre o jornalismo *online*, Deuze (2006) afirma que

[...] tem sido distinguido funcionalmente de outros tipos de jornalismo através de sua componente tecnológica enquanto fator determinante em termos de definição (operacional) - tal como anteriormente aconteceu relativamente aos campos da imprensa escrita, rádio e televisão. O jornalista *online* tem que fazer escolhas relativas ao(s) formato(s) adequado(s) para contar uma determinada história (multimídia), tem que pesar as melhores opções para o público responder, interagir ou até configurar certas histórias (interactividade) e pensar em maneiras de ligar o artigo a outros artigos, arquivos, recursos, etc., através de hiperligações (hipertexto) (Deuze, 2006, p. 18).

O autor acima citado percebeu que as alterações decorrentes do jornalismo *online* têm a ver também com a organização editorial e da gestão, e ainda com novos desafios colocados às formas, valores e normas da narração jornalística. Neste sentido, Deuze (2006) destacou o valor que se acrescenta ao papel e à função do jornalismo, como, exemplo, o surgimento da cultura participativa no jornalismo *online*, que se relaciona com uma reorganização editorial e gestacional, em que a participação do consumidor nas notícias e informações também envolve certo grau de participação, cocriação e colaboração (DEUZE, 2006).

Com a digitalização das redações, ocorreram conseqüentemente a flexibilidade e a reordenação dos processos jornalísticos. O primeiro jornal em nosso país a informatizar as redações foi a *Folha de S. Paulo*, no início da década de 80 do século XX. Este processo de reordenamento dos processos jornalísticos levou a demissões, num primeiro momento de funções como as de revisores e montadores (BOLAÑO; BRITTOS, 2006).

Neste processo, a *internet* passou a ser, para a maioria das empresas de comunicação, um lugar de monitoramento e de visibilidade das organizações e estratégias. Estas passaram a ter seus próprios sítios, onde reproduzem tanto os materiais disponibilizados nos canais tradicionais (por exemplo, vídeo de uma reportagem apresentada num telejornal, ou a reprodução digitalizada de um jornal de circulação impressa), quanto outros conteúdos. Os autores destacaram que,

mesmo que o jornal *online* não substitua o impresso, este é reposicionado, pois ambos passam a conviver (BOLAÑO; BRITTOS, 2006).

Entretanto, muitos são os efeitos da digitalização das redações dos jornais. Bolaño e Brittos (2006) apontaram que ocorrem mudanças nos resultados do trabalho dos jornalistas, e para isso, precisaria mudar também a dinâmica da produção jornalística. Neste momento, requer-se de um mesmo profissional múltiplas habilidades para tratar de diferentes formas uma mesma temática, pois com a digitalização, ocorreu a convergência de alguns formatos, como texto, áudio e vídeo. Isto requer uma capacidade apurada de manipular todos eles. Com esses fatores, vem também o processo da flexibilização, como apontou Bolaño (2006):

Há uma forte flexibilização do trabalho e uma tendência ao apagamento das fronteiras entre as especialidades jornalísticas, com o repórter exercendo, por exemplo, a função de fotógrafo. As atividades próprias do jornalista vão-se, assim, de um modo geral, esvaziando, sendo simplificadas, enquanto outras, antes ligadas a áreas como a informática, ganham relevância e passam a fazer parte das ferramentas intelectuais que o jornalista é obrigado a dominar. O resultado é um amplo processo de desqualificação e requalificação, em detrimento do instrumental crítico, anteriormente vinculado à formação desses profissionais (Bolaño, 2006 p. 73).

Hoje, a principal característica da profissão de jornalista tem sido a precarização, como destacou Ramonet (2013). Os salários são baixos, trabalha-se por tarefa, vive-se a ameaça do desemprego, entre outros fatores. Com a *internet*, o cenário não mudou. Em *sites* de informação publicada em tempo real, as condições de trabalho são piores, onde os jornalistas são explorados e superexplorados, sendo conhecidos como “escravos da rede” (RAMONET, 2013, p. 89).

Agdhami (2002) afirma que muitos jornalistas *online* transgridem as normas que regulamentam a profissão, pois rompem com o código convencional do jornalismo tradicional. “Textos, imagens, sons, programas e bancos de dados podem ser lidos, copiados, recopiados e enviados livremente no ciberespaço. Todos estes novos suportes modificam a maneira de tratar a informação.” (ADGHIMI, 2002, p. 138) A autora afirma ainda que este momento em que a profissão de jornalista é perpassada tão intensamente pelo uso das novas tecnologias digitais, há a tendência da transformação do jornalista em autônomo, e então desprovido das garantias contratuais determinadas pelos sindicatos e empresas. Essa corrida pela

informação rápida alterou radicalmente o mercado de trabalho do jornalista e não este não pertence à empresa, como no passado.

No jornalismo digital ocorreu também uma alteração no modo de fazer jornalismo, estando este totalmente vinculado ao mercado e às necessidades do cliente. Surgiu, então, a importância da produção da informação em tempo real (TR), “[...] uma notícia muito curta, cujo valor está na atualidade que, por sua vez, é medida em segundos.” (ADGHIMI, p. 140)

Acerca das rotinas e exigências de produção, Adghimi, (2002) afirma:

Seguindo uma tendência mundial, as redações dos jornais *online* são separadas do jornal de papel. E não existe praticamente nenhuma ligação entre elas. As rotinas produtivas do jornalismo *online* são semelhantes no que se refere à coleta de informações. O que muda fundamentalmente é a distribuição das notícias. Porque a palavra de ordem é TR, todos os jornalistas estão conectados permanentemente a seus celulares. Entre o momento em que o fato acontece e sua divulgação em rede, a média é quatro a cinco minutos para os jornais *online* e “zero segundo” para as agências em TR, tipo Broadcast (*Estado de S. Paulo*) e Investnews (*Gazeta Mercantil*), que trabalham com tecnologias de satélite próprias e clientes assinantes (Adghimi, 2002, p. 145).

Assim sendo, a notícia precisa ser renovada a todo tempo, os textos vão sendo construídos à medida que vão se dando os acontecimentos. A divulgação da notícia em tempo real se daria a partir da ocorrência de grandes fatos sociais, sejam eles políticos ou econômicos, porém no tempo real se destacam notícias relacionadas à economia, que são de interesse do mercado financeiro (ADGHIMI, 2002, p. 145).

Outro fator a ser destacado acerca da transmissão de notícias é o aspecto de mercadoria que tem assumido. Conforme apontado por Debord (1997), a mercadoria ocupou totalmente a vida social, momento que o autor denominou de “espetáculo”. Para ele, na “sociedade do espetáculo”, não é possível se ver nada além da relação com a mercadoria, “o mundo que se vê é o seu mundo” (DEBORD, 1997, p. 30). Ou seja, nesta sociedade, a mercadoria domina sobre a economia, tornando a relação mercantil uma necessidade para a sobrevivência.

O autor (DEBORD, 1997) observou que o espetáculo é a ideologia por excelência, na medida em que manifesta totalmente a essência do sistema ideológico capitalista, com “o empobrecimento, a sujeição e a negação da vida real”

(DEBORD, 1997, p. 138). Assim sendo, o espetáculo colaboraria para uma conformação do homem com a sua situação de exploração, supervalorizando a mercadoria em detrimento do próprio homem. A partir de Marx, Debord (1997) afirma que, materialmente, o espetáculo representa a separação entre o homem e o homem.

Acerca do espetáculo e da sua relação com o dinheiro e a totalidade social, Debord (1997) afirma:

O espetáculo é a outra face do dinheiro: o equivalente geral abstrato de todas as mercadorias. O dinheiro dominou a sociedade como representação da equivalência geral, isto é, do caráter intercambiável dos bens múltiplos, cujo uso permanecia incomparável. O espetáculo é seu complemento moderno desenvolvido, no qual a totalidade do mundo mercantil aparece em bloco, como uma equivalência geral àquilo que o conjunto da sociedade pode ser e fazer. O espetáculo é o dinheiro que *apenas se olha*, porque nele a totalidade do uso se troca com a totalidade da representação abstrata (DEBORD, 1997, p. 34).

Basicamente, o espetáculo representa a forma como determinados eventos são cooptados pelo capitalismo, operando-se uma dominação da burguesia sobre o proletariado de maneira sensível no processo de reificação da vida humana. Neste sentido, os jornais ocupam um papel muito importante, sendo espetacularizados, com a divulgação das notícias assumindo um caráter totalmente mercadológico, sendo exaustivamente divulgadas na busca por chamar a atenção dos leitores, com objetivo final de geração de lucros.

Ramonet (2013, p. 86) afirma também que, nesse contexto, tem ocorrido o que ele denomina de “crise habitual” do jornalismo. Esta é caracterizada pela perda da credibilidade dos jornalistas, em decorrência de muitos deles manterem um vínculo estreito com o poder político e econômico, o que levou a uma desconfiança generalizada do público. Também ocorreu uma forte queda da publicidade em virtude da crise econômica, o que causou grandes dificuldades de funcionamento para as redações (RAMONET, 2013).

O pesquisador estadunidense Pavlik (2011), ao discorrer acerca do impacto das novas tecnologias no jornalismo e na sociedade, afirma que a presença

maçante da *internet* sem fio e de banda larga propiciou aos indivíduos acesso às notícias e ao entretenimento a todo o tempo, fazendo com que os jornais tradicionalmente impressos tenham tido seu papel diminuído. Afirma ainda que, até os anunciantes têm destinado maior parte de suas verbas em anúncios nas mídias novas e mais eficientes. Outro fator destacado pelo autor, como consequência do maior uso de novas tecnologias, foi a demissão de alguns jornalistas mais antigos e experientes – por possuírem salários mais altos.

O mesmo autor acima citado (PAVLIK, 2011) elaborou uma interessante comparação acerca da velocidade com que as notícias transitam nas redes sociais digitais em comparação com os meios de comunicação mais tradicionais. Ele ressaltou, por exemplo, que a notícia da morte de Osama Bin Laden, líder da Al Qaeda, apareceu no *Twitter* com 20 minutos de antecedência em relação à reportagem sobre o mesmo assunto publicada em mídias tradicionais, em programas de televisão e até mesmo antes do aviso oficial pelo então presidente estadunidense Barack Obama.

Neste sentido, as novas tecnologias da comunicação e da informação podem se tornar um espaço de ampliação da democracia, assim como assumir objetivos autoritários, pois estão organizadas em empresas ou conglomerados. Estes representam empreendimentos capitalistas que se articulam com blocos, grupos ou classes de poder predominantes em determinadas sociedades (IANNI, 1999).

Bolaño e Brittos (2006) afirmam que a convergência tecnológica leva à construção de acordos e fusões entre corporações, o que gera negócios novos e a convivência entre diferentes modelos de gestão. De um lado, os grupos empresariais procuram potencializar seus arquivos, por meio da digitalização, e de outro, setores contra hegemônicos buscam alterar a dinâmica midiática, também por meio da digitalização. Conforme os mesmos autores, os esforços de ambos são no sentido de usar o conteúdo jornalístico para atrair e fidelizar o público.

3.4. O SURGIMENTO DO JORNALISMO *ONLINE* NOS GRUPOS: O GLOBO E FOLHA DE S. PAULO

Neste trabalho, como já foi mencionado anteriormente, analisou-se a atuação de dois conglomerados midiáticos: os jornais *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*. Foi ressaltado que, entre as múltiplas formas que pode assumir o jornalismo *online*, a partir da classificação¹⁵ realizada por Bolaño e Brittos (2006), o foco do trabalho será a “versão de periódicos impressos: está na origem do webjornalismo, reproduzindo o material jornalístico do produto vendido a assinantes e compradores avulsos [...]” (BOLAÑO; BRITTOS, 2006).

De acordo com dados de 2017 da ANJ¹⁶, *O Globo* é o segundo maior jornal impresso em circulação nacional, com uma média de circulação diária de 150.400 exemplares. A versão *online* de *O Globo* também ocupa o segundo lugar no país, com uma média de 91.343 exemplares diários. Mattos (2005) assinalou que este jornal faz parte das Organizações Globo, cuja história iniciou-se em 29 de julho de 1925, com o lançamento do jornal *O Globo*.

Inicialmente, *O Globo* era dirigido por Irineu Marinho e tinha duas edições diárias. Conforme consta na “História do Grupo Globo”, publicada no site¹⁷ da empresa, o jornal caracteriza-se por ser essencialmente noticioso e voltado para a prestação de serviços. Tendo sua primeira sede no centro do Rio de Janeiro, no Liceu de Artes e Ofícios, *O Globo* iniciou suas atividades apenas com uma máquina rotativa e com um grupo de jornalistas. Com a morte do então diretor Irineu Marinho, apenas 25 dias após o lançamento do jornal, o jornalista Eurycles de Mattos assumiu sua posição, enquanto o filho do Irineu, Roberto Marinho se tornou secretário do jornal, e, em 1931, presidente do periódico, ocupando essa posição até o fim de sua vida. Moretzsohn (2014), ao analisar a posição do jornal *O Globo* hoje, afirma que este, apesar de abrir espaço para temas polêmicos na área de

¹⁵ Além da versão de periódicos impressos, os autores identificam mais cinco formatos que o jornalismo *online* pode assumir: a versão de produtos telejornalísticos, a versão de produtos radiojornalísticos, os jornais eletrônicos, conteúdos jornalísticos de sites e portais em geral e os blogs.

¹⁶ Os dados contidos neste trabalho que se referem à Associação Nacional dos Jornais (ANJ), foram obtidos no site da Associação e são relativos a janeiro de 2017. Disponível em: <http://www.anj.org.br/>. Acesso em 22/01/2018.

¹⁷ As informações sobre o lançamento e primeiros anos de história do jornal *O Globo* contidas neste parágrafo foram retiradas do site do Grupo Globo. Disponível em: <http://historiagrupoglobo.globo.com/hgg/index.htm>. Acesso em 23/01/18.

comportamento – por exemplo, direito dos gays -, é extremamente conservador nas áreas de política e economia.

Conforme afirma Mattos (2005), quase vinte anos depois da inauguração do jornal, em 1944, foi criada a primeira emissora de rádio pertencente às Organizações Globo, a Rádio Globo do Rio de Janeiro. Na década de 1960, conseguiu ocupar um novo espaço, o da televisão, quando entrou no ar a TV Globo do Rio de Janeiro. Destaca-se o grande apoio dado pelas Organizações Globo ao golpe de 1964 e a todos os governos militares que o sucederam (MATTOS, 2005). Neste período houve uma grande expansão nos negócios das Organizações Globo, quando o jornal impresso estava entre os mais vendidos no Rio e a rádio era líder de audiência. Três fatores foram decisivos para o crescimento e consolidação do império das Organizações Globo: o acordo financeiro e operacional firmado com o grupo Time-Life¹⁸; o declínio das emissoras de TV Tupi e Excelsior; e o apoio dado ao regime militar (MATTOS, 2005).

Na década de 1970, conforme Mattos (2005) apontou, a TV Globo passou a ser o carro chefe das Organizações, o que não resultou em que a mídia impressa fosse deixada de lado. Em julho de 1996 foi lançado *O Globo Online*, o primeiro *site* de notícias do Grupo Globo na *internet*. A versão digital, atualmente, adotou o mesmo nome do impresso. O lançamento do *site* ocorreu em função das comemorações de aniversário do Jornal *O Globo*, tendo sido desenvolvido com a intenção de ter uma identidade própria, numa articulação entre jornalismo ágil e melhor prestação de serviços.

Em 1998 foram criados, simultaneamente, a revista semanal *Época* e o jornal *Extra* no Rio de Janeiro, pelas Organizações Globo. Em março de 2000, foi lançado *Globo.com*, o portal do grupo na *internet*. Este atua no provimento de serviços e no desenvolvimento de plataformas tecnológicas relacionadas à *internet* e hospeda quase 700 sites, tanto da própria Globo, quanto de seus filiados, transmitindo notícias, entretenimento, esportes, tecnologia e vídeos.

No mês de julho de 2005, em comemoração aos 80 anos de *O Globo*, foi realizada uma exposição de suas capas no Centro Cultural Banco do Brasil, na

¹⁸ Trata-se de um acordo de cooperação técnica, realizado em 1962, entre o conglomerado norte-americano *Time/Life Broadcastings Station* e as Organizações Globo, que possibilitou a criação da Rede Globo de Televisão.

cidade do Rio de Janeiro. Em 2006, foi feita uma renovação no site *O Globo Online*, comemorando seus dez anos de lançamento. Ocorreram mudanças no *layout*, além de investimentos em multimídia e enfatizou-se o chamado jornalismo participativo, além de ter sido criada uma editora exclusivamente para publicação de material proveniente dos leitores. Em 2008, o jornal criou a campanha “Muito além do papel de um jornal”, com intuito de ampliar a interação entre os internautas e *O Globo Online*, estimulando a participação dos leitores em debates sobre cidadania, inclusive por meio do envio de vídeos, fotos e textos¹⁹.

Moretzsohn (2014) pesquisou acerca das mudanças realizadas a partir da instauração do denominado “novo ritmo da redação” do periódico *O Globo* em março de 2014, que segundo a autora, priorizou o jornalismo digital e alterou as condições de trabalho e de produção das notícias. Em maio do mesmo ano, a editora lançava seu novo site, agora “[...] com a divisão mais clara dos blocos de matérias e um desenho mais atraente para a leitura dos textos, livre do excesso de elementos que costumam poluir as páginas virtuais.” (MORETZSHON, 2014, p. 65). Como uma das novidades neste momento de transição, a autora destacou a criação da editora Mídias Sociais, para acompanhar os acontecimentos do mundo virtual, se comunicar com o público e alimentar o *Facebook*.

A mesma autora acima citada afirma que a transição para esse novo ritmo, ao mesmo tempo em que foi dinâmico, não excluiu a precariedade do trabalho. “Projetos começam a ser executados ainda sem condição de pleno desempenho, o que acarretou inevitáveis conflitos internos e uma discrepância entre o discurso e a prática.” (MORETZSHON, 2014, p. 62). Ocorrem também, segundo a autora, muitas reclamações relacionadas à sobrecarga de trabalho, à falta de condições para sua realização e o acréscimo de atribuições sem a justa compensação salarial.

Sobre as diferenças notadas entre o controle entre jornal impresso e o *online* em *O Globo*, a autora apontou (MORETZSHON, 2014)

O Globo é um jornal capaz de abrir espaço para temas polêmicos na área de comportamento – por exemplo, aborto, maconha, casamento e direitos dos gays – mas é rigorosamente conservador nas áreas de política e economia. A atenção maior ao impresso sugere uma estrita obediência ao

¹⁹ Informações extraídas do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o. Acesso em: 22/01/18.

interesse dos acionistas, que, como ocorre tradicionalmente, costumam tratar o jornal como instrumento ideológico estrito, colocando-o – às vezes mais explicitamente, às vezes mais disfarçadamente – a serviço das causas que querem defender, sem perceber que hoje as pessoas têm outras opções para se informar e outra capacidade de crítica (MORETSZHON, 2014, p. 74):.

Moretzhon (2014) afirma que costuma haver mais rigidez no controle sobre o jornal impresso, havendo críticas do comando da redação sobre o que sai no papel, o que é raro de acontecer com relação ao site. Ocorreu ainda, uma divisão na redação d'O *Globo* entre “pessoal do impresso” e “pessoal do site”. A autora (MORETSZHON, 2014) destacou que, com a aposta no digital, as atualizações ou “viradas” no site, devem ocorrer a cada duas horas, e que os suplementos – que são semanais no jornal impresso – passaram a ser publicados diariamente no jornal *online*.

A mesma autora acima citada conclui que com a implantação do novo ritmo de redação surgiram algumas questões, tais como a extensão da jornada e exploração de trabalho dos jornalistas, a competitividade entre empresas do mesmo grupo, além de alterações na organização da redação e no privilégio à informação *online* (MORETSZHON, 2014).

No que se refere ao jornal *Folha de S. Paulo*, conforme dados da ANJ relativos a 2017, o periódico é o terceiro colocado em circulação nacional, com uma média de 141.888 exemplares impressos por dia. A *Folha de S. Paulo online* está em primeiro lugar em circulação nacional, com uma média de 173.516 exemplares por dia. A *Folha de S. Paulo* é integrante da empresa *Folha da Manhã* e possui tiragem nacional, concentrada na região sudeste, com ênfase na cidade de São Paulo.

O *Grupo Folha* já foi formado por quatro famílias distintas, desde sua gênese, em 19 de fevereiro de 1921, com a criação do jornal *Folha da Noite*. Este último jornal surgiu, estruturalmente, com base em uma visão mais empresarial e capitalista, se comparado aos outros jornais criados anteriormente em São Paulo. No ano de 1925 surgiu a edição vespertina da *Folha da Manhã*, seguindo o mesmo padrão do outro jornal, e posteriormente, em 1949, foi fundada a *Folha da Tarde*. No ano de 1960, as três edições diárias se fundiram na *Folha de S. Paulo*, sendo essa

voltada para a classe média urbana de São Paulo (ALBUQUERQUE e HOLZBACH, 2008).

O Grupo Folha é, conforme o site do próprio Grupo²⁰, um dos principais conglomerados de mídia do país: “Controla o jornal de maior circulação e influência (*Folha de S. Paulo*), a maior empresa brasileira de conteúdo e serviços de *internet* (UOL), o site noticioso de jornal com mais audiência (Folha.com) e a maior gráfica comercial do Brasil (Plural), além de outros negócios.” O Grupo é dirigido hoje pelos irmãos Otávio e Luís Frias, que ocupam, respectivamente, os cargos de diretor de redação (desde 1984) e presidente do jornal (desde 1993). O jornal *Folha de S. Paulo* é o carro chefe da empresa, porém o Grupo possui empresas em várias áreas.

Uma das empresas do Grupo é o Instituto Datafolha, um instituto de pesquisa criado em 1983, que faz pesquisas de mercado, de opinião e eleitorais. Porém, de acordo com o *site* do Grupo, este não trabalha especificamente para políticos e partidos e já realizou mais de 6.000 pesquisas. Outra empresa do Grupo é a Publifolha, criada em 1985, que é uma editora que publica obras em 16 áreas, como turismo, culinária, moda e jornalismo. O Grupo também é proprietário da Transfolha, empresa de transporte atuante desde 1988, sendo responsável pelo transporte e distribuição de produtos editoriais e de encomendas feitas pelo comércio eletrônico. A Folhapress também faz parte do mesmo grupo empresarial, sendo a agência de notícias do grupo, foi criada em 1994. A agência comercializa e distribui conteúdos em forma de fotos, vídeos, textos e infográficos, produtos da *Folha* e de parceiros²¹.

A partir do ano de 1984, iniciou-se a implantação do Projeto Folha. Este representou um sistema elaborado de direcionamentos tanto ideológicos, quanto organizacionais, com ações e implicações para dentro e para fora da Redação. Internamente, criou-se “[...] normatizações jornalístico-produtivas voltadas para impor o jornal ao mercado como produto de excelência.” (BARRETO, 2009, p. 50).

²⁰ As informações acerca do *Grupo Folha* contidas neste parágrafo foram extraídas da sessão “Conheça o Grupo Folha”, no site da *Folha de S. Paulo*. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/institucional/conheca_o_grupo.shtml. Acesso em 24/01/2018.

²¹ Informações extraídas de matéria publicada pela *Folha de S. Paulo Online* Disponível em: <http://m.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1744086-a-partir-do-jornal-grupo-folha-se-diversificou-e-hoje-tem-5-empresas.shtml>. Acesso em: 24/01/2018.

De acordo com Barreto (2009), o Projeto conduziu a *Folha de S. Paulo* a atuar em duas frentes, sendo a primeira relativa a alterações em aspectos gráficos, com objetivo de conceder um aspecto moderno ao jornal. A segunda frente diz respeito ao desmantelamento do jornalista enquanto categoria,

[...] promoveu demissões em massa, entrou em choque com o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, passou a manter fichas de avaliação dos profissionais, exigiu dedicação exclusiva aos contratados e excluiu do Conselho Editorial quem não fosse tido como defensor intransigente do *Projeto Folha* (BARRETO, 2009, p. 50).

O jornal paulista possui cronogramas rígidos de fechamento das edições, além de metas para aferição da produtividade trimestralmente. A *Folha* também possui Manuais da Redação – foram editados três desses manuais, em 1984, 87 e 92 – e outros documentos que eram emitidos periodicamente pela Direção, com “[...] conteúdo ideológico, em que convocava a Redação a manter-se em atividade plena, que analisava seu desempenho e opinava a respeito de mercado, leitores e política nacional. ” (BARRETO, 2009, p. 50), estando em consonância com os referidos Manuais.

Deste modo, a implantação do Projeto Folha causou grande intervenção da direção sobre a Redação, que ficou submetida a um processo intenso de coerção para atuar hegemonicamente (BARRETO, 2009). Ao analisar o slogan “Um jornal a serviço do Brasil” como lema da *Folha de S. Paulo*, Barreto (2009) afirma que o discurso adotado pelo jornal é o de “ensinar” os leitores a “escolher” o jornal que supostamente seria o “melhor jornal”, a *Folha*, obviamente. Por estar a serviço do Brasil, é como se afirmasse que o referido jornal é capaz de explicar o mundo numa posição superior.

Necessita do slogan como uma espécie de senha, um passe livre para intervir na sociedade em nome da qual se apresenta como representante. [...] O ser ‘a serviço do Brasil’ seria o selo de qualidade patriótica ao garantir ao produto *Folha* não apenas a condição de jornal, mas, acima de tudo, a condição presuntiva de representante da sociedade, em condições de intervir no espaço de lutas da sociedade civil (BARRETO, 2009, p. 42).

O autor afirma que, independente do discurso acima descrito, os objetivos do jornal são essencialmente mercadológicos, sempre. A *Folha* representa uma

empresa igual a todas as outras no que diz respeito à organização burocrático-administrativa, e circunstancialmente, ela produz jornais (BARRETO, 2009).

De acordo com Albuquerque e Holzbach (2008), o jornal *online* foi criado em 1995, inicialmente com o nome *Folha Online*. Atualmente, publica cerca de quinhentas notícias por dia, e tem os seguintes princípios editoriais, de acordo com a sua home-page²²: pluralismo, independência, jornalismo crítico e independente. Possui uma audiência de mais de 31 milhões de visitantes únicos no mês e mais de 194 milhões de páginas vistas por mês (dados relativos a setembro de 2017).

Com a crescente importância e vislumbrando a massificação da *internet*, foi criado em 1996 o *Universo Online-UOL*. Hoje o UOL é a maior empresa do seu segmento na América Latina e tem liderança no mercado, possuindo 75% da preferência dos internautas, como afirma Barreto (2009, p.46). Além desse empreendimento, o grupo lançou outras frentes de trabalho, como o periódico *Valor Econômico*, em associação com *O Globo* a partir de 2000 e o *Agora S. Paulo*, lançado em 1999 pertencendo ao segmento do jornalismo popular (BARRETO, 2009, pp. 47, 48).

Conforme destacou Barreto (2009), o Grupo Folha, estimula o consumismo e o valoriza como estilo de vida, enquanto a publicidade que promove produtos e serviços assumiu o caráter de propaganda, possuindo como essência a divulgação ideológica. Sendo assim, o Grupo “[...] objetiva a formação de sistema de mídia capaz de chegar a diversos nichos de consumo, tornando-se, cada vez mais, forte agente político a intervir na sociedade e na sociedade civil.” (BARRETO, 2009, p. 49).

Em documento publicado no dia 19 de fevereiro de 2014, intitulado “O que a Folha Pensa”²³, o jornal expôs seu posicionamento sobre algumas questões. Este se apresentou de modo progressista com relação a algumas questões sociais, tais como o apoio à união civil entre pessoas do mesmo sexo, ao aborto de fetos anencéfalos e à descriminalização do uso de drogas. Ao mesmo tempo, demonstrou-se contrário à pena de morte e à implementação de cotas raciais na

²² Dados retirados de <http://www.folha.uol.com.br/> Acesso em 21/10/2017.

²³ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/02/1414326-o-que-a-folha-pensa-veja-os-principais-pontos-de-vista-defendidos-pelo-jornal.shtml>. Acesso em: 25/01/18

educação e serviço público. Isto, inclusive, esclarece que há tensões no interior das empresas jornalísticas de como determinados assuntos devem ser publicizados.

Mais especificamente sobre os assuntos que se relacionam à pesquisa, acerca da realização de manifestações no ano de 2013, a *Folha* destacou ser importante proteger este direito, porém com determinadas regras. O discurso do jornal no documento “O que a Folha Pensa” foi de que “atos de violência”, devem sim, ser coibidos pela polícia, visando a garantir a ordem pública e os direitos de todos. Ainda reforçou a polarização entre “vândalos” e manifestantes, ao afirmar a necessidade de os primeiros serem identificados e punidos.

No que se refere à modalidade urbana, o jornal afirma a importância de favorecer o transporte coletivo em detrimento do transporte individual, com adoção de medidas restritivas como pedágio urbano e rodízio, além da construção de ciclovias seguras. Porém devido à necessidade de tais investimentos, o jornal considerou “irrealista” a proposta da Tarifa Zero. Importa destacar que estes pontos defendidos pelo documento “O que a Folha Pensa” nem sempre condizem totalmente com o posicionamento do jornal ao noticiar os fatos cotidianamente. Em função disso, a posição do periódico sobre as ações do MPL será discutida em maior profundidade no capítulo 4.

4. A PRODUÇÃO DO DISCURSO SOBRE O MPL NOS JORNAIS *ONLINE*

Neste capítulo, analisou-se o conteúdo e o discurso jornalístico de reportagens publicadas durante o mês de junho de 2013 acerca dos atos realizados pelo MPL em dois periódicos de grande circulação nacional: a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O objetivo da análise do discurso não foi traduzir os dados coletados simplesmente em números ou indicadores, mas entender as tensões presentes na linguagem jornalística produzida e veiculada sobre o MPL. Buscando atingir esse objetivo, foi utilizado o acervo *online* dos referidos jornais para acessar as reportagens que foram utilizadas. Foi realizada, ainda, a análise do conteúdo das reportagens relativas ao MPL publicadas no mês de junho de 2013²⁴, considerando que estas transmitem, com ressalvas, o ponto de vista da empresa jornalística a qual estão vinculadas, e que as mensagens estão ligadas às condições culturais, sociais econômicas e ideológicas de seus produtores, como foi discutido no capítulo anterior.

4.1. ANÁLISE DO CONTEÚDO

A análise de conteúdo foi aqui compreendida que seu o ponto de partida é a mensagem, seja verbal – oral ou escrita – gestual, documental, entre outras. Foi considerada que a emissão das mensagens se vincula sempre às condições textuais de seus produtores, que envolvem diversos fatores como, por exemplo, situações econômicas, culturais e sociais em que os emissores se inserem, a evolução histórica da humanidade e componentes ideológicos, sempre presentes nas mensagens construídas socialmente (FRANCO, 2008).

A partir de Franco (2008), foi iniciada a análise de conteúdo com a leitura “flutuante”, ou seja, o estabelecimento de um contato inicial com os documentos que foram analisados, para conhecer os textos e deixar-se invadir pelas expectativas e impressões acerca deles. Portanto, foi delimitado o material que comporia o *corpus* da pesquisa, o universo a ser pesquisado. Nesta pesquisa, foi realizada a análise do conteúdo nas reportagens publicadas no mês de junho de 2013 acerca do MPL nos

²⁴ Para a análise do conteúdo realizada neste trabalho, desconsideramos seções como por exemplo, “opinião”, “painel do leitor”, “depoimento”, “análise”, “corpo a corpo” e “artigo”, por entender que estas não compõem de maneira tão relevante quanto as outras seções a linha editorial dos periódicos analisados.

jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A partir disso, foram elaborados os indicadores, sendo utilizado como tal a frequência que as categorias eleitas apareceram nos textos que foram analisados.

No momento da realização da análise propriamente, foram definidas as categorias que foram utilizadas. “A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos. ” (FRANCO, 2008, p. 59) A autora considerou a criação de categorias como o ponto crucial da análise de conteúdo, e este processo sempre é difícil, desafiante e longo. Afirma também que o pesquisador traça seu caminho na formulação de categorias, baseando-se em seus conhecimentos e sendo guiado por sua sensibilidade e competência.

Conforme Franco (2008) ressaltou, as categorias surgiram *a posteriori*, ou seja, emergiram do conteúdo analisado, à medida que ocorreu a leitura e o aprofundamento no *corpus* da pesquisa. “As categorias vão sendo criadas à medida que surgem nas respostas, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas. ” (FRANCO, 2008, p. 62). Para a realização da análise, foram agrupadas as categorias, sendo estes grupos iguais na análise de cada um dos jornais, quais sejam: “características da ação do MPL”; “características dos membros do MPL”; “características da ação policial” e “questões contra ou a favor das quais o MPL luta”. Estes grupos de categorias foram definidos a partir da frequência que cada um dos elementos aparecia no texto. Foram construídos então os quadros abaixo, que mostram a frequência das categorias localizadas em cada um dos jornais.

A análise do conteúdo foi realizada num total de 293 reportagens, sendo 134 da *Folha de S. Paulo* e 159 do jornal *O Globo*. Esse quantitativo emergiu de um universo de 509 reportagens publicadas no mês de junho de 2013 nos dois jornais analisados, sobre o MPL ou assuntos correlatos, direta ou indiretamente. O mês de junho de 2013 foi escolhido para nossas análises, por ter sido identificado como o mês com maior número de atos realizados pelo MPL, que também contou com maior adesão de manifestantes, fatores que deram o nome “Jornadas de Junho” ao contexto das manifestações analisadas. Chegou-se ao total de 293 reportagens, por

termos excluído da análise do conteúdo reportagens indiretamente ligadas ao MPL – como matérias sobre desdobramentos políticos a partir dos protestos, sobre o transporte no Brasil e no mundo, comparações históricas com outras mobilizações sociais no Brasil, entre outras - ou então seções como por exemplo, painel do leitor, análises e artigos de opinião.

4.1.1. CARACTERÍSTICAS DOS MEMBROS DO MPL

Os primeiros quadros apresentados referem-se às categorias relacionadas às características dos membros do Movimento Passe Livre, a partir dos jornais pesquisados.

Quadro 1. Características dos membros do MPL, Jornal *O Globo*.

O Globo - Características dos membros do MPL	Repetições
Manifestantes/ grupo de manifestantes	432
Grupo	124
Vândalos	51
Estudantes	38
Partidários/partidos/ militantes de vários partidos/ militantes políticos/ militantes do PSTU, PSol, PT, PCO/ petistas	25
Jovens/ juventude/ grupo de rapazes/ garotada/ garotos/ grupo de adolescentes com espinha no rosto	23
Multidão/ aglomerado de pessoas	22
Baderneiros/ Arruaceiros/ desordeiros	15
Radicais/ grupo de radicais	13
Outras categorias	13
Membros de movimentos sociais/ movimentos sociais/ movimento	12
Grupo mais exaltado/ grupo mais violento/ grupo indignado	7
Invasores/ saqueadores/ assaltantes	7
Milhares de brasileiros/ milhares de pessoas/ a população	6
Punks/ anarcopunks	6
Ativistas	5
Bando	5
Moradores	5
Massa/ povo	4
Militantes	4
Pacifistas/ contrários à baderna	4
Trabalhadores/ movimentos de trabalhadores	4
Esquerdistas/ militantes de esquerda	3
Sindicatos/ membros de sindicatos	3
Supostos traficantes infiltrados/ bandidos de facções criminosas/ bandidos	3
Feministas/ integrantes de movimentos feministas	2
Grupos infiltrados	2
Movimento estudantil	2
Professores	2

Quadro 2. Características dos membros do MPL, Jornal *Folha de S. Paulo*.

Folha de S. Paulo - Características dos membros do MPL	Repetições
Manifestantes/ grupo de manifestantes	331
Grupo	141
Partidários/partidos/ militantes de vários partidos/ militantes políticos/ militantes do PSTU, PSol, PT, PCO/ petistas	40
Membros de movimentos sociais/ movimentos sociais/ movimento	39
Estudantes	34
Milhares de brasileiros/ milhares de pessoas/ a população	19
Jovens/ juventude/ grupo de rapazes/ garotada/ garotos/ grupo de adolescentes com espinha no rosto	18
Ativistas	15
Outras categorias	13
Multidão/ aglomerado de pessoas	12
Militantes	11
Vândalos	11
Punks/ anarcopunks	8
Apartidários/ antipartidários	6
Invasores/ saqueadores/ assaltantes	6
Baderneiros/ Arruaceiros/ desordeiros	5
Anarquistas	4
Mascarados do Anonymous/ Anonymous	3
Pacifistas/ contrários à baderna	3
Sindicatos/ membros de sindicatos/ sindicalistas	3
Black blocs	2
Moradores	2
Movimento estudantil	2
Pais e filhos/ famílias	2
Trabalhadores/ movimentos de trabalhadores	2

Os dois jornais apresentam, com relação às características dos membros do MPL, em primeiro lugar, categorias que podem ser consideradas mais genéricas, tais como “manifestantes”, “grupo de manifestantes” e “grupo”, com frequência um tanto superior às demais categorias que aparecem abaixo.

Com relação ao jornal *O Globo*, em relação à frequência das categorias referidas acima, encontrou-se a categorização “vândalos”, seguido de “estudantes”. Estas duas categorias possivelmente foram utilizadas em maior número para deslegitimar o movimento, e conseqüentemente, suas manifestações. A referência aos estudantes, por exemplo, pode ter o objetivo de tentar desvincular as lutas do MPL aos trabalhadores de maneira mais geral, podendo ser associada às pessoas que não trabalham. Foi verificado, inclusive, que a categoria relacionada à juventude

de maneira geral – “jovens”, “juventude”, “grupo de rapazes”, “garotada”, entre outros – aparece em quinto lugar de frequência.

A *Folha de S. Paulo* não apresentou um quadro muito diferente de *O Globo* no que se referiu às características atribuídas aos membros do MPL. Também estiveram presentes, com maior frequência, as características relacionadas à “juventude” e aos “estudantes”. Porém neste jornal, a categoria “vândalos” apareceu com bem menos frequência que em *O Globo*. Nesta, essa categoria ocupou o décimo terceiro lugar, atrás de outras mais genéricas, tais como “militantes”, “ativistas” e “milhares de brasileiros, milhares de pessoas, a população”.

Outro fato relevante sobre o jornal a *Folha de S. Paulo* foi que a terceira categoria mais frequente – que no *O Globo* também ocupou lugar de destaque, ocupando o quarto lugar, – referiu-se a “partidários; partidos; militantes de vários partidos; militantes políticos; militantes do PSTU, PSol, PT, PCO (Partido da Causa Operária); petistas”. Ou seja, pode-se estar buscando com essa caracterização, dar um tom político partidário ao movimento, e talvez até de alguma forma criticando seu suposto envolvimento com partidos políticos. Entretanto, é importante sinalizar que todos os partidos referenciados nos dois jornais são partidos considerados de “esquerda”.

Também foi identificado a ocorrência de outras categorias que podem ser consideradas depreciativas com relação aos membros do movimento nos jornais. Por exemplo, “baderneiros; arruaceiros; desordeiros” apareceu com alta frequência, 15 vezes em *O Globo*, e 5 vezes na *Folha de S. Paulo*. Outra categoria considerada depreciativa, “invasores; saqueadores; assaltantes” aparece em ambos os jornais com frequência, 7 vezes em *O Globo* e 6 vezes na *Folha de S. Paulo*.

4.1.2. CARACTERÍSTICAS DAS AÇÕES DO MPL

Os próximos quadros foram relacionados às categorias articuladas às características das ações do MPL.

Quadro 3. Caracterização das ações do MPL, Jornal *O Globo*.

O Globo - Caracterização das ações do MPL	Repetições
Protesto/ protestam	481
Depredaram/ depredação do patrimônio público/ dano ao patrimônio/ cercaram ônibus/ vidraças quebradas/ monumentos danificados/ picharam placas/ invasão de terminal de ônibus/lançamento de garrafas, pedras e pedaços de pau/ atacaram/ apedrejaram/ atiraram coquetéis molotov/ saquear/ devastação/ lançaram bombas	466
Manifestações/ manifestação/ mobilização	328
Ações/ atos/ato público/ ações populares/ ações de impacto/movimento/movimentação	171
Interrompem o tráfego/ interditam vias/ nó no trânsito/ congestionamento/ deixou o trânsito um caos/ ocupou a rua/ ameaça parar a cidade/ serviço interrompido/ tomaram as ruas	158
Choque/ confronto/ enfrentamento/ guerra/ cenário de guerra	117
Caminhada/ marcha/ passeata/ ir à rua/ encontro	116
Pacífica/ pacificamente/ de forma pacífica/ paz/ tranquilamente/ ordeira	115
Queimaram cones/ incendiaram/ atearam fogo/incendiada/ explosões	107
Vandalismo/ vandalismo sem causa/ atos de vandalismo	91
Ato mais violento/ violência/ violência injustificada/ cenas de violência	78
Confusão/ conflito/ distúrbios	56
Quebra-quebra/ destruindo tudo/ destruição/ rastro de destruição	49
Gritos de ordem/ palavras de ordem	25
Indignação/ reivindicação/insatisfação/ contestação	20
Clima tenso/ tensão/ clima pesado/ clima pesou	16
Tumulto/ tumultuar	16
Prejuízo para a população/ prejudicando a cidade inteira/ pessoas prejudicadas/ incomodando bastante	13
Pânico/ correria/ convulsão social/ empurra empurra/ arruaça	10
Agressão física/ linchamento de um policial/ atacou um policial	9
Ataque	9
Driblou a barreira policial/ furou os cercos/furou o bloqueio	9
Briga/ troca de socos/ xingamentos/ bate boca/ luta corporal/ pancadaria	8
Exibiam/ carregavam faixas e cartazes	8
Revoltados/ rebeldia/ revolta/ rebeldia sem causa	8
Batalha/ campo de batalha	6
Fizeram barricadas	6
Lutando/ luta intensa e radical	6
Crime/ crime inafiançável	5
Legítima/ própria da democracia	5
Provocam a PM/ desacato a policiais/ desafiou PMs/ ataque a policiais	5
Reagiram/ partiu para cima/ se exaltaram	5
Baderna/ baderna inaceitável	4
Criticar/ questionar	4
Transtornos enormes/caos	4

Repúdio a partidos políticos/ hostilidade a partidos	3
Encontros em escolas e periferias	2

Quadro 4. Caracterização das ações do MPL, Jornal *Folha de S. Paulo*.

Folha de S. Paulo - Caracterização das ações do MPL	Repetições
Depredaram/ depredação do patrimônio público/ dano ao patrimônio/ cercaram ônibus/ vidraças quebradas/ monumentos danificados/ picharam placas/ invasão de terminal de ônibus/lançamento de garrafas, pedras e pedaços de pau/ atacaram/ apedrejaram/ atiraram coquetéis molotov/ saquear/ devastação/ lançaram bombas	393
Protesto/ protestam	352
Manifestações/ manifestação/ mobilização	189
Ações/ atos/ato público/ ações populares/ ações de impacto/movimento/movimentação	176
Interrompem o tráfego/ interditam vias/ nó no trânsito/ congestionamento/ deixou o trânsito um caos/ ocupou a rua/ ameaça parar a cidade/ serviço interrompido/ tomaram as ruas	151
Caminhada/ marcha/ passeata/ ir à rua/ encontro	90
Choque/ confronto/ enfrentamento/ guerra/ cenário de guerra	77
Queimaram cones/ incendiaram/ atearam fogo/incendiada/ explosões	62
Vandalismo/ vandalismo sem causa/ atos de vandalismo	62
Ato mais violento/ violência/ violência injustificada/ cenas de violência	60
Pacífica/ pacificamente/ de forma pacífica/ paz/ tranquilamente/ ordeira	53
Agressão física/ linchamento de um policial/ atacou um policial	29
Ataque	22
Confusão/ conflito/ distúrbios	21
Quebra-quebra/ destruindo tudo/ destruição/ rastro de destruição	16
Pânico/ correria/ convulsão social/ empurra empurra/ arruaça	15
Prejuízo para a população/ prejudicando a cidade inteira/ pessoas prejudicadas/ incomodando bastante	15
Repúdio a partidos políticos/ hostilidade a partidos	12
Briga/ troca de socos/ xingamentos/ bate boca/ luta corporal/ pancadaria	11
Gritos de ordem/ palavras de ordem	9
Batalha/ campo de batalha	8
Clima tenso/ tensão/ clima pesado/ clima pesou	8
Revoltados/ rebeldia/ revolta/ rebeldia sem causa	7
Provocam a PM/ desacato a policiais/ desafiou PMs/ ataque a policiais	6
Legítima/ própria da democracia	5
Baderna/ baderna inaceitável	4
Driblou a barreira policial/ furou os cercos/furou o bloqueio	4
Indignação/ reivindicação/insatisfação/ contestação	4
Transtornos enormes/caos	4
Tumulto/ tumultuar	4
Exibiam/ carregavam faixas e cartazes	3
Fizeram barricadas	3

O número de vezes em que estiveram presentes categorias referentes às ações do MPL foi bem extenso se comparado às outras categorias elencadas. Com maior frequência nesse grupo, intercalaram-se as categorias consideradas mais genéricas – como manifestações, protesto, ato público, passeata, entre outros - com as que podem ser consideradas depreciativas - por exemplo, relacionadas à depredação, interrupção de vias, confronto, vandalismo e incêndios -, em ambos os jornais.

Porém, foi identificado que no periódico a *Folha de S. Paulo*, apareceu em primeiro lugar de frequência a categoria “depredaram; depredação do patrimônio público; dano ao patrimônio; cercaram ônibus; vidraças quebradas; monumentos danificados; picharam placas; invasão de terminal de ônibus; lançamento de garrafas, pedras e pedaços de pau; atacaram; apedrejaram; atiraram coquetéis molotov; saquear; devastação; lançaram bombas”. Em relação ao periódico *O Globo*, apareceu, em maior número as categorias “protesto; protestam”.

A caracterização das ações do MPL como “pacífica; pacificamente; de forma pacífica; paz; tranquilamente; ordeira”, foi uma das únicas referências que pode ser considerada positiva neste quesito, sendo a mais frequente em ambos os jornais. Na *Folha de S. Paulo*, esteve presente em décimo primeiro lugar e no *O Globo*, em oitavo lugar. Outro fator que foi ressaltado foi a ocorrência de categorias como “vandalismo sem causa”, “violência injustificada” ou “rebeldia sem causa”. Este tipo de caracterização pode remeter à ideia de falta de lógica das ações do movimento, como se os manifestantes estivessem protestando, se rebelando desinteressadamente, desconsiderando as condições precárias e abusivas do transporte público em grande parte do país.

4.1.3. QUESTÕES CONTRA OU A FAVOR DAS QUAIS O MPL LUTA

Nos quadros que seguem, foram verificadas informações relativas às questões contra ou a favor das quais o MPL luta, a partir da análise dos jornais: *O Globo* e *Folha de S. Paulo*.

Quadro 5. Questões contra ou a favor das quais o MPL luta, Jornal *O Globo*.

O Globo - Questões contra ou a favor das quais o MPL luta	Repetições
Aumento das tarifas de ônibus/ reajuste das tarifas/ reduzir a passagem do ônibus/ preço das passagens/ alto custo do transporte	90
Mais investimento em mobilidade urbana, saúde, segurança, educação/ contra serviços públicos precários/ melhores condições de vida	62
Gastos do dinheiro público na organização da copa/ gastos com a Copa/ altos investimentos em estádios e obras para a Copa/ transparência nos gastos com a copa/ contra a Copa das Confederações/ gastos com a Copa das Confederações	32
Corrupção/ corrupção por trás do aumento das passagens	30
Outros	26
Projeto que limita os poderes de investigação do MP/ PEC 37	23
Presidente Dilma/ Marcos Feliciano/ Renan Calheiros/ José Sarney	18
Direito ao transporte público gratuito/ tarifa zero/ passe livre	10
Inflação e carestia/alto custo de vida/ contra aumento dos impostos	8
Diversidade de causas/ insatisfação popular com várias coisas/ contra tudo	7
Fim da violência policial/ menos violência policial	7
Sociedade mais justa/ mais cidadania/ busca de direitos	6
Reforma política/ reforma agrária	5
Direito à participação/ participação política/ direito de influir nas decisões de todos os governos	3
Mídia/ imprensa	3
O governo/ governos	3
Contra a partidarização/ contra os partidos políticos	3
Pelo direito de se manifestar	2

Quadro 6. Questões contra ou a favor das quais o MPL luta, Jornal *Folha de S. Paulo*.

Folha de S. Paulo - Questões contra ou a favor das quais o MPL luta	Repetições
Aumento das tarifas de ônibus/ reajuste das tarifas/ reduzir a passagem do ônibus/ preço das passagens/ alto custo do transporte	92
Mais investimento em mobilidade urbana, saúde, segurança, educação/ contra serviços públicos precários/ melhores condições de vida	45
Gastos do dinheiro público na organização da copa/ gastos com a Copa/ altos investimentos em estádios e obras para a Copa/ transparência nos gastos com a copa/ contra a Copa das Confederações/ gastos com a Copa das Confederações	29
Direito ao transporte público gratuito/ tarifa zero/ passe livre	25
Presidente Dilma/ Marcos Feliciano/ Renan Calheiros/ José Sarney/ Fernando Haddad/ Geraldo Alckmin	23
Outros	16
Corrupção/ corrupção por trás do aumento das passagens	15
Projeto que limita os poderes de investigação do MP/ PEC 37	11
Reforma política/ reforma agrária	8
Diversidade de causas/ insatisfação popular com várias coisas/ contra tudo	6
Inflação e carestia/alto custo de vida/ contra aumento dos impostos	6
Fim da violência policial/ menos violência policial	4
Pelo direito de se manifestar	3
Contra a partidarização/ contra os partidos políticos	2
Sociedade mais justa/ mais cidadania/ busca de direitos	2
Mídia/ imprensa	1

No que se refere às demandas do MPL, ou seja, às questões sociais contra ou a favor das quais o movimento luta, os dois jornais têm em comum as três questões mais frequentes. A primeira se refere ao aumento das tarifas do transporte público, a segunda, por mais investimento em serviços públicos e, a terceira, contra os gastos do dinheiro público na organização da Copa.

Em seguida a essas três primeiras questões, os jornais citados diferenciaram-se um pouco. Em *O Globo*, logo em seguida, surgiu a discussão sobre a luta contra a corrupção e depois contra a PEC 37²⁵. Estas duas supostas demandas são elencadas por Demier (2017) como reivindicações praticamente invisíveis durante as manifestações. De acordo com o mesmo autor (DEMIER, 2017, p. 70), devido à cobertura midiática, ao passo que as pessoas iam às ruas para protestar por

²⁵ A proposta da PEC 37 – Proposta de Emenda Constitucional 37/2011 – foi um projeto legislativo que pretendia emendar a Constituição Brasileira para incluir a apuração de investigações criminais como atividade privativa da polícia judiciária.

serviços públicos baratos e de qualidade, ao chegarem em casa, eram noticiados nos telejornais que haviam ido para combater a PEC 37 – um tanto desconhecida -, pedir o fim da corrupção, pedir a prisão de “mensaleiros” e até exigir a redução do número de ministérios, fato que levou ao que o autor denominou de “inversão tipicamente espetacular entre realidade e discurso.”

Já na *Folha de S. Paulo*, em quarto lugar foi identificado o direito ao transporte público gratuito ou tarifa zero – que é a principal bandeira do MPL de acordo com seu discurso – e depois contra algumas figuras determinadas, como por exemplo, a presidenta Dilma Rousseff e Marcos Feliciano, então deputado federal pelo Partido Social Cristão (PSC). Pode-se observar uma tendência à personificação de alvos contra os quais se lutaria, o que descaracterizaria a luta original do movimento.

Um fator a ser destacado é a presença de categorias relacionadas a direito e cidadania dentre as questões pelas quais o MPL luta. Entre as categorias relacionadas a direitos, a que aparece com maior frequência nos dois jornais é o “direito ao transporte público gratuito/ tarifa zero”, que aparece 25 vezes na *Folha de S. Paulo* e 10 vezes em *O Globo*. Neste ponto, foi notado que a *Folha de S. Paulo* pode ser considerada um pouco mais fiel à demanda principal do MPL que *O Globo*. Em seguida, aparecendo 6 vezes em *O Globo* e 2 vezes na *Folha de S. Paulo*, está a categoria “sociedade mais justa/ mais cidadania/ busca de direitos”, o que estabelece relação com o proposto pelo MPL durante as Jornadas de Junho, ou seja, a recusa do aumento do valor das tarifas de transporte público, visto que este é reconhecido como direito constitucional que garante acesso a todos os equipamentos e espaços da cidade, incluindo outros direitos sociais para que os cidadãos possam usufruir das suas funções urbanas. Outras duas categorias relacionadas aos direitos são “direito de se manifestar” que apareceu 3 vezes na *Folha de S. Paulo* e 2 vezes em *O Globo*, e a categoria “direito à participação/ participação política/ direito de influir nas decisões de todos os governos”, que aparece apenas em *O Globo* 3 vezes, não tendo sido encontrada na *Folha de S. Paulo*.

4.1.4. CARACTERÍSTICAS DA AÇÃO POLICIAL

Abaixo, foram analisados os resultados da pesquisa relacionados às características da ação policial.

Quadro 7. Características da ação policial, Jornal *O Globo*.

O Globo - Características da ação policial	Repetições
Bombas de efeito moral/ de gás lacrimogêneo/ uso de bombas	74
Detenções/ pessoas levadas para a delegacia/ averiguação/ prisões preventivas/ apreensões/ indiciou	50
Evitou a invasão/ dispersou o grupo/ forçou o grupo a liberar a via/ impediram qualquer ocupação/ tentaram esvaziar a manifestação/ minimizar os transtornos à cidade/ imobilizou os manifestantes	38
Balas de borracha/ tiros de bala de borracha	35
Deixou mais gente ferida/ aumentou a violência/ violência policial/ excessos/ agressividade/ truculência / abusos	33
Uso de spray de pimenta/ gás de pimenta	22
Proteger a população e o patrimônio público/ garantir a integridade das pessoas/ que o direito de ir e vir fosse respeitado/ ordenamento do trânsito/manter a ordem	16
Cordão de isolamento/ barreiras/ bloqueio	15
Acompanhou a manifestação/ observou a ação do grupo/ escoltou o protesto	14
Repressão	9
Reagiu ao ataque/ revidou/ contra-atacou	8
Reforço no policiamento/ segurança reforçada	8
Disparos/ tiros/ baleou/ atirou	5
Agir com profissionalismo/ trabalho importante/ moderação/ fez a coisa certa/ agiu dentro da lei	4
Avançar/ atacam/ perseguem e espancam	4
Confronto	4
Pesada ação/ dura ação/ dura reação/ acirramento da reação	4
Revistaram	4
Tentar conter/ conteve o grupo	4
Uso de fuzil/ espingarda	4
Gás lacrimogêneo/ bombas de gás lacrimogêneo	3
Dano forjado a carro	2
Golpe de cassetete/ uso de cassetete	2
Batalha/ batalha campal	2

Quadro 8. Características da ação policial, *Jornal Folha de S. Paulo*.

Folha de S. Paulo - Características da ação policial	Repetições
Detenções/ pessoas levadas para a delegacia/ averiguação/ prisões preventivas/ apreensões/ indiciou	83
Bombas de efeito moral/ de gás lacrimogêneo/ uso de bombas	73
Deixou mais gente ferida/ aumentou a violência/ violência policial/ excessos/ agressividade/ truculência / abusos/ ação brutal	48
Balas de borracha/ tiros de bala de borracha	38
Evitou a invasão/ dispersou o grupo/ forçou o grupo a liberar a via/ impediram qualquer ocupação/ tentaram esvaziar a manifestação/ minimizar os transtornos à cidade/ imobilizou os manifestantes	37
Proteger a população e o patrimônio público/ garantir a integridade das pessoas/ que o direito de ir e vir fosse respeitado/ ordenamento do trânsito/manter a ordem/ cumpriu seu dever	22
Reagiu ao ataque/ revidou/ contra-atacou	18
Acompanhou a manifestação/ observou a ação do grupo/ escoltou o protesto	16
Repressão/ reprimiu	16
Cordão de isolamento/ barreiras/ bloqueio	15
Disparos/ tiros/ baleou/ atirou	13
Confronto/ confusão	12
Uso de spray de pimenta/ gás de pimenta	12
Reforço no policiamento/ segurança reforçada	7
Agir com profissionalismo/ trabalho importante/ moderação/ fez a coisa certa/ agiu dentro da lei	6
Tentar conter/ conteve o grupo	6
Descumpriu regras básicas do manual de conduta	3
Golpe de cassetete/ uso de cassetete	3
Pânico	3
Pesada ação/ dura ação/ dura reação/ acirramento da reação	2
Batalha/ batalha campal/ guerra	1

Ao analisar a afirmação dos jornais acerca da ação policial, foi observado em ambos os jornais, primordialmente, características que podem ser consideradas de dureza, firmeza na ação, uso de artefatos para contenção dos manifestantes e até mesmo, de violência.

Na *Folha de S. Paulo*, em primeiro lugar surgiu a categoria relacionada às detenções e prisões, o que mostra uma ação policial enérgica, voltada para a manutenção da ordem por meio da contenção das pessoas. Em seguida, foi identificado uso de bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, que também visava à contenção dos manifestantes. Foi notado o fato de que, em terceiro lugar neste jornal, apareceu a categoria “deixou mais gente ferida, aumentou a violência,

violência policial, excessos, agressividade, truculência, abusos, ação brutal”, caracterizando o reconhecimento do uso da violência pela polícia e até mesmo a condenação deste uso. Em seguida, mais uma vez, surgem alguns artefatos usados pelos policiais, tais como a bala de borracha.

Em quinto lugar, apareceram características relacionadas à busca pela minimização dos possíveis danos causados pelas manifestações, tais como “evitar a invasão” e “minimizar os transtornos à cidade”. A partir disso, foi verificado o surgimento de uma categoria que busca legitimar as ações policiais: “proteger a população e o patrimônio público, garantir a integridade das pessoas, que o direito de ir e vir fosse respeitado, ordenamento do trânsito, manter a ordem, cumpriu seu dever”.

Em relação ao periódico *O Globo*, o resultado não foi muito diferente. Foi observado, em primeiro, quarto e sexto lugares de frequência, a referência ao uso de artefatos para conter os manifestantes, como balas de borracha, gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Também ocupando os primeiros lugares, estiveram presentes categorias no sentido de conter os manifestantes, como “forçou o grupo a liberar a via”, em segundo lugar. Em terceiro lugar, esteve presente “detenções, pessoas levadas para a delegacia, averiguação, prisões preventivas, apreensões, indiciou”. A categoria relacionada à violência policial apareceu em quinto lugar, o que diferenciou um pouco mais o conteúdo deste jornal da *Folha de S. Paulo*.

4.2. ANÁLISE DO DISCURSO DE O GLOBO E DA FOLHA DE S. PAULO

Ao selecionar as reportagens sobre as quais foi realizada a análise do discurso, foi preciso limitar um pouco mais o quantitativo, devido ao esforço, tempo e espaço que demanda este tipo de análise, por ser também criteriosa e exaustiva para que seja considerada satisfatória. Inicialmente foi decidido que seriam analisadas as capas dos dois jornais, que no mês de junho de 2013 mencionassem o Movimento Passe Livre. Porém se percebeu que o número de capas que correspondiam a este recorte ainda era grande. Foi decidido então que se faria a análise das capas do primeiro dia de cada semana do mês de junho de 2013 – até o dia da revogação do reajuste das tarifas no Rio e São Paulo. Nestas, constaram

referências diretas ao MPL nas próprias capas, nos dois jornais. Sendo assim, foram analisadas três capas de cada um dos dois jornais, o que acabou nos levando à análise das mesmas capas em ambos os jornais, os dias sete, quinze e vinte de junho de 2013.

A análise do discurso foi elaborada a partir dos pressupostos teórico metodológicos de Mikhail Bakhtin. A partir de Bakhtin, Brandão (2012, p. 9) afirma que a linguística não deve limitar-se ao estudo interno da língua, pois isto não daria conta de uma análise completa. Destacou a importância de articular o linguístico e o social, relacionando a linguagem à ideologia. A palavra é considerada “o signo ideológico por excelência, [...] é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia; retrata as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam.” (BRANDÃO, 2012, p. 9). Para a autora, o discurso configura o ponto de articulação entre os processos ideológicos e os fenômenos linguísticos.

Brandão (2012) afirma ainda que a linguagem não é apenas um canal de comunicação ou suporte de pensamento, mas também um modo de interação e produção social, não sendo assim, neutra nem natural, constituindo um espaço de manifestação da ideologia.

Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode ser desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 2012, p. 11).

Neste sentido, ao analisar as reportagens selecionadas, busquei realizar uma observação minuciosa dos termos e expressões utilizadas, das figuras, bem como a disposição nas páginas e o destaque oferecido a cada reportagem. Foi considerado que nada está ali por acaso, e que existe uma intenção por trás da escolha das palavras e imagens selecionadas para compor a reportagem.

Bakhtin (2003, p. 289) destacou o papel relevante desempenhado também pelo ouvinte na elaboração dos enunciados, na medida em que sempre se espera uma resposta ao que é lido ou falado. “A relação valorativa do falante com o objeto

de seu discurso (seja qual for esse objeto) também determina a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. ” Ou seja, desde o início, o falante aguarda uma resposta dos ouvintes, o que faz com que o endereçamento do enunciado se torne um traço constitutivo deste. Este fator se destacou ainda mais quando se referiu ao jornalismo *online*, uma vez que a interação com o público é maior, e as possibilidades de acesso a fontes de notícias variadas de maneira instantânea é também maior, quando comparado aos telejornais.

Foram considerados também que os discursos jornalísticos, por mais que se apresentem à sociedade como imparciais e neutros, carregam traços de subjetividade e individualidade. Bakhtin (2003) afirma:

Todo estilo está indissolúvelmente ligado ao enunciado e às formas típicas de enunciados, ou seja, aos gêneros do discurso. Todo enunciado [...] é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual. [...] Na imensa maioria dos gêneros discursivos (exceto nos artístico-literários), o estilo individual não faz parte do plano do enunciado, não serve como objetivo seu mas é, por assim dizer, um epifenômeno do enunciado, seu produto complementar Bakhtin (2003, p. 265, 266).

Ou seja, mesmo que o texto jornalístico não seja um gênero carregado de discurso individual, a individualidade do jornalista e os interesses empresariais aos quais este está vinculado manifestam-se em seus textos.

Considerando que, a partir da perspectiva bakhtiana, cada enunciado comporta uma orientação social, um sentido e um conteúdo (VOLOSHINOV, 1930), neste trabalho, foi identificado o sentido de determinadas palavras ou expressões utilizadas nos títulos e corpos das reportagens. Para isso, é importante desvendar o contexto e as circunstâncias em que os enunciados são colocados, entendendo a importância desta compreensão para que a análise realizada seja considerada satisfatória. Este fator demandou, então, a construção – dentro dos limites que este espaço permitiu – de um breve histórico dos jornais analisados, assim como do MPL e da luta pelo transporte público gratuito no país.

O autor acima citado declarou também que todo enunciado possui uma parte verbal e uma parte extraverbal²⁶, e que é comum desconsiderarmos ou ignorarmos a segunda parte. Esta, na verdade, determina o sentido da parte verbal. Buscou-se, então, observar, por exemplo, onde e quando se processa a notícia analisada e a posição ocupada pelos interlocutores. Como reafirma Voloshinov (1930):

Todo enunciado real, verdadeiro, possui um sentido. Mas, se nós tomarmos um enunciado qualquer, dentre os mais frequentes – dentre as “frases já feitas”, por exemplo -, nós veremos que nem sempre é possível compreender o seu sentido. A maior parte de nossos leitores terá, certamente, ouvido, e mesmo pronunciado frases tais como: “Que história!”, e, no entanto, ainda que nós “quebrems a cabeça”, o sentido de tal enunciado permanecerá obscuro se nós não conhecermos o conjunto das circunstâncias nas quais ele foi pronunciado. Pois é de acordo com as circunstâncias, de acordo com o contexto, que este enunciado terá um sentido, a cada vez, diferente.

No caso deste objeto de estudo, as imagens inseridas nas matérias apresentam-se como um dos elementos determinantes na parte extraverbal do enunciado e são estratégias de legitimação ou contestação do discurso jornalístico.

Foi considerado que o discurso jornalístico dos periódicos analisados reproduz uma luta travada socialmente, em que se manifestam interesses diversos, como do Estado, dos usuários do transporte público (representados, também, pelo MPL) e das empresas que realizam o serviço de transporte. Na análise, foi observado o espaço concedido à “voz” dos agentes envolvidos, como se processam as disputas entre eles e a tentativa de legitimidade ou não das ações de cada um dos agentes.

²⁶ O autor refere-se à comunicação oral, porém podemos fazer uma adaptação e interpretar como se daria a situação da parte verbal e extraverbal do enunciado em discursos jornalísticos.

4.2.1. DIA 7 DE JUNHO DE 2013



Chamas. Em protesto contra aumento de tarifas de ônibus, manifestantes incendiaram cones na esquina das avenidas 9 de Julho e 23 de Maio, em SP

Protesto contra passagens de ônibus em quatro capitais

As ruas de São Paulo, Rio, Natal e Goiânia foram palco de protestos contra o reajuste nas tarifas de ônibus. O ato mais violento aconteceu em São Paulo, onde manifestantes atearam fogo a paus e cones e fizeram barricadas na Avenida 23 de Maio, no horário do rush. Na Avenida Paulista, uma

cabine da PM foi incendiada, e a tropa de choque revidou com bombas de efeito moral e balas de borracha. No Rio, quatro pessoas foram detidas na Avenida Presidente Vargas, perto da Central do Brasil. As manifestações foram organizadas pelo Movimento Passe Livre. **PÁGINA 4**

Figura 1. Capa de *O Globo* em 07/06/2013.

No jornal *O Globo*, no dia 7 de junho de 2013, foi exposto na capa, uma imagem relativa ao ato da cidade de São Paulo, retratando momentos em que os manifestantes atearam fogo em objetos. Foi destacado aqui o impacto negativo que a imagem de chamas de fogo pode causar, especialmente sendo colocada na capa, numa tentativa de fazer referência à depredação do patrimônio público. A legenda indicou que cones foram incendiados pelos manifestantes: “Chamas. Em protesto

contra o aumento de tarifas de ônibus, os manifestantes incendiaram cones na esquina das avenidas 9 de Julho e 23 de Maio em SP”. Porém, logo no título foi feita uma referência aos protestos ocorridos em outras capitais: “Protestos contra passagens de ônibus em quatro capitais”.

Além disso, um dos parágrafos da capa do dia 7 de junho acompanhou o título e a imagem na capa do mesmo jornal, em relação à manifestação. Nele, foram mencionadas as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Goiânia como palco de protestos contra reajustes nas tarifas de ônibus. Entretanto, se destacou o ato realizado na cidade de São Paulo como o mais violento: “[...] os manifestantes atearam fogo a paus e cones, fizeram barricadas na Avenida 23 de Maio, no horário do rush.” Em seguida, foi dito que uma cabine da PM havia sido incendiada, o que levou a tropa de choque a revidar com bombas de efeito moral e balas de borracha. Em relação à cidade do Rio, foi declarado que quatro pessoas haviam sido detidas. No fim do parágrafo, foi inserida a informação de que o Movimento Passe Livre havia sido o organizador dessas manifestações.

Neste trecho da capa do jornal *O Globo*, no dia 7 de junho, não se utilizou palavras que podem ser consideradas depreciativas ao se referir ao MPL, ou aos manifestantes. O periódico afirma que, na cidade de São Paulo, depois de um incêndio causado numa cabine da PM, foram utilizadas bombas de efeito moral e balas de borracha pela polícia. Acrescentou, ainda, que as ações realizadas pelo MPL acabaram por interditar vias importantes em horário de rush, o que pode levar o leitor a considerar que os atos são apenas perturbadores da ordem. Foi ressaltado o uso da palavra “revidou”, como indicativo de que a PM havia apenas agido diante de uma ação dos manifestantes, ou seja, como se precisasse agir assim para que a situação pudesse se normalizar, justificando, portanto, o uso da violência.

Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP

Em protesto contra a elevação das tarifas de ônibus, metrô e trens em São Paulo, manifestantes interditaram vias como a avenida Paulista e protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações. A PM prendeu 15 pessoas.

Em nota, o prefeito Fernando Haddad (PT) disse que "entende", mas lamenta o protesto. O governador Geraldo Alckmin (PSDB) também lamentou. *Cotidiano C1*

Joaquim Barbosa afirma que STJ é 'órgão burocrático'

O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, chamou o Superior Tribunal de Justiça de "órgão burocrático de Brasília" ao



Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSOL e ao PSTU, queimam catracas de papelão na avenida 23 de Maio

Figura 2. Capa da *Folha de S. Paulo* em 07/06/2013.

Em relação ao jornal *Folha de S. Paulo* do dia 7 de junho de 2013, a manchete registrou: "Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP". Isto foi acompanhado de um breve texto dividido em dois parágrafos. No primeiro, o autor da matéria retomou rapidamente os acontecimentos, declarando que, no protesto contra o aumento das tarifas de ônibus e trens na cidade de São Paulo, os manifestantes interditaram algumas vias, e "protagonizaram cenas de vandalismo, como a depredação de estações". Em seguida, encerrou este parágrafo com a declaração de que a PM havia prendido 15 pessoas. O parágrafo seguinte transmitiu o posicionamento de duas autoridades políticas acerca do ato, do prefeito da cidade de São Paulo, Fernando Haddad do PT, e do governador do estado Geraldo Alckmin do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O primeiro lamentou os protestos, apesar de entendê-los. O segundo também comentou o fato com tristeza.

Na capa do periódico paulista, no dia 7 de junho, havia uma imagem de catracas de papelão com fogo ateados pelos manifestantes, também como em O

Globo, possivelmente com intenção de causar um impacto negativo. A imagem estava acompanhada da seguinte legenda: “Manifestantes liderados pelo Movimento Passe Livre, ligado a estudantes, ao PSol e ao PSTU, queimam catracas de papelão na Avenida 23 de maio”. Foi mencionado aqui que o movimento, como dito acima, se autodenomina apartidário²⁷, ou seja, nenhum partido enquanto instituição pode participar do movimento. Este fato foi confrontado pela legenda da foto de capa do jornal, declarando que o MPL é ligado a dois partidos políticos: o PSol e o PSTU.

No primeiro dia em que se noticiou o ato do MPL, em um trecho bem pequeno, que compreende um título e dois breves parágrafos, duas vezes foi utilizada a palavra “vandalismo” para referir-se aos manifestantes. Além disso, logo após esta referência, foi apontada a ação policial como algo eficaz no sentido de manter a ordem, que de alguma forma havia sido ameaçada pelo ato, já que a PM havia prendido 15 pessoas. Também se verificou que não foi concedido nenhum espaço aos integrantes do MPL. Somente as falas dos governantes municipal e estadual foram consideradas, o que caracterizou a forte aproximação do periódico com os agentes do Estado.

²⁷ Destacamos que o movimento se autodenomina apartidário, porém não há dados suficientes ainda para comprovar este fato.

4.2.2. DIA 15 DE JUNHO DE 2013

TENSÃO URBANA

Após semana de batalha, Haddad pede negociação

Manifestantes, porém, não desmarcam novo protesto em SP; Alckmin defende PM

Chamado ao Movimento Passe Livre ocorre depois de confronto no quarto dia de protesto, que teve 232 pessoas detidas e deixou mais de uma centena de feridos. Fotógrafo atingido por bala de borracha, em ação policial, pode ficar cego



Nas ruas. Novo protesto contra passagem de ônibus e piora das condições das barcas, próximo à Praça Arariboia, em Niterói

Uma semana de protestos, marcados por confrontos violentos entre PM e manifestantes em São Paulo, levou o prefeito Fernando Haddad (PT) a chamar uma reunião, na próxima terça-feira, com lideranças do movimento que foi às ruas contra o reajuste das tarifas do transporte coletivo. O prefeito, no entanto, não dá sinais de que reduzirá o preço da passagem. O MPL aceitou o convite. Ontem, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) defendeu a dura ação policial no protesto da última quinta-feira. Ontem, em Niterói, novo protesto contra aumento das tarifas de ônibus terminou em conflito com a polícia. **PÁGINAS 3 a 8**

A guerra das imagens

A internet recebeu ontem uma enxurrada de vídeos, que não só reforçam o clima de guerra como também revelam a brutalidade da ação da PM nas ruas de SP na noite de quinta-feira. **PÁGINA 5**

Figura 3. Capa de *O Globo* em 15/06/2013.

Na capa publicada no dia 15 de junho em *O Globo*, oito dias após a capa analisada anteriormente, no dia 7 de junho, a manchete foi “Após semana de batalha, Haddad pede negociação” e, logo em seguida, o seguinte subtítulo: “Manifestantes, porém, não desmarcam novo protesto em SP; Alckmin defende PM”. seguido da chamada principal “Chamado ao Movimento Passe Livre ocorre depois de confronto no quarto dia de protesto, que teve 232 pessoas detidas e deixou mais de uma centena de feridos. Fotógrafo atingido por bala de borracha, em ação policial, pode ficar cego”.

Sobre a manchete, foi demonstrada certa exaustão e talvez até rendição por parte do prefeito Fernando Haddad com relação às “batalhas” ocorridas durante uma semana, o que teria levado o gestor a pedir uma “negociação” com o MPL. No subtítulo, foi percebido que a insatisfação dos manifestantes não foi apaziguada pela indicação da negociação com Fernando Haddad, pois o Movimento, “*porém*”, manteve o protesto que ocorreria em São Paulo. Ou seja, mesmo com o convite à negociação, os manifestantes, não satisfeitos, não desmarcam o protesto. Além disso, houve a afirmação de que o governador do estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, estava defendendo a ação policial.

Na chamada principal da capa do *O Globo*, no dia 15, foram mencionados alguns fatos ocorridos no confronto do quarto dia de protestos, que teriam levado o prefeito a chamar o Movimento Passe Livre para negociar. Isto teria ocorrido em função de terem sido detidas duzentos e trinta e duas pessoas, cem pessoas terem ficado feridas, além de o fotógrafo citado na capa que havia sido atingido por bala de borracha na ação policial ter possibilidade de ficar cego.

Ainda na mesma capa, foram expostos um pequeno texto, com o objetivo de convocar o leitor a buscar a reportagem completa que se encontra no interior do jornal, e uma imagem. A imagem mostrou alguns manifestantes ajoelhados com as mãos atrás da cabeça ao lado de outros manifestantes em pé, alguns deles com o rosto coberto. No lado oposto, havia uma barricada formada por policiais. Esta imagem pode trazer a ideia de bandidos ou vândalos sendo encurralados pela polícia, se rendendo diante de um possível crime cometido, o que desqualificaria a manifestação. A legenda da foto se limitou a explicar contra o que se protestava e

em que local ocorreu: “Nas ruas. Novo protesto contra passagem de ônibus e piora das condições das barcas, próximo à Praça Arariboia, em Niterói. ”

Na a capa do jornal *O Globo*, no dia 15 de junho, foi veiculado que, depois de uma semana de protestos com confrontos entre PM e manifestantes em São Paulo, o prefeito Fernando Haddad convocou uma reunião que ocorreria na terça feira da semana seguinte com líderes do movimento que havia ido às ruas contra o reajuste das tarifas do transporte coletivo. É informado ainda que não havia sinais de que o preço da passagem seria reduzido, e que o MPL havia aceitado o convite. Em seguida, reforçou a afirmação anterior de que o governador Geraldo Alckmin havia defendido a “dura ação policial” ocorrida no protesto na quinta feira anterior. Informou também que no dia anterior (sexta), havia ocorrido um protesto em Niterói contra o aumento das tarifas de ônibus, que havia terminado em conflito com a polícia. A afirmação de que o prefeito Fernando Haddad não dera sinais de que reduziria as tarifas, articulada com o aceite por parte do MPL em participar da reunião e a defesa da “dura ação policial” por parte do Geraldo Alckmin, articulados, podem configurar uma ideia de rendição ou talvez até desistência por parte do MPL. Isto teria ocorrido especialmente diante do apoio dado pelo Geraldo Alckmin à ação policial, visto que tal apoio legitima a ação policial em detrimento da ação do MPL.

Justiça libera Petrobras para fazer comércio internacional

O Superior Tribunal de Justiça reverteu decisão que impedia a Petrobras de importar e exportar petróleo, por causa da dívida de R\$ 7,3 bilhões com a Receita. O tribunal tornou nula decisão de anteontem, que mantinha o cancelamento da certidão de débitos da empresa.

Segundo o Ministério Público Federal no Rio, a Petrobras poderia "quebrar" e gerar "caos" na Bolsa se pagasse o débito. **Mercado B1**

Moderado lidera eleição no Irã com ampla vantagem

O Ministério do Interior do Irã anunciou que o centrista Hasan Rowhani lidera a contagem de votos da eleição à Presidência, informa Samy Adghirni, de Teerã. Dos 1,8 milhão de votos apurados, ele tem 45%. O conservador Mohamad Qalibaf é o segundo, com 17%. O resultado definitivo é esperado para hoje. **Mundo A14**

Para FMI, fim de estímulo dos EUA é risco a emergentes

Mercado B13

Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político

Haddad reafirma que não reduzirá tarifa de ônibus e marca reunião com líderes das manifestações



Preso durante os protestos, Bruno Lourenço, 19, comemora ao deixar delegacia em SP

Um dia após a Polícia Militar reagir com forte violência ao protesto contra o aumento da tarifa de transport

te em São Paulo, o governador Geraldo Alckmin (PSDB) defendeu a corporação e disse que o Estado tem "a melhor polícia do Brasil".

"Ela tem o dever de preservar a população. [...] Não é possível permitir atos de vandalismo." Segundo ele, os protestos têm cunho político. O governador disse que vai mandar investigar eventuais excessos da PM.

ANÁLISE VERA MAGALHÃES
Não há vencedores políticos depois de batalha campal

Não há vencedores políticos da batalha campal que São Paulo viveu quinta. Alckmin mostrou descolamento da realidade, e cartazes com a foto de Haddad e o apelido "Maldad" pipocaram.

Nem Dilma passa ao largo da insatisfação. **Cotidiano 1 C2**

A defesa do governador levou a um embate entre tucanos e petistas. O ministro da Justiça, José Eduardo

Cardozo, cotado para disputar o governo paulista em 2014, disse que houve "extrema violência policial".

O diretório paulistano do PT criticou a "ação truculenta e sem diálogo" da PM.

O prefeito Fernando Haddad (PT) reiterou que não irá reduzir a tarifa dos atuais R\$ 3,20 e marcou reunião com líderes do Movimento Passe Livre para terça. **Cotidiano 1 C1**

Polícia Militar só reagiu a ataque, afirma comandante

O comandante-geral da Polícia Militar, Benedito Roberto Meira, disse que, anteontem à noite, os manifestantes quebraram acordo de não protestar na av. Paulista e que a polícia só reagiu ao ataque. Segundo ele, a PM tentará negociar uma rota para evitar novo confronto na segunda. **Cotidiano 1 C3**

Figura 4. Capa da *Folha de S. Paulo* em 15/06/2013.

A capa da *Folha de S. Paulo* no dia 15 de junho registrou uma manchete com subtítulo e a chamada principal relacionadas às manifestações, além de duas outras chamadas menores, sendo uma delas relacionada a uma reportagem que contém uma entrevista com o comandante-geral da Polícia Militar, a “Polícia Militar só reagiu ao ataque, afirma comandante” e a outra sobre uma análise, “Não há vencedores políticos depois de batalha campal”, ambas com a indicação de página para acesso à reportagem completa.

Na capa do periódico paulista havia a imagem de um rapaz sendo jogado para cima por outros em atitude de comemoração, com a seguinte legenda: “Preso durante os protestos, Bruno Lourenço, 19, comemora ao deixar delegacia em SP”. A manchete ainda informou: “Alckmin defende PM e diz que protesto tem viés político”. Em seu subtítulo, havia o seguinte subtítulo, “Haddad reafirma que não reduzirá tarifa de ônibus e marca reunião com líderes das manifestações”. Portanto, as afirmações do jornal nessa data expressaram a posição das autoridades governamentais como, de certa forma, resistentes aos atos, aos manifestantes, à redução das tarifas, e no caso do governador, a favor da postura da PM.

Com relação à manchete presente na capa do dia 15, o governador posicionou-se a favor da ação da PM e afirma a existência de existe um viés político por trás das manifestações (reafirmando, portanto, que a dimensão política só existiria no discurso dos indivíduos contrários à posição do Estado). Nesse sentido, foi concluído que o governador provavelmente quis se referir ao possível viés partidário presente nas manifestações, que apareceu em várias das reportagens dos jornais pesquisados neste estudo, vinculando as ações do MPL ao PSOL e ao PSTU. O subtítulo reforçou a posição de resistência do prefeito em relação à redução das tarifas, mesmo após ter sido marcado uma reunião com os líderes das manifestações. Foi notado que a disposição das informações na frase salientou a irredutibilidade das tarifas de ônibus defendida pelo prefeito, em detrimento da reunião marcada com líderes do MPL.

O corpo da chamada presente na capa da *Folha de S. Paulo*, em 15/06/2013 foi composto basicamente pelos posicionamentos contrários do então governador Geraldo Alckmin do PSDB e do então ministro da justiça José Eduardo Cardozo (PT) acerca da violência policial. Vale destacar que o ponto de vista de apoio aos policiais

pelo Geraldo Alckmin ganhou destaque, ao vir primeiro e ocupar espaço maior, ao afirmar que o então governador “defendeu a corporação e disse que o Estado tem ‘a melhor polícia do Brasil’.” Além disso, corroborou a posição do governador Geraldo Alckmin no que se refere à ação policial, “Ela tem o dever de preservar a população [...]. Não é possível permitir atos de vandalismo.”. A defesa da PM pelo Geraldo Alckmin apareceu na manchete, que é o local de maior destaque do jornal.

Em seguida, ainda na chamada, foi afirmado que a posição exposta acima sobre a defesa da ação da PM pelo Geraldo Alckmin foi motivo de um “embate entre tucanos e petistas”. Foi transmitido o posicionamento do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, que acredita ter havido extrema violência policial, e do diretório paulistano do PT, que julgou a PM como responsável por uma “ação truculenta e sem diálogo”. No último parágrafo, houve uma retomada do discurso produzido acima citado, sobre a recusa em reduzir as tarifas pelo então prefeito Fernando Haddad e sobre a reunião marcada com os líderes do Movimento Passe Livre, que ocorreria na terça feira da semana seguinte.

4.2.3. DIA 20 DE JUNHO DE 2013

O BRASIL NAS RUAS

Protestos derrubam aumentos em São Paulo e Rio de Janeiro

Paes, Cabral, Haddad e Alckmin cancelam reajuste de ônibus, metrô, trens e barcas. BH deve fazer o mesmo

Prefeitos afirmam que, para compensar, terão de reduzir investimentos em transportes públicos e fazer alterações nos orçamentos. Apesar do recuo dos governantes, líderes do Movimento Passe Livre dizem que manifestações de hoje estão mantidas, e devem acontecer em 80 municípios

Após 13 dias de protestos que começaram em São Paulo e se espalharam por todo o país, os prefeitos Eduardo Paes (PMDB) e Fernando Haddad (PT), além dos governadores Sérgio Cabral (PMDB) e Geraldo Alckmin (PSDB), recuaram cancelando reajustes das tarifas de ônibus, metrô, trens e, no caso do Rio, barcas. Em Belo Horizonte, a prefeitura enviou para a Câmara projeto para reduzir tarifas. No Rio, a passagem de ônibus cai hoje de R\$ 2,95 para R\$ 2,75. As demais reduções entram em vigor amanhã. Tanto Paes quanto Haddad disseram, no entanto, que a decisão forçará as prefeituras a rever investimentos em outras áreas, sem dizer ainda quais seriam afetadas. Apesar do recuo, as lideranças do Movimento Passe Livre disseram que os atos de hoje, que devem chegar a 80 cidades do país, estão mantidos. Para evitar o vandalismo, a PM do Rio decidiu reforçar a segurança no Centro, e manifestantes fizeram apelos pelas redes sociais para tentar conter grupos radicais. **PÁGINAS 3 a 12**



De novo. Em Niterói, um grupo de 200 pessoas se seguiu do ato, fechou a ponte e tentou incendiar um ônibus. A PM usou balas de borracha e gás lacrimogêneo

Em Niterói, Ponte e barcas são invadidas

Após uma manifestação pacífica em Niterói, que reuniu de 7 a 8 mil pessoas, um grupo de 200 fechou a Ponte por uma hora e invadiu a estação das barcas. Depois, tentou incendiar um ônibus e virar o veículo. Um shopping cerrou as portas. **PÁGINA 9**

Enquanto isso, na economia

Após o BC dos EUA indicar que cortará incentivos à economia, o dólar subiu 1,92% no Brasil, atingindo R\$ 2,22. A Bovespa caiu 3,18%. **PÁGINAS 23 a 24**

Figura 5. Capa de O Globo em 20/06/2013.

No dia 20 de junho, cinco dias após a capa do dia 15, analisada acima, foi noticiada em *O Globo*, a revogação do aumento das tarifas do transporte, com a

seguinte manchete “Protestos derrubam aumentos em São Paulo e Rio de Janeiro”. No subtítulo da manchete, foi registrado “Paes, Cabral, Haddad e Alckmin cancelam reajuste de ônibus, metrô, trens e barcas. BH deve fazer o mesmo”.

A chamada para a reportagem começou com a seguinte frase em destaque: “Prefeitos afirmam que, para compensar, terão de reduzir investimentos em transportes públicos e fazer alterações nos orçamentos.” Ou seja, mesmo que os manifestantes tenham conquistado o que poderia ser o principal motivo dos protestos, a revogação do aumento das tarifas do transporte público, este mesmo setor seria prejudicado com a diminuição de investimentos e alteração nos orçamentos. Também havia a informação de que mesmo que os governantes tenham recuado acerca do aumento das tarifas, e que o Movimento Passe Livre manteria a realização de manifestações em oitenta municípios.

No corpo da chamada principal no jornal *O Globo* no dia 20/06/2013, foi veiculado que, depois de treze dias de protestos que foram iniciados em São Paulo e chegaram a ocorrer em todo o país, os prefeitos e governadores do Rio de Janeiro e São Paulo recuaram e cancelaram os reajustes das tarifas de ônibus, metrô, trens e barcas. Na cidade de Belo Horizonte, havia sido enviado pela prefeitura à Câmara Municipal um projeto para reduzir as tarifas. Foi informado ainda que Fernando Haddad e Eduardo Paes disseram que as prefeituras serão forçadas a “rever investimentos em outras áreas”, em decorrência da revogação do reajuste, apesar de não terem detalhado quais seriam essas áreas. Além disso, o periódico noticiou que, mesmo diante do recuo sobre o aumento das tarifas, o MPL manteria os atos em torno de oitenta cidades. Por fim, foi veiculado que a PM do Rio reforçaria a segurança no centro para evitar o vandalismo, além dos apelos realizados pelos manifestantes nas redes sociais com a intenção de conter grupos radicais.

Na mesma capa do dia 20/06, no jornal *O Globo*, havia uma outra chamada com o seguinte título “Em Niterói, Ponte e barcas são invadidas”, acompanhada da assertiva de que, depois de uma manifestação pacífica na cidade de Niterói, com aproximadamente 7 ou 8 mil pessoas, um grupo de 200 pessoas fechou a ponte por cerca de uma hora, invadiu a estação das barcas e “tentou incendiar um ônibus e virar o veículo.” Isto teria gerado uma grande instabilidade no local, resultando em que um dos shoppings centers da cidade decidiu encerrar suas atividades.

A principal imagem existente na manchete do periódico *O Globo* no dia 20/06, tinha como legenda “De novo. Em Niterói, um grupo de 200 pessoas se separou do ato, fechou a ponte e tentou incendiar um ônibus. A PM usou balas de borracha e gás lacrimogêneo. ” Na foto principal, em primeiro plano, havia um homem encapuzado carregando um soquete manual, e mais três homens por perto, mais atrás, com pedaços de madeira no chão, fumaça e um grupo grande de manifestantes. A partir da leitura da chamada, da legenda e da imagem, foi percebida a tentativa de “dividir” os manifestantes de um pequeno grupo que teria cometido atos de vandalismo, tais como fechar a ponte. Este fato ficou explícito ao afirmar que o grupo de 200 pessoas havia se separado do ato. Contudo, foi questionado se o fechamento da ponte e a invasão da estação das barcas não seria uma atitude típica de protestos e de manifestantes.



A noite, cerca de 500 manifestantes, segundo estimativa da Polícia Militar, ocupam a av. Paulista em ato pacífico para comemorar a revogação do aumento do valor das passagens

PROTESTOS DE RUA DERRUBAM TARIFAS

- ★ APÓS 13 DIAS, MANIFESTAÇÕES FORÇAM GOVERNOS DE SP E RIO A CANCELAR O REAJUSTE DOS TRANSPORTES
- ★ ALCKMIN (PSDB), HADDAD (PT) E PAES (PMDB) AFIRMAM QUE REDUÇÃO COMPROMETERÁ INVESTIMENTOS

GUSTAVO PATU

'Populismo' tarifário se perpetua e cria demandas sociais

Cotidiano C4

ELIANE CANTANHÊDE

PT, PSDB e PMDB perdem 1ª batalha, mas guerra continua

Opinião A2

ROGÉRIO GENTILE

Com recuo, risco é ato de vandalismo virar método de negociação

Opinião A2

mercado aberto B2

Para ministro turco, atos trarão prejuízo econômico ao Brasil

folha na copa D1

Neymar brilha, e seleção vence México por 2 a 0 em Fortaleza

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Vitória das ruas", sobre redução das tarifas de transportes públicos, e "Projeto incurável", acerca de proposta que legaliza a chamada "cura gay".



► FIM DE JOGO Público que assistia a Brasil x México em telão no vale do Anhangabaú via o governador Alckmin e o prefeito Haddad durante anúncio da redução do preço das tarifas

Após 13 dias de protestos em que centenas de milhares de pessoas foram às ruas, os governantes de São Paulo e Rio de Janeiro recuaram e cancelaram o aumento das tarifas dos transportes. Pressionados pelos atos —pacíficos em sua maioria, mas com episódios de violência de manifestantes e policiais—, o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e os prefeitos Fernando Haddad (PT-SP) e Eduardo Paes (PMDB-RJ) disseram que a medida forçará cortes de investimentos públicos.

Em São Paulo, o valor da passagem de ônibus, metrô e trem cairá de R\$ 3,20 para R\$ 3 a partir de segunda. A medida foi celebrada na av. Paulista. No Rio, o ônibus irá de R\$ 2,95 para R\$ 2,75 —o governo Sérgio Cabral (PMDB) também cortou tarifas de metrô, trem e barca.

Antes dos anúncios, manifestantes protestaram em Fortaleza, no Castelão, onde a seleção jogou. Houve confronto com a polícia, e 18 pessoas ficaram feridas. Em São Paulo, atos bloquearam cinco rodovias ao longo do dia. No Rio, protesto fechou a ponte Rio-Niterói. Há manifestações previstas para hoje em 90 cidades — em São Paulo, começará às 17h na av. Paulista. Cotidiano

Pierre, 20, aluno de arquitetura, atacou prefeitura

Pierre de Oliveira, 20, um dos incitadores do ataque à prefeitura, se entregou à polícia. Aluno de arquitetura da FMU e adepto do jiu-jitsu, ele se desculpou. "Quem nunca errou que atire a primeira pedra." Cotidiano C12

Movimento Passe Livre agora quer transporte gratuito

O Movimento Passe Livre, que liderou as manifestações, agora lutar pela tarifa zero e por pautas como "as reformas agrária e urbana e contra o latifúndio urbano", disse Mayara Vivian, integrante do grupo. Cotidiano C5



313.217 exemplares
impressos + digitais

RODÍZIO

Cotidiano C14

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 7 ou 8

ATMOSFERA

Cotidiano C14

Chuva e frio na capital paulista
Mínima 13°C Máxima 20°C

Figura 6. Capa da *Folha de S. Paulo* em 20/06/2013.

No dia 20 de junho de 2013, na capa do jornal *Folha de S. Paulo*, havia uma imagem na qual estavam presentes muitos manifestantes. Vários deles segurando faixas com reivindicações e recados distintos, tais como: “a tarifa abaixou, mas o povo não calou” e “o importante não é vencer todos os dias, mas lutar sempre!”. Em um vídeo²⁸ disponibilizado no *Youtube*, Arnaldo Jabour, um dos principais comentaristas da Rede Globo de Televisão²⁹, afirma que os jovens não sabiam pelo que protestavam e que a causa deveria ser “a ausência de causas”. O jornalista estranhou a ocorrência das manifestações, afirmando que “não pode ser por causa de 20 centavos”. De acordo com ele, os jovens não tinham um real motivo de reivindicação, uma justificativa para sua presença nas ruas. As faixas em destaque na capa do jornal analisado podem ter sido usadas para buscar legitimar esse tipo de posicionamento acerca das manifestações, afirmando que os manifestantes se recusavam a se retirar das ruas, mesmo com as tarifas mais baixas, e sobre a “importância de lutar sempre”.

A imagem veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo* estava acompanhada da seguinte manchete: “Protestos de rua derrubam tarifas” e os seguintes subtítulos “Após 13 dias, manifestações forçam governos de SP e Rio a cancelar o reajuste dos transportes” e “Alckmin (PSDB), Haddad (PT) e Paes Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) afirmam que redução comprometerá investimentos”. Ou seja, foi dado destaque à informação de que os governantes que teriam sido “forçados” a cancelar o reajuste dos transportes e afirmaram que, a partir disso, outros investimentos estariam comprometidos. Portanto, a lucratividade das empresas não é questionada, nem os critérios que permeiam as concessões realizadas pelo Estado à iniciativa privada.

A manchete veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no mesmo dia 20, afirma que, depois da ocorrência de protestos por treze dias, com centenas de milhares de pessoas nas ruas, os governantes de São Paulo e Rio de Janeiro haviam recuado e cancelado o aumento das tarifas do transporte público. Os referidos governantes (Geraldo Alckmin, Fernando Haddad e Eduardo Paes) envolvidos nesse processo haviam sido pressionados pelos atos que, na sua maioria foram pacíficos, “mas com

²⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=luLzhtSYWC4>. Acesso em 10/11/2017.

²⁹ Comentarista do Jornal Nacional, Jornal da Globo, Bom dia Brasil, Jornal Hoje e Fantástico.

episódios de violência de manifestantes e policiais”, tendo eles afirmado que a medida forçaria cortes de investimentos públicos.

É importante atentar para a afirmação na manchete e a reafirmação na chamada de que seriam realizados os temíveis cortes em investimentos públicos, sem ao menos se explicar a proporção desses cortes e quais outros investimentos seriam esses. Trata-se de uma estratégia de condicionar a redução de tarifas à retirada de direitos em outros âmbitos, causando, portanto, prejuízos à população.

O segundo parágrafo da manchete do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 20 de junho, informou os valores antigos e os que vigorariam a partir da revogação do reajuste no Rio e São Paulo, acrescido da informação acerca da celebração pela redução da tarifa que ocorreu na av. Paulista. No último parágrafo, foram retomadas as manifestações ocorridas no dia anterior, antes do anúncio da revogação do aumento das tarifas. Estas manifestações foram realizadas em Fortaleza, no Castelão, onde a seleção havia jogado contra o México, no qual houve confronto com a polícia e 18 pessoas haviam ficado feridas. Na cidade de São Paulo, e cinco rodovias haviam sido bloqueadas ao longo do dia pelos atos. No Rio, o protesto fechou a ponte Rio-Niterói, além da previsão de protesto em 90 cidades para o próprio dia 15, sendo que em São Paulo o evento começaria às 17h.

Foram realizadas outras duas pequenas chamadas na parte de baixo da capa do periódico *Folha de S. Paulo* neste dia. A primeira com o título “Pierre, 20, aluno de arquitetura, atacou prefeitura”, explicou que ele fora um dos incitadores do ataque à prefeitura da cidade e havia se entregue à polícia, se desculpado. O manifestante afirma “quem nunca errou que atire a primeira pedra”, numa possível tentativa de incentivar aos outros incitadores ou participantes dos protestos a não atacarem mais prédios, patrimônios, e a se arrependerem pelo que já tivessem feito.

A segunda chamada presente na capa do mesmo periódico, *Folha de S. Paulo*, teve o seguinte título “Movimento Passe Livre agora quer transporte gratuito”. Havia, ainda, informações de que o MPL foi o líder das manifestações e que lutaria a partir daquele momento pela tarifa zero, além de outras pautas, citadas por uma das integrantes do grupo, “as reformas agrária e urbana e contra o latifúndio urbano”. Ou seja, de acordo com o discurso jornalístico, nada é suficiente para esse movimento,

pois além de não estarem satisfeitos com a conquista da queda das tarifas, “agora quer transporte gratuito”, entre outras reivindicações.

A capa do jornal *Folha de S. Paulo*, no dia 20/06, ainda continha imagens de pessoas reunidas assistindo a um telão que projetava a imagem de Geraldo Alckmin ao lado de Fernando Haddad, possivelmente no momento que era anunciada a redução da tarifa do transporte. A legenda indicava: também “FIM DE JOGO - Público que assistia a Brasil x México em telão no vale do Anhangabaú via governador Alckmin e o prefeito Haddad durante anúncio da redução do preço das tarifas”.

4.3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES

A partir das análises realizadas, foram elaboradas algumas conclusões acerca da referência aos manifestantes, aos atos, às demandas e à ação policial pelos dois jornais. Com a realização da análise do conteúdo, foi constatado que ambos os jornais apresentam, sobre as características dos membros do MPL, em primeiro lugar, categorias que podem ser consideradas mais genéricas, ou neutras, quais sejam, “manifestantes”, “grupo de manifestantes” e “grupo”, com frequência um tanto superior às categorias que aparecem abaixo.

Com relação a jornal *O Globo*, logo abaixo em frequência das categorias referidas acima, surgiu a categorização “vândalos”, seguido de “estudantes”. Estas duas categorias possivelmente foram utilizadas de maneira tão frequente para deslegitimar o movimento e, conseqüentemente, suas manifestações. Na *Folha de S. Paulo*, figuram entre os mais frequentes, as características relacionadas à “juventude” e aos “estudantes”. Porém neste jornal, “vândalos” aparece com bem menos frequência que n’*O Globo*, atrás de outras categorias mais genéricas como “militantes”, “ativistas” e “milhares de brasileiros, milhares de pessoas, a população”. Outro fato relevante sobre a *Folha* é que a terceira categoria mais frequente – em *O Globo* é a quarta – refere-se a “partidários; partidos; militantes de vários partidos; militantes políticos; militantes do PSTU, PSol, PT, PCO; petistas”. É possível que o periódico esteja buscando com essa caracterização, dar um tom político partidário ao movimento, e talvez até de alguma forma criticando seu suposto envolvimento com partidos políticos.

Sobre a caracterização das ações do MPL, com maiores frequências, foram intercaladas categorias consideradas mais genéricas – como manifestações, protesto, ato público, passeata, entre outros - com outras que podem ser consideradas depreciativas - por exemplo, relacionadas à depredação, interrupção de vias, confronto, vandalismo e incêndios -, nos dois jornais. Foi destacado que, na *Folha de S. Paulo*, a categoria mais frequente referiu-se a atos de depredação, enquanto em *O Globo*, é “protesto; protestam”. A caracterização das ações do MPL como “pacífica; pacificamente; de forma pacífica; paz; tranquilamente; ordeira”, uma das únicas referências que pode ser considerada positiva, é a mais frequente, entre as consideradas positivas, em ambos os jornais. Na *Folha de S. Paulo* aparece em décimo primeiro lugar e n’*O Globo* em oitavo lugar em frequência.

No que se refere às demandas do MPL, ou seja, às questões sociais contra ou a favor das quais o movimento luta, os dois jornais têm em comum as três questões mais frequentes: a primeira que se refere ao aumento das tarifas do transporte público, a segunda por mais investimento em serviços públicos e a terceira contra os gastos do dinheiro público na organização da Copa. Em seguida a essas três primeiras questões, os jornais diferenciam-se um pouco. Em *O Globo*, aparece logo em seguida a luta contra a corrupção e depois contra a PEC 37. Enquanto na *Folha de S. Paulo*, em quarto lugar vem o direito ao transporte público gratuito ou tarifa zero – que é a principal bandeira do MPL de acordo com seu discurso – e depois contra algumas figuras determinadas, como por exemplo, Dilma Rousseff e Marcos Feliciano.

Sobre a ação policial, foi observado em ambos os jornais primordialmente características que podem ser consideradas de dureza, firmeza na ação, uso de artefatos para contenção dos manifestantes e até mesmo de violência. Por exemplo, na *Folha de S. Paulo*, em primeiro lugar figura a categoria relacionada a detenções e prisões, o que mostra uma ação policial enérgica, voltada para a manutenção da ordem por meio da contenção das pessoas. Em *O Globo*, de modo similar à *Folha de S. Paulo*, foi constatada como mais frequente, a referência ao uso de artefatos para conter os manifestantes, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo.

Outro ponto interessante acerca das notícias sobre a ação policial, foi um editorial escrito pelo colunista Elio Gaspari e publicado no dia 14 de junho de 2013

como “depoimento” na *Folha de S. Paulo* e como “artigo” em *O Globo*, intitulado “A PM começou a batalha na Maria Antônia”. Neste, o colunista afirma que os “distúrbios” ocorridos na manifestação do dia anterior haviam sido causados pela ação da polícia, por um grupo formado por cerca de 20 homens da Tropa de Choque. Apontou ainda, no texto, que a manifestação corria tranquila por aproximadamente 2 horas, com clima pacífico entre policiais e manifestantes, até que, nas palavras do Elio Gaspari, “Em menos de um minuto esse núcleo [o grupo de cerca de 20 homens da PM] começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogêneo. Chegara-se a Istambul. ” A publicação deste editorial pode ser considerada um divisor com relação às notícias publicadas pelos jornais sobre a ação policial. Foi um momento marcante, pois pela primeira vez no contexto das Jornadas, a ação policial foi contestada e de alguma forma condenada, por ter sido considerada a causadora dos distúrbios, e não a ação dos manifestantes, ou vândalos, como mais comumente era noticiado. Uma hipótese que justifique a publicação deste tipo de notícia, que mostra os excessos realizados pela PM, é a ocorrência de um grande número de jornalistas vítimas de agressão durante a cobertura dos protestos.

Por meio da análise do discurso, foi constatado, no dia 7 de junho, uma tendência maior à criminalização dos atos por parte da *Folha de S. Paulo*, por meio do uso da palavra “vandalismo” na manchete, local de maior visibilidade em um jornal. Este jornal também fez referência a partidos políticos (PSol e PSTU) como organizadores do protesto juntamente com o MPL e estudantes, além de mostrar a ação policial como eficaz para manter a ordem. Enquanto *O Globo* se limitou a elencar o MPL como organizador das manifestações, sem palavras consideradas depreciativas e transmitindo a mensagem de que a PM apenas havia “revidado” a um incêndio que teria sido causado na cabine policial. Ambos os jornais utilizam imagens fortes possivelmente para impactar negativamente o leitor sobre os protestos, com incêndios provocados pelos manifestantes em cones e catracas de papelão.

Nas capas publicadas no dia 15 de junho, foram observadas basicamente as mesmas informações nos dois jornais: Geraldo Alckmin defende a ação da PM, Fernando Haddad marca reunião com o MPL, o movimento não desmarca o protesto

do dia seguinte e Fernando Haddad afirma que as tarifas não serão reduzidas. Foi verificado, porém, que o destaque dado a cada uma dessas informações é acentuado, após a análise das mesmas. Na *Folha de S. Paulo*, com as maiores letras, o maior destaque, em primeiro lugar, foi encontrado o apoio dado à PM pelo então governador Geraldo Alckmin. Este fato não ocorreu em *O Globo*, que inseriu essa informação no subtítulo, dando destaque à manchete que afirma o pedido de negociação por parte do Fernando Haddad, após semana de batalhas. Outra notícia em comum aos dois jornais no dia 15 e que recebe destaque diferenciado entre ambos é a de que o prefeito Fernando Haddad não reduziria as tarifas. Em *O Globo*, a referida informação surgiu somente no corpo da chamada, em meio a outros informes, enquanto na *Folha de S. Paulo*, é a primeira frase do subtítulo, após a manchete. Ou seja, neste jornal possui destaque maior, o que pode conferir menos força ao movimento, na medida em que se foca na irredutibilidade da redução das tarifas por parte do então prefeito.

Na capa do dia 20 de junho, foi ressaltado, figurando na manchete em ambos os jornais, à conquista da revogação do aumento das tarifas do transporte. Em ambos os jornais também foi destacado, aparecendo no subtítulo, a notícia de que a redução compromete investimentos e demanda revisão dos orçamentos. Outra informação comum aos jornais, que aparecem no corpo da chamada às reportagens, é a manutenção de protestos em várias cidades – para *O Globo*, 80 cidades, para *Folha de S. Paulo*, 90 cidades – mesmo com a conquista da redução das tarifas.

Ao realizar as análises nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*, foi mantido o olhar atento aos detalhes que poderiam trazer elementos importantes para esta pesquisa. Procurou-se identificar, por exemplo, com que frequência se possibilitou que os o discurso dos membros do Movimento Passe Livre estivesse presente nos periódicos. Em ambos os jornais, apareceu na capa do dia 25 de junho de 2013, a foto de alguns membros do Movimento Passe Livre em reunião com a presidenta Dilma Rousseff, que pode ser considerado um momento praticamente singular de destaque concedido aos manifestantes nos dois jornais nesse mês.

No que se refere às entrevistas realizadas com representantes do MPL, os dois jornais não apresentaram muita diferença no número de publicações. Em *O Globo*, foram três entrevistas que ganharam destaque (dias 16, 23 e 25 de junho) e

na *Folha de S. Paulo*, foram quatro (dias 8, 12, 25 e 28). É importante ressaltar que, no dia 28 de junho, a *Folha de S. Paulo* deu um destaque incomum ao Movimento com relação às edições anteriores. Isto também ocorreu em relação ao *O Globo*, pois o jornal realizou (dia 27) - no Museu da Imagem e do Som em São Paulo - e publicou no dia seguinte (28) uma sabatina realizada com dois integrantes do grupo. Um traço comum aos dois jornais, no dia 25, foi que os entrevistados comentaram acerca da reunião realizada no dia anterior no Palácio do Planalto com a então presidenta Dilma Rousseff – na mesma edição em que na capa foram expostas fotos dessa reunião em ambos os jornais.

Além das entrevistas com os membros do MPL, também foram encontradas reportagens, nos dois jornais, contendo informações acerca do movimento, tais como sua data de formação, suas características e em quais cidades está o MPL, por exemplo. Porém, em *O Globo*, esse tipo de reportagem só foi publicada uma vez no mês de junho de 2013, no dia 13. Já na *Folha de S. Paulo*, aparecem quatro vezes, nos dias 7, 8, 16 e 21 de junho, trazendo informações mais detalhadas acerca do Movimento Passe Livre. Isso, portanto, apontou para o espaço concedido pela imprensa oficial aos MPL, em contraposição ao discurso oficial.

CONCLUSÃO

Ao longo desta pesquisa, pretendeu-se identificar alguns dos elementos das teorias dos movimentos sociais, enquanto espaços de construção democrática e de cidadania, a partir dos referenciais teórico-metodológicos dos tradicionais movimentos sociais, fundamentados na contradição capital *versus* trabalho. Além disso, foi problematizado o conceito de novos movimentos sociais para as organizações que surgem principalmente a partir de meados do século XX, no contexto de crise do chamado socialismo real. Buscou-se complementar os movimentos sociais clássicos, com o surgimento de novos processos identitários e de novas configurações. Recorri, para isso, a autores que tratam dos novos movimentos sociais, a partir da divisão realizada por Montaño (2011) em “acionistas”, “esquerda pós-moderna” e “marxistas”, e foi reafirmado o posicionamento teórico e metodológico em consonância com as contribuições de autores marxistas.

Foi discutido também, para situar historicamente as Jornadas de Junho de 2013, alguns dos principais acontecimentos políticos e sociais que marcaram o país no período e na sua história recente, entendendo que as referidas Jornadas representaram um marco no movimento social brasileiro contemporâneo, que vivia uma suposta tranquilidade na vida política. Este foi relacionado ao acontecimento das Jornadas, entre outros fatores, ao modelo de cidade neoliberal, mercantilizada e excludente. A partir disso, foram problematizadas as discussões em torno do acesso ao transporte público, a conquista da revogação das tarifas em todo o país e a continuidade dos atos, ainda no mês de junho do mesmo ano.

Foi abordado o Movimento Passe Livre (MPL), que é o objeto de estudo, teve suas ações consolidadas em âmbito nacional em janeiro de 2005, durante a plenária do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, e desempenhou papel relevante durante as manifestações nacionais em junho de 2013. Além disso, pretendeu-se realizar a articulação do MPL com os autores que discutem os chamados novos movimentos sociais. Entretanto, lamento o fato de não ter conseguido realizar uma entrevista com algum militante do movimento, apesar de diversas tentativas de contato. Foi considerado importante destacar que foram encontradas muito poucas informações acerca da formação do MPL antes da sua consolidação em âmbito nacional. Outros

pontos também careceram de informações, como por exemplo, a relação do MPL com partidos políticos, bastante presente nas reportagens analisadas.

No que se refere à articulação com os meios de comunicação, foi discutido acerca do conceito de indústria cultural e sua relação com o capitalismo monopolista, sobretudo a partir do papel da imprensa nesse processo. Foram problematizadas as novas contradições que perpassam a comunicação e a informação no momento atual, a partir do conceito de capitalismo tardio e a estreita relação entre os fenômenos de natureza cultural e econômica. A partir disso, foi analisado o jornalismo *online* e seus dilemas, os desafios e as inovações nessa nova etapa do capitalismo e a atuação dos grupos midiáticos que foram contemplados nessa pesquisa: *O Globo* e a *Folha de S. Paulo*.

Um fator que merece destaque acerca das políticas de comunicação no Brasil é a grande concentração de propriedade nas mãos de tão poucos grupos empresariais da mídia. Esta concentração vem se tornando recorrente, na medida em que pouco se muda deste quadro, uma vez que a concentração é interessante para o grande capital e para boa parte dos partidos políticos, o que forma um ciclo vicioso, cujo início remonta ao período da ditadura militar no Brasil. Foi constatado que, mesmo com as alterações ocorridas com a disseminação da *internet*, esta ainda é uma arena elitizada, visto que pouco mais da metade da população brasileira tem acesso a ela. Além deste fator, os grandes conglomerados midiáticos continuam sendo os mais acessados, mesmo que pela versão *online* de seus jornais.

Por fim, foram analisados o conteúdo e o discurso jornalístico de reportagens publicadas durante o mês de junho de 2013 acerca dos atos realizados pelo MPL em dois periódicos de grande circulação nacional: a *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. O objetivo não foi traduzir os dados coletados simplesmente em números ou indicadores, mas entender as tensões presentes na linguagem jornalística produzida e veiculada sobre o MPL. Buscando atingir esse objetivo, foi utilizado o acervo *online* dos referidos jornais para acessar as reportagens que foram utilizadas. Foi realizada também a análise do conteúdo das reportagens relativas ao MPL publicadas no mês de junho de 2013, considerando que estas transmitem sempre o ponto de vista da

empresa jornalística a qual estão vinculadas, e que as mensagens estão ligadas às condições culturais, sociais econômicas e ideológicas de seus produtores.

A partir das análises realizadas nos dois periódicos, verificou-se que ambos podem ser considerados produtores e transmissores de discursos conservadores, em geral, acerca das ações do MPL. A tendência à criminalização do MPL ocorreu em ambos os jornais, mas este traço foi mais marcante na *Folha de S. Paulo*. Ressalto como uma estratégia para possivelmente causar um impacto negativo no leitor sobre o movimento social, o uso de imagens fortes nas capas de ambos os jornais, como por exemplo, com objetos sendo queimados. Apesar disso, em alguns dos aspectos analisados, observo posicionamentos que podem ser considerados críticos, por exemplo, com relação à ação policial, em algumas das notícias, enquanto em outras, a ação policial é considerada heroica e indispensável na manutenção da ordem. Não se deve desconsiderar, entretanto, fatores que podem estar por trás da intenção de cada notícia publicada. De modo geral, os posicionamentos da *Folha de S. Paulo* são mais críticos que os de *O Globo* com relação ao MPL. Deste modo, a *Folha de S. Paulo*, apesar de se dizer progressista em boa parte dos temas polêmicos expostos no documento “O que a Folha pensa”, nesta pesquisa identificou que o discurso não condiz com as notícias publicadas cotidianamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADGHIMI, Zélia Leal. Informação on-line: jornalista ou produtor de conteúdos? **Contracampo**, Niterói. n. 06, p. 137 – 151, jan. – jun. 2002.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. A Indústria Cultural: o Iluminismo como mistificação das massas. IN: LIMA, Luiz Costa. **Teoria da cultura de massa**. 6ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, p. 169-214, 2000.

ALVES FILHO, Mário. **Movimento passe livre nas manifestações de junho de 2013**: a representação social no jornal Folha de S. Paulo. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Fortaleza, 2016.

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da *Folha de S. Paulo*. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, vol. 5, nº 14, p. 149-170. Nov. 2008.

ASSAD, Kader; QUEIRÓZ, Imar. Movimentos sociais pelo transporte coletivo no Brasil: manifestações, estratégias de luta e desafios. **Serviço Social em Revista**, Londrina. v. 18, n. 1, p. 05 – 23, jul./dez. 2015.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARRETO, Emanuel. **Folha de S. Paulo – O Diário Oficial do “Grande Irmão”**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, p.260, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**: O movimento operário europeu em crise. São Paulo: Boitempo, 1991.

BOLAÑO, César Ricardo. **Indústria Cultural**: Informação e Capitalismo. São Paulo: Hucitec/Polis, 2000.

_____. Jornalismo Online: reflexões a partir da Economia Política da Comunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, n. 43, jan.- maio 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/7275>. Acesso em: 07/10/2017.

_____; BRITTOS, Valério. Digitalização, flexibilidade e reordenação dos processos jornalísticos. **Compós**. v. 7, dezembro de 2006.

_____. Economia Política da internet e da chamada convergência. In: BOLAÑO, César (org.). **Economia política da internet**. 1ª ed. São Cristóvão, Editora UFS, p. 21 – 59, 2007.

_____; BRITTOS, Valério. TV pública, políticas de comunicação e democratização: movimentos conjunturais e mudança estrutural. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. vol. X, n. 3, Sep. – Dic./ 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRITTOS, Valério; COLLAR, Marcelo. Direito à comunicação e democratização no Brasil. In: SARAIVA, Enrique; MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (orgs.). **Democracia e regulação dos meios de comunicação de massa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

BRITTOS, Valério; ROCHA, Bruno Lima; ROSA, Ana Maria; BITTENCOURT, Maíra Carneiro. Convergência digital e comunidade: usos da tecnologia. In: BRITTOS, Valério Cruz et al. **Economia Política da Comunicação: convergência tecnológica e inclusão digital**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 27 – 44, 2011.

BRAGA, Ruy. **A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo, Boitempo, 2017.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 3ª Ed. rev. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

CARVALHO, Carlos. Tarifação do financiamento do transporte público urbano. Brasília: **Ipea**, Nota Técnica, n. 2, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CHAUÍ, Marilena. **As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo**. 2013. Disponível em: <http://www.teoriaedebate.org.br/materias/nacional/manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo?page=full>. Acesso em 13/09/2017.

CHOMSKY, Naom. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

CIDADE, Roberto Berttoni; JÚNIOR, Teófilo Marcelo de Arêa Leão. O direito ao transporte como direito fundamental social. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 2, n. 1, p. 196-216, 2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DEMIER, Felipe. **Depois do golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro, Mauad X, 2017.

DEUZE, Mark. O jornalismo e os novos meios de comunicação social. **Comunicação e sociedade**, São Bernardo do Campo. v. 9-10, p. 15 – 37, 2006.

DOMINGUES-DA-SILVA, Juliano; ZAVERUCHA, Jorge; FIGUEIREDO FILHO, Dalson; ROCHA, Enivaldo Carvalho de. Mais concentração de propriedade de Mídia, menos democracia? Testando possibilidades de associação entre variáveis. **Intercom, Rev. Bras. Ciênc. Comun.**, vol.38, n.1, p.65-84, 2015.

EVERS, Tilman. Identidade: a face oculta dos movimentos sociais. **Novos Estudos**, São Paulo: Cebrap, n. 4, 1984.

FIX, Mariana; RIBEIRO Giovani Espíndola; PRADO, André Doca. Mobilidade Urbana e direito à cidade: uma entrevista com Lúcio Gregori sobre transporte coletivo e tarifa zero. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 17, n. 3, p. 175 – 191, Recife, set./ dez. 2015.

FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. Indústrias Culturais e Capitalismo no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre. v. 9, n. 2, p. 309 – 326. Jul./dez. 2003.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3ª Ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GODEIRO, Nazareno. Transportes urbanos no Brasil, 2% do PIB para solucionar a crise da matriz metroviária. **Revista Universidade e Sociedade**, ano 22, n. 50, p. 32-45, jun. 2012.

GOHN, Maria da Glória. Manifestações de protesto nas ruas no Brasil a partir de Junho e 2013: novíssimos sujeitos em cena. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 16, n. 47, p. 125-146, jan./ abr. 2016.

GRAMSCI, Antônio. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

IANNI, Octávio. O príncipe eletrônico. **Perspectivas**, São Paulo. n. 22, p. 11-29, 1999.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2000.

JUDENSNAIDER, E., Lima, L., Pomar, M., & Ortellado, P. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. Veneta, 2013.

KUCINSKI, Bernardo. A mídia FHC e o fim da razão. In: LESBAUPIN, Ivo. (org.) **O desmonte da nação**: balanço do governo FHC. Petrópolis: Vozes. p. 181 – 199, 1999.

LOCATELLI, Piero. **#VemPraRua**: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a história do movimento. Companhia das Letras, 2013.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a Questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: **Cidades rebeldes: o passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 19 – 26, 2013.

MARQUES, José Carlos. A mídia moderna entre a importância da informação e a dependência do anunciante (a lógica mercantil-jornalística na Folha de São Paulo). **Revista Rumores**. São Paulo, v. 1, nº 1, 2007.

MARTINS, Caio. Movimentos sociais e luta de classes: crítica às teorias dos “novos movimentos sociais” e dos “movimentos socioterritoriais”. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). **Canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MATTOS, Sergio. As organizações Globo na mídia impressa. In: BRITTOS, Valério Cruz. **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, p. 267 – 286, 2005.

MEDEIROS, Josué. Breve história das jornadas de junho: uma análise sobre os novos movimentos sociais e a nova classe trabalhadora no Brasil. **História e Perspectivas**, Uberlândia (51): p 87-117, jul./ dez. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 32ª Ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A despolitização dos sujeitos “autônomos”: os conceitos formais e/ou pós-modernos de movimentos sociais. In: MONTAÑO, Carlos (Org.). **Canto da sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MORAES, Dênis de. Comunicação alternativa, redes virtuais e ativismo: avanços e dilemas. **Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación**. Vol. IX, n. 2, maio-ago. / 2007

_____. Agências alternativas em rede e democratização da informação na América Latina. In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**: da

concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 103 – 144, 2013.

MORETZSOHN, Sylvia. O “novo ritmo da redação” de *O Globo*: a prioridade ao jornalismo digital e seus reflexos nas condições de trabalho e produção da notícia. **Parágrafo**, São Paulo. v. 2, n. 2, ago. – dez. de 2014.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (SP). Não começou em Salvador, nem vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes**: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013.

NUNES, Lucas Sant’Ana; CARRASCO, Vinicius Martins. A Representação Social do Manifestante do MPL-SP no Primeiro Ato de 2015. In: X Conferência Brasileira de Mídia Cidadã e V Conferência Sul Americana de Mídia Cidadã, **Anais...**, Bauru-SP, 22-24 de abril de 2015. Disponível em: <https://www.faac.unesp.br/Home/Departamentos/ComunicacaoSocial/midiacidada/dt5-6.pdf>. Acesso em 17/05/2017.

PALACIOS, Marcos; MIELNICZUK, Luciana; BARBOSA, Suzana; RIBAS, Beatriz; NARITA, Sandra. **Um mapeamento de características e tendências no jornalismo online brasileiro**. 2002. Disponível em: https://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2002_palacios_mapeamentojol.pdf. Acesso em 08 de outubro de 2017.

PAVLIK, John. A tecnologia digital e o jornalismo: as implicações para a democracia. **Brazilian journalism research**, Brasília. V. 7, n. 11, 2011.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Questão social e direitos. In: CFESS; ABEPSS (org.). **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

_____. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729 – 753, out./ dez. 2012.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis de. **Mídia, poder e contrapoder**: da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, p. 85 – 102, 2013.

RAMOS, Murilo Cesar. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério Cruz. **Rede Globo**: 40 anos de poder e hegemonia. São Paulo: Paulus, p. 57 – 76, 2005.

RÜDIGER, Francisco. **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural**: comunicação e teoria crítica da sociedade. 3ª Ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. Comunicação como direito humano. In: SALES, Mione Apolinário. **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, p. 82 – 102, 2009.

SALES, Mione Apolinário. Mídia e questão social: o direito à informação como ética da resistência. In: **Mídia, questão social e serviço social**. São Paulo: Cortez, p. 33 – 81, 2009.

SANTOS, Boaventura Souza. Os novos movimentos sociais. In: LEHER, RSETUBAL, M. (org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Hermínia et al. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 71 – 78, 2013.

SHERER-WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. KRISCHKE, P. J.; SCHERER-WARREN, Ilse (org.) **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América do Sul. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SIMIONATTO, Ivete. Sociedade civil e lutas sociais na América Latina: entre a harmonização das classes e as estratégias de resistência. In: BOSCHETTI et al. (Orgs.) **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

TAIT, Tania Fatima Calvi. Evolução da Internet: do início secreto à explosão mundial. **Informativo PET Informática**. Agosto/2007. Disponível em: <http://www.din.uem.br/~tait/evolucao-internet.pdf>. Acesso em: 18/01/18.

THOMPSON, Edward. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

TOURAINÉ, Alain. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: **Cidades rebeldes: o passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1 ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p. 35 – 40, 2013.

VOLOSHINOV, Valentin. Estrutura do enunciado. Trad. de Ana Vaz, para fins didáticos. In: TODOROV, T. **Mikhail Bakhtin: le principe dialogique**. Paris: Seuil, v. 1981, 1930.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Unesp, 2011.

ANEXOS

ANEXO A: Editorial publicado no dia 14 de junho de 2013 na *Folha de S. Paulo*

DEPOIMENTO

A PM começou a batalha na Maria Antônia

Quem acompanhou a manifestação viu: distúrbios começaram pela ação da polícia, na mesma rua do confronto de 1968

ELIO GASPARI
COLUNISTA DA FOLHA

Quem acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus ao longo dos dois quilômetros que vão do Theatro Municipal à esquina da rua da Consolação com a Maria Antônia pode assegurar: os distúrbios de ontem começaram às 19h10, pela ação da polícia, mais precisamente por um grupo de uns 20 homens da Tropa de Choque, com suas fardas cinzentas, que, a olhnu, chegaram com esse pro-

pósito. Pelo seguinte:

Desde as 17h, quando começou a manifestação na escadaria do teatro, podia-se pensar que a cena ocorria em Londres. Só uma hora depois, quando a multidão engordou, os manifestantes fecharam o cruzamento da rua Xavier de Toledo.

Nesse cenário havia uns dez policiais. Nem eles hostilizaram a manifestação, nem foram por ela hostilizados.

Por volta das 18h30 a passeata foi em direção à praça da República. Havia uns poucos grupos de PMs guarne-

cendo agências bancárias, mais nada. Em nenhum momento foram bloqueados.

Numa das transversais, uns 20 PMs postaram-se na Consolação, tentando fechá-la, mas deixando uma passagem lateral. Ficaram ali menos de dois minutos e se retiraram. Esse grupo de policiais subiu a avenida até a Maria Antônia, caminhando no mesmo sentido da passeata. Parecia Londres.

Voltaram a fechá-la e, de novo, deixaram uma passagem. Tudo o que alguns manifestantes faziam era gritar:

“Você é soldado, você também é explorado” ou “Sem violência”. Alguns deles colavam cartazes brancos com o rosto do prefeito de São Paulo, “Malddad”.

Num átimo, às 19h10, surgiu do nada um grupo de uns 20 PMs da Tropa de Choque, cinzentos, com viseiras e escudos. Formaram um bloco no meio da pista. Ninguém parou. Nenhum megafone mandando a passeata parar. Nenhuma advertência. Nenhum bloqueio, sem disparos, coisa possível em diversos trechos do percurso.

Em menos de um minuto esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogêneo. Chegara-se a Istambul.

Atiravam não só na direção da avenida, como também na transversal. Eram granadas Condor. Uma delas ficou na rua que em 1968 presenciou a pancadaria conhecida como “Batalha da Maria Antônia”. Alguns sobreviventes da primeira batalha, sexagenários, não cheiram mais gás (suave em relação ao da época), mas o bouquet de vinhos.

Seguramente a Polícia Militar queria impedir que a passeata chegasse à avenida Paulista. Conseguiu, mas conseguiu que a manifestação se dividisse em duas. Uma, grande, recuou. Outra, menor, conseguiu subir a Consolação.

Eram pessoas perfeitamente identificáveis. A maioria mascarada. Buscaram pedras e também conseguiram o que queriam: uma batalha campal.

Foi um cena típica de um conflito de canibais com os antropófagos.

ANEXO B: Editorial publicado no dia 14 de junho de 2013 em *O Globo*

A PM começou a batalha na Maria Antônia

Artigo

ELIO GASPARI

Quem acompanhou a manifestação contra o aumento das tarifas de ônibus ao longo dos dois quilômetros que vão do Theatro Municipal à esquina da Consolação com a Rua Maria Antônia pode assegurar: os distúrbios de ontem começaram às 19h10m, pela ação da polícia, mais precisamente por um grupo de uns 20 homens da tropa de choque, com suas fardas cinzentas, que, a olho nu, chegaram com esse propósito.

Pelo seguinte: às 17h, quando começou a manifestação, na escadaria do

passagem. Tudo o que alguns manifestantes faziam era gritar: "Você é soldado, você também é explorado" ou "Sem violência." Alguns deles colavam cartazes brancos com o rosto do prefeito de São Paulo, "Maldad".

Num átimo, às 19h10m, surgiu do nada um grupo de uns 20 PMs cinzentos, com viseiras e escudos. Formaram um bloco no meio da pista. Ninguém parou. Nenhum megafone mandando a passeata parar. Nenhuma advertência. Nenhum bloqueio sem disparos, coisa possível em diversos trechos do percurso. Em menos de um minuto, esse núcleo começou a atirar rojões e bombas de gás lacrimogêneo. Chegaram-se a Itambul.

Theatro, podia-se pensar que a cena ocorria em Londres. Só uma hora depois, quando a multidão engordou, os manifestantes fecharam o cruzamento da Rua Xavier de Toledo. Nesse cenário, havia uns dez policiais. Nem eles hostilizaram a manifestação, nem foram por ela hostilizados.

Por volta de 18h30m, a passeata foi em direção à Praça da República. Havia uns poucos grupos de PMs guardando agências bancárias, mais nada. Em nenhum momento foram bloqueados. Numa das transversais, uns 20 PMs postaram-se na Consolação, tentando fechá-la, mas deixando uma passagem lateral. Ficaram ali menos de dois minutos e retiraram-se. Esse grupo de policiais subiu a Consolação até a Maria Antônia, caminhando no mesmo sentido da passeata. Parecia Londres. Voltaram a fechá-la e, de novo, deixaram uma

Atiravam não só na direção da Consolação, como também na transversal. Eram granadas Condor. Uma delas ficou na rua que em 1968 presenciou a pancadaria conhecida como "Batalha da Maria Antônia". Alguns sobreviventes da primeira batalha, sexagenários, não cheiram mais gás (suave em relação ao da época), mas o bouquet de vinhos.

Seguramente, a PM queria impedir que a passeata chegasse à Avenida Paulista. Conseguiu, mas conseguiu que a manifestação se dividisse em duas. Uma, grande, recuou. Outra, menor, conseguiu subir a Consolação. Eram pessoas perfeitamente identificáveis. A maioria mascarada. Buscaram pedras e também conseguiram o que queriam: uma batalha campal.

Foi uma cena típica de um conflito de cantibais com os antropófagos. ●

Elio Gaspari é jornalista